

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

THAYS BARBOSA DOURADO

“ESSE RIO É MINHA RUA”: UM ESTUDO SOBRE TERRITORIALIDADE E
IDENTIDADE NA COMUNIDADE DA RUA DE BAIXO NO SERTÃO DO
SÃO FRANCISCO



Montes Claros- MG
Março/2015

THAYS BARBOSA DOURADO

“ESSE RIO É MINHA RUA”: UM ESTUDO SOBRE TERRITORIALIDADE E
IDENTIDADE NA RUA DE BAIXO NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

Montes Claros- MG
Março/2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dissertação intitulada: “*Esse Rio é Minha Rua*: Um Estudo sobre Territorialidade e Identidade na Rua de Baixo no Sertão do São Francisco” de autoria da mestranda Thays Barbosa Dourado, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Banca Examinadora

Prof^a. Dr.^a Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (Orientadora) – Unimontes

Prof^a. Dr.^a Felisa Cançado Anaya (Examinadora) – Unimontes

Prof^a. Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes (Examinadora) – UFS

D739e Dourado, Thays Barbosa.
“Esse rio é minha rua” [manuscrito] : um estudo sobre territorialidade e identidade na comunidade da Rua de Baixo no sertão do São Francisco / Thays Barbosa Dourado. – Montes Claros, 2015.
138 f. : il.

Bibliografia: f. 129-135.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2015.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

1. Territorialidade. 2. Identidade. 3. Comunidade. 4. Rua de Baixo. 5. Rio São Francisco – Januária – Norte de Minas Gerais. I. Paula, Andréa Maria Narciso Rocha de. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Um estudo sobre territorialidade e identidade na Rua de Baixo no sertão do São Francisco.

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vós seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É este mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste as idades e as épocas. Tudo se transforma, tudo varia – o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia. Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua. (RIO, p.25, 2007)

À comunidade da Rua de Baixo, pela sua história de luta e resistência, pelo modo de vida construído nas barrancas do rio São Francisco, que fez de seu povo, gente forte.

AGRADECIMENTOS

"Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou."

(João Guimarães Rosa, em Grande Sertão Veredas)

Eu acredito em um ser especial que nos olha, que nos guia para o bem, que nos protege e está sempre pronto a ouvir e acolher o nosso coração. Eu acredito em Deus e nos anjos, nos “seres de luz” que Ele tem colocado em meu caminho. Obrigada, meu Pai, por ser meu equilíbrio e minha fortaleza, por ter me dado a esperança e a persistência para caminhar, para ter chegado até aqui. Obrigada pela vida! Salve Deus!

O que seria de mim, nessa terra, sem aqueles que fielmente acreditaram que eu poderia caminhar meus sonhos, que me cuidaram e me prepararam para vida, que são exemplos, que são amor. Obrigada, Pai (Renaldo), pelo amor sempre tão silencioso, mas carregado de ações que só você tem feito por mim nessa vida. Você é minha proteção, meu amor, meu exemplo de honestidade e dignidade. Obrigada, Mãe (Nelsina), obrigada, minha Nel, por ser sempre a minha maior incentivadora, por acreditar tanto em mim, pelo amor singular que me transmite, por ser meu colo, meu consolo, minha amiga, minha Mãe! Obrigada por vocês estarem ao meu lado, por caminharem comigo nessa missão, por terem me guiado até aqui! Amo vocês!

Das pessoas de luz que eu tenho encontrado em minha vida, que presente é caminhar ao lado de Andrea Maria Narciso Rocha de Paula. Obrigada, Déa. Já são mais de quatro anos “juntas”, como você sempre gosta de ressaltar. Juntas sim, porque você sempre foi presente, porque mesmo quando eu acreditava que não pudesse dar certo, você estava ali me apoiando, me ajudando a encontrar o caminho, e me ensinando que na vida nós podemos ser. Que lindo encontro! Obrigada pela oportunidade, pelo incentivo, paciência e dedicação. Seus exemplos de pessoa e de profissional vão ficar pra vida inteira. Você hoje é mais do que professora ou orientadora, é uma grande amiga. Obrigada Déa, por me acompanhar em minhas “travessias”!

Obrigada, à minha família, pelo carinho. Em especial, à minha irmã, Rayane, pelo companheirismo e atenção, e por dividir comigo as dificuldades da vida longe de casa. “Você foi meu tudo quando não tinha nada.” Estamos juntas, você sabe disso. Obrigada, também, aos meus meninos, meus irmãos, Renato e Ezequiel, e aos meus sobrinhos, Guilherme e Ícaro, pelo carinho e pelos momentos mais divertidos e acolhedores. À minha Vó Nelsina, pelo

amor, pelo carinho e atenção, e por todas as orações. Obrigada pelo seu amor sincero, Vó, e por fazer da minha felicidade, a sua. Ao meu Avô Antônio, pelo exemplo, por ser homem forte do sertão e por sua sabedoria de vida. Obrigada pelas conversas e pelos conselhos. Ao meu cunhado Eduardo por todo carinho e apoio. Amo muito todos vocês!

Obrigada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS e aos professores que estiveram presentes ao longo destes dois anos.

Obrigada às professoras, Felisa Anaya e Simone Lessa, que tanto contribuíram com esta pesquisa, participando da banca para a qualificação deste trabalho. E à professora Sônia Mendonça, por aceitar tão gentilmente contribuir com este trabalho.

Às meninas da secretária do PPGDS: Fernanda, Vanessa e Gabi, obrigada pela atenção e presteza sempre que precisei do auxílio de vocês.

À Wal Copiadora, pelo atendimento, pela ajuda e pelos momentos de tanta descontração na copiadora.

Obrigada ao Grupo de Pesquisa Opará, que tanto contribuiu para o desenvolver desta pesquisa, e me proporcionou momentos de grande aprendizado.

Aos meus colegas de turma, em especial à minha amiga Sara Fraga, que juntas passamos pelas dificuldades, angústias e alegrias durante esta caminhada. Obrigada amiga, amo você!

Amigo fiel é proteção poderosa, e quem o encontrar, terá encontrado um tesouro. Há pessoas que estão pelo caminho e aquelas que vão com você pelo caminho. Obrigada a Ana e Adinei, por irem comigo por este caminho, obrigada por serem tesouros na minha vida. A amizade de vocês é força, é esperança, é conforto. Que lindo e “significativo” é chegar aqui junto a vocês. Amo, amo muito vocês!

À minha pequena Bia (Sheyla Borges). Nosso encontro nessa vida foi de alma. Obrigada, Bia, por todo incentivo, por todo esclarecimento, pela amizade sincera e por estar comigo. Amo você!

Obrigada à “Senhorita” Luiza Tanure, minha amiga, minha irmã! Obrigada pelas conversas, pelas nossas divagações, pelas nossas descobertas, pelo nosso crescimento, pelos nossos recomeços, por tudo isso ter sido plural! Amo você!

Obrigada aos meus queridos, aos meus meninos Christian, Alexia e Valéria, que tanto me auxiliaram nas tantas transcrições desta pesquisa, e que foram e são meu alento e conforto, a minha diversão.

Obrigada a Rafael, Rafa, meu mais que amigo, irmão. Obrigada pela força, por acreditar em mim e vibrar mais que eu com essa minha vitória. Amo você!

Obrigada à Joaquina, linda cachorrinha, que durante meus dias e noites de estudo esteve sempre presente me fazendo companhia.

À família “Vale do Amanhecer”, por todo bem e apoio.

Às minhas amigas de ontem, hoje e sempre Amanda, Dany e Josy, obrigada por todas as histórias compartilhadas. Amo vocês!

Obrigada ao meu tão querido amigo Alisson Fernando, Tio Gigante, pela grande contribuição neste trabalho e por todo carinho e amor. Não ter que ser mais de mil bolos, Tio, para demonstrar toda minha gratidão.

À comunidade da Rua de Baixo, e, em particular, ao Terno dos Temerosos, a João Damasceno e Dona Maria, Digão, Ana Rita, seu Pedro e demais, que me acolheram gentilmente em minhas visitas. Obrigada pela alegria contagiante, pela colaboração, pela confiança em me relatar suas memórias, seu modo de vida, que tanto enriqueceram a minha pesquisa.

Ao 30º Batalhão de Polícia Militar em Januária, nas pessoas do Sargento Sales e do Tenente Gilberto, pela grande contribuição neste trabalho e por terem me recebido tão bem durante as entrevistas e busca de dados.

À Escola Estadual Pio XII, na pessoa da diretora Mônica Aparecida, à UBS da Rua de Baixo, em nome da agente de saúde Regina Helena.

Aos colegas da Escola Municipal Dr. Crisantino Bórem, principalmente a Angela, Tia Raquel, Tia Sandra e Marcia, por todo carinho e compreensão com a minha rotina tão atribulada.

Obrigada a Anselmo Eugênio, pela grande colaboração na realização da pesquisa de campo deste trabalho.

À Lais, bibliotecária do SESC de Januária, que tão bem me recebeu.

À Carlos Brandão, que tive oportunidade de conhecer durante minha trajetória acadêmica, grande antropólogo e inspiração para este trabalho.

Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para que esta etapa se realizasse e se concluísse com tanta satisfação e alegria.

"E ainda acho que a melhor parte do caminho, é quando a gente vai se encontrando..."

(Virginia Melo)

RESUMO

Este é um estudo sobre a “Rua de Baixo”, uma comunidade localizada às margens do rio São Francisco, nas extremidades da área urbana da cidade de Januária, Norte de Minas Gerais. Este trabalho é dedicado à análise e descrição desta comunidade, das sociabilidades vivenciadas por seus moradores, das relações sociais, das lutas por reconhecimento, conflitos, estratégias de resistência e da sua importância singular para a construção e consolidação da identidade cultural da cidade. À partir das narrativas dos moradores, procuramos compreender como a comunidade vive o seu status e como este está socialmente referenciado na cultura local. Buscamos analisar como a identidade dos moradores foi construída, sendo influenciada por seu passado de resistência e pela presença do rio São Francisco em seu território. A etnografia foi utilizada para a realização do trabalho empírico através da observação, do registro fotográfico e das entrevistas em profundidade o que tornou possível verificar que a Rua de Baixo é reconhecida por seus moradores como lugar de vida, de destino, como território de trabalho, de festa e de fé. A resistência mostra-se na comunidade, materializada nas diversas práticas culturais e sociais como estratégia dos moradores para manter suas tradições, que os confirmam como uma comunidade ribeirinha frente aos processos de mudança. A comunidade é um reduto de pescadores negros, com uma população de baixa renda. Marginalizada, essa população encontrou, na cultura e no ritual do Terno dos Temerosos, uma forma modificar seu status, de reafirmar e assegurar a preservação de seus conhecimentos e de seu modo de vida.

Palavras-chaves: Territorialidade; Identidade; Comunidade; Rua de Baixo; Rio São Francisco; Januária; Norte de Minas Gerais.

ABSTRACT

This is a study on the “Rua de Baixo”, a community located on the shores of São Francisco River, in the periphery of the city of Januária, North of Minas Gerais. This work is dedicated to the analysis and description of this community, such as the sociability experienced by its residents, the social relations, the struggles for recognition, the conflicts, the strategies of resistance and its singular importance to the construction and consolidation of the cultural identity of that city. At from the narratives of the residents, we tried to understand how the community lives its status and how it is socially referenced in the local culture. We analyzed how the identity of the residents was built, being influenced by their past resistance and by the presence of the São Francisco River in their territory. Ethnography was used to carry out the empirical work through observation, photographic registration and depth interviews which made it possible to verify that the “Rua de Baixo” is recognized for its residents as a site of life, of destiny; as a territory of work, party and faith. The resistance is within the community materialized in several cultural and social practices as a strategy of residents to maintain their traditions, which confirm them as a riverside community facing changing processes. The community is a stronghold of black fishermen, with a low-income population. Marginalized, this population found in the culture and in the ritual of “Terno dos Temerosos”, a way to change its status, to reaffirm and ensure the preservation of its knowledge and way of life.

Keywords: Territoriality; Identity; Community; Rua de Baixo; São Francisco River; Januária; North of Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Pôr do sol à beira do rio São Francisco em Januária - MG	37
FIGURA 2: Porto de Januária, 1940	41
FIGURA 3: Rua Anísio José da Rocha: a Rua de Baixo	52
FIGURA 4: Mapa de Januária, 2008	53
FIGURA 5: Croqui de Comunidades Quilombolas em Januária	56
FIGURA 6: Colônia de Pescadores Z-2 em Januária	59
FIGURA 7: Desfile dos pescadores na semana santa.....	61
FIGURA 8: São Francisco e São Pedro	67
FIGURA 9: Praça Santa Cruz e ao fundo a quadra Poliesportiva na Rua de Baixo	71
FIGURA 10: Escola Estadual Pio XII na Rua de Baixo	72
FIGURA 11 / 12: Igreja de São Pedro na Rua de Baixo.....	72
FIGURA 13 / 14: O lixão na comunidade – Rua sem pavimentação.....	74
FIGURA 15: As marcas do tráfico, a droga, o símbolo da urbanização.....	75
FIGURA 16: O rural no mundo urbano	75
FIGURA 17: Manifestações Culturais	91
FIGURA 18: Casa de Cultura Berto preto	93
FIGURA 19: Meninos do Pescando Cidadão na Praça Santa Cruz.....	94
FIGURA 20: A Noite dos Mestres.....	99
FIGURA 21: A farda dos Temerosos I.....	100
FIGURA 22: A farda dos Temerosos II	100
FIGURA 23: A bandeira do Terno dos Temerosos	101

FIGURA 24: A antiga bandeira dos Temerosos	101
FIGURA 25 / 26: O tocador Chico Preto - Tocadores do Terno dos Temerosos	102
FIGURA 27: Calendário de apresentações do Terno dos Temerosos	106
FIGURA 28: Rua Visconde de Ouro Preto e o Centro de Artesanato	108
FIGURA 29: Ato 1: Vamos, marinheiro a rua passear	110
FIGURA 30: O marinheiro é a bandeira	110
FIGURA 31 / 32: Saudação ao menino Jesus e disposição dos foliões	113
FIGURA 33: A disposição dos foliões na saudação ao menino Jesus	113
FIGURA 34: A disposição dos foliões na roda de samba.....	115
FIGURA 35 / 36: O Samba e a Roda de Samba	116
FIGURA 37: A Roda de Samba II	117
FIGURA 38 a 50: Cenas de um povo, um Rio, uma Rua.....	119
FIGURA 51: Mapa da Rua de Baixo por João Damasceno.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Urbana / Rural de Januária	39
Tabela II - Número de ocorrências de crimes contra pessoa e patrimônio na região da Rua de Baixo, anos de 2013/2014	79

LISTA DE SIGLAS

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

SESC – Serviço Social do Comércio.

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO NORTE MINEIRO	25
1.1. O caminho do Sertão, o rio São Francisco.....	25
1.2. O Sertão Norte Mineiro e o desenvolvimento	31
1.3. A cidade sertaneja de Januária	37
CAPÍTULO II – NO PORTO: A RUA DE BAIXO	48
2.1. A Rua de Baixo: um porto.....	50
2.2. O Passado de uma rua.....	60
2.3. O rio, a rua, a comunidade.....	68
2.4. Representações de uma rua.....	76
2.4.1. “Os de fora”: a cidade vê a comunidade.....	77
2.4.2. “Os de dentro”: a comunidade por seus moradores.....	83
CAPÍTULO III – ESSE RIO É A MINHA RUA: A TERRITORIALIDADE E A IDENTIDADE	87
3.1. A cultura na Rua de Baixo.....	88
3.2. O Terno dos Temerosos: os moradores da Rua de Baixo como ícones.....	96
3.3- O Terno dos Temerosos e a identidade ribeirinha.....	100
3.4 - Ritual e Apresentação: quando o status se modifica	104
3.4.1- Um ciclo de apresentações: O calendário do Terno dos Temerosos.....	105
3.4.2 - O ritual na Rua: tradição e devoção	109
3.5. Cenas de um povo, uma rua, um rio	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	129
ANEXOS	13

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é baseada na análise e descrição das sociabilidades vivenciadas pelos moradores da Rua de Baixo, as suas relações sociais, as suas lutas por reconhecimento, seus conflitos, suas estratégias de resistência e modo de vida; buscando compreender como a identidade dos moradores da Rua de Baixo foi construída, sendo influenciada por seu passado de resistência e pela presença do Rio São Francisco em seu território e de que forma a comunidade representada por uma rua principal, assume uma importância singular na construção e consolidação da identidade cultural da cidade de Januária.

Segundo João Guimarães Rosa, “o sertão é do tamanho do mundo” (JGROSA, 2001, p. 55), talvez porque ele pareça estar em toda parte, pela sua grande imensidão. Essa sensação é mais forte, ao se adentrar no sertão, na sua vasta vegetação que dá lugar a diversos cenários naturais. É singular sentir e viver o sertão, assim como a sua gente. Paula (2009) afirma: “Sertão tem cor, cheiro e sabor. Cor de terra, de poeira e de vermelho de urucum. Cheiro de fogo ardendo em fogão de lenha de alguém ‘passando’ um café e o sabor de um ‘gole’ de café ou de um cozido em panela de alumínio areado” (PAULA, 2009, p. 150). Neste trabalho, nos delimitamos ao Sertão norte mineiro, mais especificamente à cidade de Januária, uma cidade ribeirinha banhada pelo rio São Francisco, caminho de milhares de destinos, que por onde passa constrói e influencia modos de vida e culturas, e, por isso, denominaremos essa região de Sertão do São Francisco Norte Mineiro.

O Sertão do Norte de Minas Gerais tem seu processo de formação marcado pelo encontro de grupos diferenciados, que deram origem a uma cultura singular. Este processo de formação acabou dando origem a identidades territoriais que foram formadas à partir das características físicas do espaço, já que a região apresenta uma grande diversidade paisagística, junto a influências culturais chegadas e construídas durante o processo territorial.

Este é um estudo sobre a comunidade da “Rua de Baixo”, localizada às margens do rio São Francisco, em uma das extremidades da área urbana da cidade de Januária, no Norte de Minas Gerais. Constituída, basicamente, por uma rua, ela abriga a Colônia dos Pescadores. Por ser um reduto de pescadores negros, com uma população de baixa renda, a comunidade sempre ocupou uma posição social inferior em relação a outras áreas da cidade de Januária. Marginalizada, essa população encontrou na cultura uma forma de assegurar a preservação de seus conhecimentos e de seu modo de vida.

São em manifestações culturais como: São Gonçalo, Maculelê, Puxada de Rede, Folia de Caixa e o Terno dos Temerosos que a população produz e reproduz as representações do seu modo de vida, e que constitui relevância sociocultural em importantes eventos da cidade.

Para a compreensão desta pesquisa, o conceito de cultura é essencial, para a explicação de toda a simbologia presente nas manifestações culturais e nas relações sociais da comunidade. Segundo Clifford Geertz (1989, p. 15), a cultura seria uma “teia de significados” essencialmente semiótica, ou seja, um sistema de significações dos fenômenos culturais. Em uma comunidade tradicional, também se faz presente essa “teia de significados”, pois traz consigo os enigmas e as revelações da identidade dos indivíduos pertencentes a ela.

Para Brandão (2010), a comunidade nas suas mais diversas formas, em qualquer uma de suas dimensões é a “paráfrase do lugar-humano”. Ela é constituída pelo modo de vida que seus habitantes estabelecem. Comunidade é:

[...] aquilo que se cria em um espaço-de-vida quando ali se vive, quando ali se chega ou quando para ali se vai de maneira imposta e arbitrária. Um campo de refugiados é inicialmente um aglomerado de desalojados. O que em pouco tempo se cria endogenamente ali é uma comunidade ou são algumas comunidades. Anterior, contemporânea ou posterior à “chegada do estrangeiro”, a comunidade é o como se pode fazer frente ao capital, ao poder exterior, ao mercado, à sociedade de massa e mídia (BRANDÃO, 2010, p. 353).

A comunidade considerada tradicional, não só o é por ser guardiã do passado ou por ser representação de tradições. Ela será tradicional por ser representante ativa e presente de resistência à quebra das relações humanas. E essas são “relações ainda centradas mais em pessoas e redes de reciprocidade de/entre sujeitos-atores através de produto do trabalho, do que em coisas e trocas de mercadorias através de pessoas, tornadas elas próprias, seres-objeto” (BRANDÃO, 2010, p.353).

As comunidades tradicionais estão envoltas por um modo singular de vida que está intimamente ligado à sua resistência e sobrevivência no meio em que estão inseridas. A ligação dos sujeitos ao seu território vai determinar muito do seu modo de vida, e essa relação é entendida por Litter (2002) por “cosmografia”, que são:

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p.4).

A cosmografia pode ser assim entendida como o modo de vida de determinado grupo, pelas formas como esse grupo constrói a sua territorialidade. É evidente que a cosmografia dos moradores da comunidade da Rua de Baixo passa por uma vertente cultural diretamente ligada ao seu território, representado pelo rio São Francisco.

Diante de tal consideração, é evidente a importância de compreender as expressões culturais que a cada dia fazem da cultura uma forma de resistir, reafirmar o pertencimento ao seu lugar e buscar reconhecimento social. Nesse contexto, se torna relevante este estudo na comunidade da Rua de Baixo, na cidade de Januária, Norte de Minas Gerais.

A cidade de Januária, de acordo com o IBGE (2010), está localizada no Norte de Minas Gerais e é banhada pelo Rio São Francisco. A população é formada, segundo Ribeiro (2001), pela mestiçagem de índios, negros e portugueses. O processo de ocupação do município aconteceu no início do século XVI com a chegada dos bandeirantes em busca da extração de riquezas minerais e com a ocupação do território para o desenvolvimento da pecuária e produção de cana de açúcar. O processo histórico da cidade contribuiu para a formação das suas especificidades culturais. “Seguindo essa vocação, o município, é hoje, importante pólo cultural para todo o Norte de Minas Gerais, compondo um celeiro de manifestações e folguedos ligados à cultura popular de caráter tradicional.” (FONSECA, 2010, p. 2).

Pereira (2004) afirma que, em 1883, Januária possuía 997 escravos e, segundo Fonseca (2009), numa estratégia de invisibilidade social, a área da Rua de Baixo foi ocupada por negros alforriados que foram para as extremidades da cidade para viver à beira do Rio São Francisco, vivendo da pesca e da agricultura realizada nas vazantes. “Mesmo existindo hoje locais mais desfavorecidos na cidade, é ainda uma região composta de segmentos de baixa renda e formada predominante por negros.” (FONSECA, p.106, 2009).

Por outro lado, a comunidade abriga uma grande diversidade de manifestações culturais, em sua maioria com alguma ligação à tradição ribeirinha, abrigando a identidade cultural da comunidade e da cidade sertaneja de Januária. Estas manifestações ressaltam a comunidade de forma positiva para a população januarense. A Rua de Baixo tem ressignificação com a apresentação de seus grupos, principalmente com o Terno dos

Temerosos, que hoje é considerado ícone cultural da cidade¹. Desta forma, é através da cultura que o *status* do lugar se modifica.

A luta pelo reconhecimento, de acordo com Mattos (2006), seria a luta pela afirmação da diferença e pelo reconhecimento da identidade específica de grupos. Axel Honneth (2003), por sua vez, acredita que os conflitos sociais são gerados pela luta por reconhecimento social e essa luta seria o motor das mudanças sociais, onde acontece assim, a evolução da sociedade. Diante da luta por reconhecimento social, os grupos de cultura popular hoje enfrentam ainda um dilema com o processo de globalização e de modernização. Eles se veem divididos entre a representação tradicional dos ritos de sua fé e os rearranjos dos novos tempos.

O Terno dos Temerosos é um exemplo da rica cultura ribeirinha da Rua de Baixo. É uma modalidade de reisado conhecido também por Reis do Cacete ou Marujada de Água Doce.

[...] bastante rara, embora encontre similares em alguns municípios espalhados pela calha do Médio São Francisco. No entanto, parece ser em Januária que, até hoje se mantém forte e representativa, tendo os Temerosos como provavelmente, seu único representante ativo no país (FONSECA, 2010, p.3).

Seus integrantes, vestidos de marinheiros, dançam passos sincronizados com bastões de madeira nas mãos que representam a arma do lutador e, durante a apresentação, se tocam a todo o momento.

Há registros de sua origem na década de 1950. Esta modalidade foi fundada por um pescador negro, o Sr. Norberto Gonçalves dos Santos, mais conhecido por Berto Preto, que foi morador da Rua de Baixo. Segundo João Damasceno, atual Imperador² do Terno, foi Berto Preto, que aprendeu e ensinou à comunidade da Rua de Baixo como se realizava o ritual da folia do Terno dos Temerosos.

A marujada chegou aqui em Januária no século passado através de um marinheiro de vapor. Nessa época o São Francisco era a grande via de levar e trazer coisas na região. (...) Então aportou aqui em Januária um marinheiro, a gente só sabe o primeiro nome, Dermeval. (...) Ele ensinou para Berto Preto algumas músicas, a coreografia e como que se dançava, Berto preto ensinou a comunidade da Rua de Baixo. Para os pescadores estava nascendo o Terno dos Temerosos em Januária (João Damasceno de Almeida, entrevista concedida em outubro de 2011).

¹Ver a monografia, DOURADO, Thays Barbosa. *Festejar, rezar, cantar e dançar: o ritual da folia do Terno dos Temerosos em Januária, Norte de Minas Gerais*. 2012. 75 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Unimontes. Claros, 2012.

² A figura do Imperador dentro do grupo de folia Terno dos Temerosos tem a função de liderança. É o imperador quem toma as decisões, ele é responsável por reunir o grupo, por advertir e é quem comandar a entrada e a saída das coreografias e cantos durante o ritual do Terno.

Sua principal função é o giro de apresentações que eles cumprem entre os dias 2 e 6 de Janeiro, em louvor aos Santos Reis, mas também fazem apresentações durante todo o ano nos principais eventos de Januária. O Terno dos Temerosos nasceu à beira do rio São Francisco, na Rua de Baixo, e reflete a cultura do rio nas suas músicas, na sua dança e nas suas roupas. O grupo hoje é considerado símbolo cultural da cidade.

O Terno dos Temerosos tem duas funções: a tradição ritual, que é uma representação da devoção e da fé de seus foliões e da comunidade, e as apresentações que o grupo cumpre durante todo ano. Esta segunda função, a apresentação, acontece em festivais, escolas, festejos de santos da Igreja Católica, concursos culturais, e em festas tradicionais da cidade de Januária. As apresentações funcionam como uma estratégia do grupo e da comunidade para levar o nome da Rua de Baixo positivamente a cidade. Elas exercem o papel de modificar o “status social” da comunidade e são um meio para que os moradores possam ser reconhecidos socialmente.

Algumas das manifestações culturais da Rua de Baixo, hoje, acontecem por meio de projetos sociais, com o intuito de incentivar e preservar as tradições da comunidade e combater os problemas sociais lá existentes. Em pesquisa anterior, procuramos entender e analisar o Terno dos Temerosos e seu ritual. Agora sentimos a necessidade de compreender o Terno dos Temerosos dentro da comunidade e a comunidade no Terno.

Comecei a presente pesquisa na graduação em Ciências Sociais, através da Iniciação Científica Voluntária (ICV) e nas pesquisas no Grupo de pesquisa Opará (UNIMONTES/CNPq) - estudos sobre comunidades tradicionais no rio São Francisco através dos projetos de pesquisa: *Etno-cartografias do São Francisco: modos culturais de vida cotidiana, culturas locais e patrimônios culturais em/de comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais e Beira vida, Beira rio: Cultura, cultura popular e patrimônio cultural no Alto Médio São Francisco*³. E, posteriormente, também foi desenvolvida como trabalho monográfico.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo chegamos ao sertão, abordando o processo de formação e ocupação do Norte de Minas e seu processo de desenvolvimento, que foi crucial para as transformações das dinâmicas das cidades norte mineiras, entre elas Januária.

³ Projetos dentro do Opará – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades tradicionais do Rio São Francisco. CEPEX Resolução 096/2011. Projeto Etnocartografia CEPEXi 128/2010. Projeto Beira vida Beira rio- Financiamento Fapemig CEPEX 283/2011.

No segundo capítulo, chegamos ao porto de Januária, mais especificadamente na comunidade da Rua de Baixo. Aqui é realizada a análise e descrição da comunidade, do modo de vida, do cotidiano, da estrutura espacial e social, e das relações estabelecidas entre os moradores. Buscamos assim, entender como foi construída a territorialidade e a identidade dessa comunidade, com o intuito de compreender as motivações para a resistência desses sujeitos. Procuramos, também, verificar como são percebidas as representações da comunidade pelos “de dentro”, os moradores, e pelos “de fora”, os moradores de outros bairros da cidade.

Buscamos, no terceiro capítulo, abordar as estratégias de resistência da comunidade da Rua de Baixo representadas em sua cultura. Desta forma, abordaremos as suas manifestações culturais e também seus projetos sociais, tentando compreender como o *status* da comunidade modifica e como ela passa de uma área socialmente problemática à comunidade referenciada culturalmente. Assim, procuramos na análise e descrição do ritual do Terno dos Temerosos, sua mais representativa manifestação cultural, identificar o modo de vida, a fé do povo ribeirinho e as alternativas que estes moradores estabelecem para mudarem sua condição social. Ouvindo os sujeitos, buscamos, nas suas narrativas e imagens, o apoio para a construção deste trabalho.

O presente estudo⁴ foi construído em um enfoque sócio-antropológico, e utilizamos aqui a etnografia como técnica para o seu desenvolvimento. Para Paula; Brandão e Cleps Junior (2006), a etnografia é uma abordagem que tem como principal característica o “saber do outro”

[...] significando uma possibilidade de interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos que são possuidores de histórias que possam ser desveladas, contadas e que descrevem os modos de vida e de trabalho nos diversos espaços, tempos e lugares que são criados e re-criados pela cultura humana (PAULA; BRANDÃO; CLEPS JUNIOR, 2006, P. 2).

Num primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico de livros, artigos científicos, monográficos, dissertações e teses, de materiais já elaborados sobre o objeto de pesquisa e sobre os conceitos que aqui foram tratados, e um estudo bibliográfico sobre a região do Norte de Minas Gerais, a cidade de Januária, e sobre o rio São Francisco, que juntos compõem o espaço de vivência da comunidade da Rua de Baixo.

⁴ Os seguintes passos metodológicos apresentados a seguir são parte da metodologia utilizada pelo grupo de pesquisa Opará na construção de seus trabalhos.

Utilizamos a observação participante para descrever a comunidade e para auxiliar na realização de entrevistas livres e das observações dos espaços e lugares, e do ir e vir e da oralidade dos sujeitos. A narrativa oral aqui foi importante ferramenta para obter, dos sujeitos, relatos de seu saber e do seu modo de vida, compreendendo a oralidade como:

[...] um caminho de comunicação vibrante que envolve seus personagens num campo fértil de produção de saberes, e que explica os fenômenos existentes. Os saberes revelam uma força de criação e recriação ordinária do passado em constante comunhão com o presente (CASTRO JUNIOR, 2003, p. 9).

Na busca pelo entendimento do modo de vida, do cotidiano, e das relações sociais estabelecidas na comunidade, é que lançamos mão da oralidade, já que, segundo Oliveira:

Todas as pessoas possuem histórias, um camponês, um vapozeiro, um pescador, um intelectual, uma dona de casa, um artista. E todas elas contribuem para a história do mundo. (...) na história oral, os mundos vividos são revelados pelas palavras. Aprendemos com a palavra que nos é passada pela voz do outro, com a história do outro, com a vida do outro (2009, p. 30).

As fotografias, no decorrer do estudo, aparecem como forma de reafirmar a escrita por meio de cenas reais, vividas e sentidas pelos moradores da Rua de Baixo em seu cotidiano, no trabalho, nas festas, na sua religião. As imagens fotográficas, segundo Paula (2009, p.m38), exercem a função de representação do real, uma possibilidade de reflexão da realidade. A fotografia vai além de uma ilustração e aparece na pesquisa como meio de comprovação das concepções e interpretações realizadas. O papel da fotografia é bem retratado por Paula (2009) ao citar Sontag:

A fotografia é a única arte importante em que um aprendizado profissional e anos de experiência não conferem uma vantagem insuperável sobre os inexperientes e os não preparados—isso ocorre por muitas razões, entre elas o grande peso do acaso (ou da sorte) no ato de fotografar, além da preferência pelo espontâneo, pelo tosco, pelo imperfeito [...]. As intenções do fotógrafo não determinam o significado da foto, que seguira seu próprio curso, ao sabor dos caprichos e das lealdades das diversas comunidades que delas fizerem uso (SONTAG 2003 *apud* PAULA, 2009, p.38).

No desenvolvimento da pesquisa, a etnografia serviu como meio de desvendar os reais significados e compreensão do modo de vida, da simbologia nas práticas de trabalho, nas crenças e nos valores da comunidade.

O que o etnógrafo enfrenta, de fato (...) é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividades do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989, p. 20).

Whyte (2005) afirma haver duas formas de se enxergar e analisar uma dada sociedade: há a visão dos “de fora” e a dos “de dentro”. Mas é necessário, para qualquer análise, devolver o indivíduo ao seu contexto social. Essa pesquisa assume o papel de descrever como vivem e como funciona a lógica da vida dentro da comunidade da Rua de Baixo à partir da concepção dos moradores da comunidade e de quem lá participa da rotina de vida.

Só será possível responder a questões particulares quando a estrutura da sociedade e seus padrões de ação tiverem sido estudados. Isso requer uma exploração do novo território. Para saber como se desenvolveu a forma de organização atual. (...) Feito isso será hora de ir em frente e conhecer as pessoas para descobrir, a partir delas mesmas, a natureza da sociedade em que vivem (WHYTE, p. 21, 2005).

A realização dessas técnicas possibilitou, ao final, a sistematização das informações obtidas durante a pesquisa, compondo este trabalho.

Faz-se importante ressaltar que, por opção metodológica e melhor localização dos sujeitos desta pesquisa, bem como melhor identificação, utilizo em *itálico* as narrativas das pessoas do lugar.

Sertão está inserido nesta pesquisa como forma de retratar a dura realidade de se viver com o pouco, com as intensas mudanças climáticas que afetam não só a reprodução da vida, mas a forma de ver o mundo. Neste sentido, para melhor caracterização da região onde ocorreu a pesquisa, utilizo do segmento sertão norte mineiro para explicitar o espaço/tempo de vivências oriundas *do estar e viver* no Sertão.

Não obstante, o processo de construção e desenvolvimento deste trabalho percorre a caracterização e a apreensão da cultura existente numa rua, que em momentos específicos de suas representações se tornam a Rua. Contudo, a opção por Rua, enquanto um substantivo próprio para além de referenciar o seu status, é também forma de comprovar uma identidade, uma forma de resistência.

CAPÍTULO I

NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO NORTE MINEIRO

Nesse “curso político velado” segregado pelas instituições políticas e religiosas hegemônicas as classes subalternas participam a seu modo da constituição dos significados sociais. Constroem suas concepções sobre o mundo sobre a si próprias, sobre o poder, a fé. Enfim sobre a vida (ZALUAR, 1994, p.223).

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o espaço geográfico e social ocupado pela comunidade da Rua de Baixo, objeto desta pesquisa. Para isso, chegamos ao sertão por meio do rio São Francisco, tratando do processo de formação e ocupação do sertão norte mineiro e de seu processo de desenvolvimento. Apresentamos o Sertão do São Francisco Norte Mineiro como palco de uma grande diversidade cultural e o rio São Francisco como sendo fator de importância para a consolidação dessa cultura, e também pelo processo de ocupação e formação da cidade de Januária.

1.1- O caminho do Sertão, o Rio São Francisco

“O senhor tolere, isso aqui é o sertão. Uns querem que não seja; que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e de Curvelo, então o aqui não é dito sertão?”

(GUIMARÃES ROSA, 2001, p.24)

O sertão se compõe por uma diversidade de cenários naturais, por uma pluralidade de culturas e povos tradicionais. Tendo cinco tipos de vegetação: cerrado, cerradão, caatinga, matas secas e campo limpo, “essa paisagem árida e inóspita, seca de atrativos e estímulos, não compôs o circuito do capital mercantil da colônia, que iniciou a exploração do Brasil pelas áreas litorâneas e, posteriormente, pelo seu interior” (ISIDÓRIO, 2010, p. 12). Assim, o sertão, no passado, foi estigmatizado e deixado à margem, junto com a população que o habitava. Lopes (2011) referenciando Bolle, afirma que, para o autor:

O sertão estende-se sobre uma superfície de aproximadamente 2,5 milhões de quilômetros quadrados, do trópico de Capricórnio até perto do Equador, ou seja, desde o interior do estado de São Paulo, passando por Minas Gerais, Goiás, Bahia até Pernambuco, Piauí e Ceará, e, no sentido leste-oeste, desde a faixa agreste atrás da Mata Atlântica até o Mato Grosso adentro. Constituindo assim o “interior”, a interlândia ou o miolo do território brasileiro, entre a velha zona canavieira do nordeste, as metrópoles do Sudeste e a Floresta Amazônica, o sertão inspirou escritores como Euclides da Cunha e Guimarães Rosa a construírem um retrato alegórico do país (LOPES, p.58, 2011).

Segundo Amado (1995) sertão aparece como uma das mais importantes e relevantes categorias construídas junto ao senso comum, ao pensamento social e ao imaginário brasileiro e “permanece vivo no pensamento e no cotidiano brasileiro, materializando-se de norte a sul do país” (AMADO, 1995, p.145) servindo de referência para compreender os significados e o modo de vida das regiões em que se faz presente. De acordo com a autora, o sertão como categoria está presente no Brasil desde o século XVI, nos relatos de viajantes que estiveram no país, e por meio do pensamento social constituiu uma categoria de entendimento do Brasil, primeiro na condição de colônia de Portugal e, depois, no século XIX como nação.

Em suas várias descrições, o sertão é entendido “como um espaço geográfico, como um tempo, como uma forma de organização social, como um conjunto de características culturais, como lócus de nacionalidade, etc.” (SENA, 1998, p. 19). O termo envolve uma pluralidade de significados em campos variados; ele se faz presente na literatura, nas artes plásticas, na música, no cinema, na história oral e no pensamento científico brasileiro, com sentidos complexos de fácil e ao mesmo tempo de difícil definição. Desta forma, a autora entende e reivindica o sertão como sendo uma categoria de pensamento coletivo participante e de muita importância para a compreensão do processo de construção da ideologia brasileira.

Desta forma, “talvez nenhuma outra categoria, no Brasil, tenha sido construída por meios tão diversos. Talvez nenhuma esteja tão entranhada na história brasileira, tenha significados tão importantes e variados e se identifique tanto com a cultura brasileira.” (AMADO, 1995, p. 147)

O que é o sertão, então? Onde se encontra o sertão que já se mostrou tão desconhecido, tão distante? O sertão que é “simultaneamente, singular e plural, é um e é muitos, é geral e específico, é um lugar e um tempo, um modo de ser e um modo de viver, é o passado sem ser presente, o fora do tempo, o que não está nunca onde está” (SENA, 1998, p. 22). O sertão era, inicialmente, compreendido por intelectuais do pensamento social

brasileiro, como lado arcaico do país. O sertão começa a ser entendido à partir das interpretações de autores como Euclides da Cunha em “Os Sertões” e nas diversas obras de Guimarães Rosa, em especial no seu único romance: “O Grande Sertão Veredas”. Esses autores mostraram em suas obras uma múltipla e singular cultura sertaneja que passou a ocupar um lugar de destaque em estudos da academia brasileira.

Na abordagem literária de Guimarães Rosa retrata o sertanejo retratado no “Grande Sertão Veredas”, traz essa definição: as pausas, reticências, rodeios, metáforas, e gestos usados para traduzirem o Sertão pelo sertanejo. Para Sena (1998) a percepção, a fala, a descrição do sertão se mostra complexa para os nativos, já que se trata do lugar onde os mesmos habitam, o sertão do sertanejo. Guimarães Rosa acaba por abordar o sertão, que ficou de fora do grande curso da história, e foi posto à margem do processo civilizatório do litoral brasileiro.

Euclides da Cunha relata o sertão como um lugar desconhecido e, até a publicação de “Os Sertões”, os únicos escritos e registros do sertão foram documentos oficiais elaborados durante o período colonial, por viajantes e estrangeiros. Segundo Sena (1998), Euclides da Cunha esperava encontrar um espaço geográfico longínquo marcado pela inexistência de atividades técnico-econômicas. Porém, ele se depara com uma sociedade singular, que se encontrava isolada e encapulada no tempo, mas é nessa sociedade velha, retardatária, arcaica e galvanizada, e morta, que se encontra o típico sertanejo, figura que, à partir de então, seria de suma importância para a construção da nacionalidade brasileira.

Desta forma, o que se busca nessas análises na literatura sobre o sertão é a essência de uma identidade brasileira.

O que se busca no Sertão é o Brasil e o brasileiro. É por isso que menos que um lugar geográfico, uma forma de organização social, uma percepção da diferença como função do espaço ou do tempo, o Sertão é uma forma de ser, é aquilo que, dentro de nós, nos distingue, ontem e permanentemente, como brasileiros (SENA, 1998, p. 24).

Amado (1995) diz ter sido no decorrer do processo de colonização no Brasil que a categoria sertão foi construída. Nesse período, os colonizadores portugueses designavam como sertão qualquer espaço que fosse amplo, longínquo, desconhecido, desabitado ou pouco habitado. Desta forma, o sertão brasileiro aparece, desde o período colonial, como sendo oposto ao litoral brasileiro, litoral que era o lugar colonizado, o lugar da cultura, da civilização. Essa oposição se faz visível na descrição dessas categorias:

[...] litoral (ou “costa”, palavra mais usada no século XVI) referia-se não somente à existência física da faixa de terra junto ao mar, mas também a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização (Freyre, 1977; 1984). “Sertão”, já se viu, designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habituados por bárbaros, hereges, infiéis onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura (AMADO, 1995, p. 149).

Mesmo se apresentando contrárias, essas categorias se mostram complementares ao mesmo tempo, “como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que seu principal referente (litoral, costa) “sertão” esvaziava-se de sentido, tornando-se inteligível e vice-versa.” (AMADO, 1995, p. 149). Porém, as distinções postas entre essas duas categorias firmaram o sertão como sendo um lugar distante da civilização, do litoral.

O sertão se apresenta como um espaço amplo e heterogêneo, onde as relações se mostram múltiplas e diversas, e que constituem e estruturam a vivência sertaneja. Lopes (2010) discorre sobre a existência do estigma da identidade sertaneja, estigma este imposto pela sociedade litorânea. De acordo com Goffman (2004, p. 18), o estigma é uma situação posta “ao indivíduo que o torna inabilitado para a aceitação plena”. A sociedade sertaneja foi, assim, violentamente marginalizada por uma sociedade que se julgava civilizada e superior a ela.

O reconhecimento da identidade sertaneja acontece se avançando o sertão adentro. No espaço do sertão, estão agregados e marcados os encontros culturais e econômicos que aqui ocorreram e se tornaram elementos fundantes da cultura sertaneja. São relações singulares, uma cultura que se afirma em seus lugares, suas tradições e seu modo de vida que legitimam esses povos como pertencentes ao seu lugar.

O modo de vida e as práticas sertanejas ao longo do tempo foram concretizando e constituindo as “estratégias estabelecidas pelas gentes dos sertões para se organizarem e se estruturarem enquanto sociedade multicultural” (LOPES, p.60, 2010) e foram de grande importância para assegurar o processo de reprodução dos mesmos.

[...] para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, “Sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida melhor, mais feliz. Desde o início da história do Brasil, portanto, figurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior,

uma virtualidade: a inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem se fala (AMADO, 1995, p. 150).

O Sertão do São Francisco Norte Mineiro é marcado pela presença do grande rio São Francisco que, de acordo com Rodrigues (2000), foi “desbravado” por povos paulistas e baianos que subiram pelo seu interior em busca de riquezas. O São Francisco nasce timidamente na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e percorre caudalosamente 2.700 km até chegar a sua foz na divisa entre Sergipe e Alagoas. Saint-Hilaire, em expedição pelo rio, descreve a sua nascente.

Penetramos em um bosque, e, em pouco, começamos a ouvir o ruído da cascata. Segundo informações que me tinham dado momentos antes, sabia agora que ela caía ao lado meridional da serra da canastra. De repente avistei-lhe a parte superior, em um pouco vi-a completamente, tanto pelo menos como podíamos descobrir do lugar em que estávamos. Este espetáculo nos arrancou, a José Mariano e a mim, um grito de admiração. No lugar em que a água cai, os rochedos verticais da montanha abaixam-se um pouco no seu cume, e deixam ver uma fenda larga e profunda que, formando um zigue-zague, nos pareceu prolongar-se por dois terços de altura. Do ponto, ainda muito elevado, onde termina a garganta, derrama-se majestosamente uma bela cortina d’água cujo volume é maior de um lado do que do outro. O terreno, que se estende em declive abaixo da cascata muito desigual; um cômodo, coberto de relva verdejante, esconde a parte inferior da cortina d’água, e do lado direito desce em sua direção um bosque de coloração sombria. Esta é a fonte do São Francisco (SAINT-HILAIRE, p.172, 2000).

Em 04 de outubro de 1501, Américo Vespúcio chegou ao grande rio e o batizou em homenagem a São Francisco, por ser o dia do Santo. O rio corta cinco estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, banhando mais de 500 municípios. Possui alguns afluentes que banham também o estado de Goiás e o Distrito Federal. Seus principais afluentes são os rios Paraopeba, Abaité, Paracatu, Das Velhas, Urucuia, Jequitaí, Verde Grande, Carinhanha, Corrente, Grande e Pará (GUIA DO PESCADOR⁵).

O São Francisco é considerado o rio da integração nacional por levar suas águas por mais cinco estados, sendo principal responsável pelo processo de formação e ocupação de cidades e constituição de suas culturas. “Os Índios, primeiros habitantes do grande vale e os primeiros a determinarem-lhe a cultura, chamam-no PARÁ, que significa rio grande, rio-mar.” (DINIZ, MOTA, DINIZ, 2009, p.93).

⁵ GUIA DO PESCADOR. Cemig. 2009. Disponível em: http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/peixe_vivo/publicacoes/Documents/GuiaPesca_Internet.pdf. Acesso em: Junho 2014.

Burton (1977) ressalta a importância do Rio São Francisco, comparando-o com rios como o Mississipi e o Nilo, pelo fato de que ele banha diversas regiões do Brasil, pelas suas características naturais, a sua geologia e a riqueza de seu Vale:

No vale do rio, paralelamente as rochas vitrificadas, ficam morros isolados, que se erguem abruptamente da superfície plana e são separados uns dos outros por espaços baixos. Algumas dessas elevações, que parecem ter sido fincadas, como se fossem segmentos de diques destinados a conter o rio e impedi-lo de perambular, são compostos de ferro magnético quase puro (BURTON, 1977, p.180).

De acordo com Alencar (2012), a história do Rio São Francisco está ligada a três grandes marcos: o movimento das expedições, o caminho do gado e a exploração do ouro. Dessa forma, o rio se apresenta como elemento fundamental para o processo de territorialização do Brasil. Por meio das águas do rio São Francisco, o sertão foi sendo ocupado e explorado pelos colonizadores portugueses.

O século XVI é marcado pela chegada dos bandeirantes no Sertão Norte Mineiro. Segundo Isidório (2010), Portugal passava por uma crise econômica e apostou em uma expedição pelo interior da colônia em busca de riquezas.

Entradas e bandeiras foram meios de conquista do sertão sãofranciscano. Entradas eram expedições de cunho oficial que objetivavam metais preciosos. Bandeiras eram expedições maiores, nem sempre oficiais, que visavam riquezas, domínio dos indígenas, colonização e poder (ISIDÓRIO, 2010, p. 13).

Ainda segundo este autor, as primeiras expedições no Sertão do São Francisco Norte Mineiro aconteceram em 1554, mas foi após a conquista do território em 1696, pelo bandeirante Matias Cardoso de Almeida, que fora integrante da bandeira de Fernão Dias Paes, que o homem pode se estabelecer na região. Matias Cardoso, depois de ter conquistado a região, ampliou e implantou grandes fazendas para a criação de gado às margens do Rio São Francisco. A sua bandeira, assim, “consolida uma base de poder e delinea uma estrutura cultural que marcará as relações sociais do sertanejo, assentada na posse de terras.” (ISIDÓRIO, 2010, p. 14)

Com a implantação das fazendas e a criação de gado, a região do Norte de Minas foi povoada por povos paulistas, que desbravaram o sertão, criando “O Caminho Geral do Sertão”, e os baianos, que subiram o rio São Francisco pelo interior.

Dessa forma, os variados grupos sociais que se fixaram às margens do rio São Francisco, historicamente chamado na região de “barranqueiros”, se configuram

condicionados por fluxos migratórios intensos e a partir das confluências culturais das mais diversas (FONSECA, 2009, p. 19).

Burton (1977) destaca o importante papel que rio São Francisco exerceu como principal via de comunicação e rota comercial pelos estados e municípios em que leva as suas águas.

Ligando as regiões litorâneas e sublitorâneas com o sertão, o norte com o sul, facilitando o comércio e a colonização, evitando a escassez, ao assegurar o escoamento dos excedentes das regiões centrais, especialmente quando a irregularidade das estações na costa prejudica a agricultura ou quando a faixa marítima fica bloqueada (BURTON, 1977, p.182).

O rio tornou-se o “caminho do sertão” e suas águas transportaram pessoas, mercadorias e influências culturais. Assim, ele foi de grande importância para a constituição e consolidação das cidades que nasceram em suas margens e reproduziram o seu modo de vida através de sua dinâmica. De acordo com Paula (2009),

O rio São Francisco foi o divisor de águas, das culturas materiais e imateriais e da identidade da população sertaneja ribeirinha. O rio está presente nas especificidades de cada lugar: ponto de partida e chegada, espelho de crepúsculos e luares, de modos de vida e de trabalho. As populações em suas margens e no seu entorno viviam em cronologia com o rio. Secas e cheias eram tempos e espaços de plantar, colher e viver. O homem fazia o seu tempo e seu espaço no tempo e espaço da natureza (PAULA, 2009, p.73).

Nas margens do rio São Francisco, as especificidades das sociedades ribeirinhas junto às singularidades do espaço, ambiente e delimitações postas pelo rio, originaram um saber-fazer peculiar, que nos dias atuais afirmam a identidade dos moradores da comunidade, criando, assim, uma cultura que se sustenta na vivência de valores, tradições, mitos e na memória das gentes do sertão do São Francisco Norte Mineiro.

1.2- O Sertão Norte Mineiro e o desenvolvimento

A transformação do espaço é um processo que marca a história do surgimento das cidades. De acordo com Alencar (2012), no século XX, o Brasil se caracterizava por ser um espaço rural que recentemente veio assumindo configurações urbanas. O Sertão do Norte de

Minas Gerais tem seu processo de formação marcado pelo encontro de grupos diferenciados, que deram origem a cultura sertaneja:

O resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato no território norte mineiro bem como as transformações verificadas, com o passar do tempo, em função das articulações das populações com homens de outras regiões (COSTA, 1997, p. 82).

Este processo de formação acabou por dar origem a identidades territoriais. Essas identidades foram formadas à partir das características físicas do espaço, já que o sertão norte mineiro apresenta uma grande diversidade paisagística junto a influências culturais chegadas e construídas durante o processo territorial.

Segundo Haesbaert e Limonad (1999), no momento em que os homens se inserem num espaço, que se apropriam e o cercam, eles passam a construir o território e a serem construídos por ele. Para os autores, “o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado.” (HAESBAERT; LIMONAD, 1999, p. 42). Os autores afirmam haver uma diferença clara entre espaço e território, e é importante não considerá-los com o mesmo significado. “De fato, o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade.” (HAESBAERT; LIMONAD, 1999, p. 42)

Desta forma, a construção do território, para Haesbaert e Limonad (1999), perpassa por duas dimensões: uma material, ligada à esfera político-econômica, e outra imaterial ou simbólica, vinculada à esfera cultural e de um conjunto de símbolos e valores dentro de um grupo social. Little (2002) afirma que, para analisar o território de determinado grupo, é necessário se fazer uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que ele surgiu, de como ele foi defendido ou reafirmado. Nessa perspectiva, analisaremos o processo de formação e desenvolvimento do Norte de Minas Gerais, buscando compreender de que forma esse processo deu origem à formação da cidade de Januária e, conseqüentemente, à ocupação do território da comunidade da Rua de Baixo.

De acordo com Amado (1995), o litoral brasileiro foi povoado no processo de colonização, porém o interior do Brasil foi “desbravado” pela “caça ao ouro”. Segundo Pereira (2004), enquanto o Sul se ocupava na exploração do ouro e, assim, acelerava a concentração populacional e as transformações urbanas, o Norte se ocupava com a

implantação das grandes fazendas de gado, que passaram a alimentar e vestir a população da região Sul.

O Norte de Minas Gerais, no início do seu processo de formação e ocupação, por muito tempo teve o rio São Francisco como caminho a ser percorrido, no período em que a região se encontrava isolada do litoral brasileiro. À procura de extração de riquezas minerais e de poder, bandeirantes paulistas e baianos invadiram o sertão, apropriaram-se do território habitado pelos índios, e lá implantaram grandes fazendas para a criação de gado.

Segundo Cunha (2013), o povoamento do território camponês norte mineiro se compõe por três momentos históricos. O primeiro é marcado pela busca de terras livres e da invisibilidade social de populações que procuram uma forma de garantir a sua reprodução social. Essas populações tiveram o seu território construído sob diversos arranjos em relação a posse e ao direito a terra.

O segundo momento se caracterizou pela invisibilidade da existência dessas populações pelo estado, esta foi uma forma encontrada para promover o desenvolvimento capitalista no campo através da expropriação, que ocorreu por mecanismos políticos como a Lei das Terras de 1850⁶ que Anaya (2012) apresenta como um fator que contribuiu para o processo de complexificação das etnicidades e das formas pelas quais os territórios apropriados coletivamente eram manejados. Isso gerou a coexistência de territorialidades distintas, onde os grupos étnicos em seu ambiente específico, estabeleceram e se reorganizaram, sendo assim reconhecidos pelos seus nichos ecológicos. Emergiram deste processo grupos étnicos: *gerazeiros*, *catigueiros*, *veredeiros*, *chapadeiros*, *campineiros* e *vazanteiros*, que representam identidades construídas e determinadas por sua origem e meio ambiente.

O terceiro momento é pautado na busca dessas populações por reconhecimento social e pela diversidade cultural que se visibilizaram politicamente para se fortalecer e garantir seu território.

De acordo com Paula (2012), o sertão norte mineiro tem suas transformações ligadas às novas relações entre campo e cidade. Para essa autora, o sertanejo é a representação de um povo guerreiro, forte, religioso e perseverante que constituiu seu modo de vida

⁶ A implementação da Lei das Terras de 1850 redefiniu o regime fundiário no Brasil, em um contexto no qual se configuravam os primeiros sinais da abolição da escravidão e se tornava necessário aos grandes proprietários rurais restringir o acesso à terra por meio da posse. A Lei de Terra propiciou, assim, a eliminação do regime de sesmarias, estabeleceu a compra como única forma de acesso a terra, em que as terras de uso comunal, “sem proprietários” na “razão instrumental” (LITTLE, 2002) do Estado, passaram a ser consideradas por este como devolutas e poderiam ser adquiridas por meio de compra ou leilão (ANAYA, 2012, p. 55).

ocupando o território nordestino e o Polígono das Secas, vivendo em ambientes naturais difíceis, sobrevivendo da criação de gado numa intensa relação social entre os grupos sociais que consolidaram “o viver sertanejo”.

O Polígono das Secas, de acordo com a autora supracitada, é uma região de ocorrência de secas periódicas. Ele está em uma região que faz parte do semiárido brasileiro, ocupando 18% do território nacional, e encontra-se na região nordestina do Brasil e norte e nordeste de Minas Gerais, ocupando uma área de aproximadamente 1083.709,7 km². O Polígono das Secas é também “lugar do grande sertão, lugar de conflito de terras, lugar da indústria da seca, lugar das políticas públicas desenvolvimentistas que objetivaram a transformação da região e não transformaram a qualidade de vida da população sertaneja.” (PAULA, 2012, P.118)

O Estado de Minas Gerais, para efeito de planejamento estadual, é dividido em dez regiões. E, segundo Rodrigues (2000), essa divisão se consiste em: I Região Central; II Região da Mata; III Sul de Minas; IV Triângulo; V Alto Paranaíba; VI Centro-Oeste de Minas; VII Noroeste de Minas, VIII Norte de Minas; IX Jequitinhonha – Mucuri e X Rio Doce. O Norte de Minas é uma região de transição entre o sudeste e o nordeste brasileiro. Geograficamente, a região se localiza no sudeste, porém, para o planejamento federal, ela é parte do nordeste, pela semelhança que as regiões apresentam nos seus indicadores socioeconômicos. Desta forma, o Norte de Minas mais especificadamente para o planejamento, abrange três regiões: Bacia do São Francisco, Vale do São Francisco, e Semiárido Brasileiro.

Conforme Rodrigues (2000), o rio São Francisco entre os séculos XVI e XVIII, no período colonial, foi uma importante rota para a exploração e penetração do território brasileiro, especialmente na procura pelo ouro e pedras preciosas. No final do século seguinte (XIX), as iniciativas do governo imperial, a respeito do vale do São Francisco, concentraram em conhecer e explorar a região e também na realização de estudos acerca das possibilidades de navegação no mesmo. Nos anos de 1931, poucas iniciativas do governo federal aconteceram no Vale do São Francisco, e os fatores que voltaram à atenção do Estado para o Vale do São Francisco foram

Provocados pela Segunda Guerra Mundial, quando o rio São Francisco constituía a única via interna de comunicação entre o Sul-Sudeste e o Norte-Nordeste do país, já que a rota marítima estava interrompida e a rodovia Rio-Bahia ainda encontrava-se em construção. Ele era usado para o transporte de mercadorias, forças militares e material ibérico. Assim, ao final da Segunda Guerra Mundial, tinha-se a convicção da importância do vale do São Francisco, tanto por sua localização central e

estratégica o país, unindo Norte ao Sul, como pelo potencial econômico de seus recursos naturais, as possibilidades ali de uma agricultura irrigada e da geração de energia elétrica (RODRIGUES, p.121, 2000).

No século XVIII, a cultura algodoeira possibilitou ao Norte de Minas a oportunidade de produzir uma parcela importante da produção para a exportação aumentando a participação da região em atividades econômicas. Mas foi com a implantação da ferrovia, no século XX, que a região acelerou seu processo de desenvolvimento, destacando as cidades ribeirinhas. A ferrovia ligou a região ao restante do país, proporcionou o povoamento de regiões ainda não ocupadas, beneficiou a pecuária e escoou a produção da região. Em meados do ano de 1918, a ferrovia chega à cidade de Pirapora e 1926 em Montes Claros, transformando estes dois municípios nos mais importantes na região. Lessa (2005) afirma que a implantação da ferrovia foi vista na região como uma promessa de progresso e civilização industrial, como meio de integração das comunicações através dos territórios.

Esta imagem será estabelecida tanto pela presença do maquinismo ferroviário – como representante do avanço tecnológico da sociedade capitalista (na medida em que carrega as suas marcas: velocidade, produto industrial, controle do espaço e do tempo) -, quanto por ser o instrumento de propagação dos padrões capitalistas por todo o mundo pela ligação dos centros urbanos, palco da performance capitalista, com seus *hinterlands*. Esta imagem faz da ferrovia um importante instrumento de constituição de um mundo cosmopolita (LESSA, 2005, p. 44).

Nos anos 50 (século XX), o Estado começou uma intervenção considerada pelo poder público como efetiva na região para o combate às secas. Tendo em vista o projeto de desenvolvimento da região, o governo federal em 1959 criou a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e provocou a implantação de planos diretores, começando assim “uma expansão capitalista impulsionada pelo Estado” (PAULA, 2012, p. 120). A política federal que a SUDENE se pautou era baseada em quatro estratégias:

- 1) Colonizações das terras despovoadas existentes no Maranhão e no Oeste da Bahia; 2) Aproveitamento das bacias dos açudes e irrigação no Vale dos Rios São Francisco e Paraíba; 3) Aproveitamento dos tabuleiros costeiros do Nordeste; 4) Reorganização fundiária do Semi-árido e da Zona da Mata (PAULA, 2012, p. 121).

A SUDENE teria, de acordo com Rodrigues (2000), o objetivo de coordenar a ação do governo federal e administrar os recursos transferidos à região. Essas ações levaram à

criação de uma política de industrialização no Nordeste, baseada em um sistema de isenções e incentivos fiscais que propiciaram a criação do parque industrial da região.

O Estado justificava a sua intervenção alegando que tais políticas possibilitariam a integração da região com a economia nacional, já que as mesmas facilitariam o ingresso de capitais nacionais e internacionais. Foi por meio da SUDENE, junto a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paranaíba), que essas políticas foram impulsionadas e, assim, os incentivos fiscais e financeiros adentraram o sertão para viabilizarem atividades econômicas, que aconteceram principalmente em setores agroindustriais, de reflorestamento e irrigação. (PAULA, 2003)

A intervenção do Estado provocou a modernização tecnológica na agricultura e na indústria e também o aumento de serviços públicos, embora continuassem concentrando as terras, expulsando do campo pequenos produtores, trabalhadores rurais e camponeses. Os governos municipais, estadual e federal foram parceiros nos incentivos de produção e reprodução do capital no Norte de Minas, expandindo as empresas rurais e urbanas e explorando a força de trabalho humano (PAULA, 2012, p.122).

O desenvolvimento buscado pelo Estado, modernizando a região Norte Mineira, causou a diminuição da oferta de trabalho rural, o aumento de empregos temporários, e o surgimento de conflitos constantes por terras disputadas pelos trabalhadores e por grileiros, por conta do processo de concentração de terras. O objetivo da intervenção governamental no Norte de Minas, através da SUDENE, era superar o desequilíbrio socioeconômico na região, porém essa ação acabou por beneficiar grandes proprietários, em detrimento dos trabalhadores e pequenos agricultores rurais. Rodrigues (2000) afirma que, analisando a estrutura da economia local, ainda hoje se pode observar, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas, a continuação da grande desigualdade de condições de vida entre a população e o baixo desenvolvimento da região, se comparado às demais regiões do estado de Minas Gerais.

O processo de desenvolvimento das cidades do Norte de Minas está relacionado à presença do rio São Francisco, assim como diferentes culturas e formas de resistência na região, pois, de acordo com Alencar (2012), as embarcações a vapor, a implantação de ferrovias e de locomotivas foram os motores para o desenvolvimento, pois, além de ligarem espaços e pessoas, dinamizaram a economia e definiram o desenho dos espaços urbanos das cidades Norte Mineiras.

O Norte de Minas Gerais foi ocupado, e as chegadas e partidas de produtos e pessoas propiciaram as confluências culturais. Esse processo pode se cumprir na dinâmica

entre a ruralidade, a territorialidade e a identidade. A ruralidade representou as relações entre o território e a identidade surgida e construída nesse território. Esse território foi fortemente marcado pela presença do Rio São Francisco que “moldou” as relações sociais e a identidade cultural do lugar.

1.3- A cidade sertaneja de Januária

(...) o conjunto da paisagem apresenta um aspecto muito agradável. Nesse local o rio corre com extrema lentidão e assemelha-se a um belo lago (...) o pôr do sol foi admirável; do lado do ocidente o céu era da mais bela cor de púrpura que já vi; o rio refletia essa cor brilhante; uma calma profunda reinava na natureza; algumas canoas pareciam voar sobre as águas e nem sequer enrugavam-lhe a superfície.
(SAINT-HILAIRE, 2000, P.345)

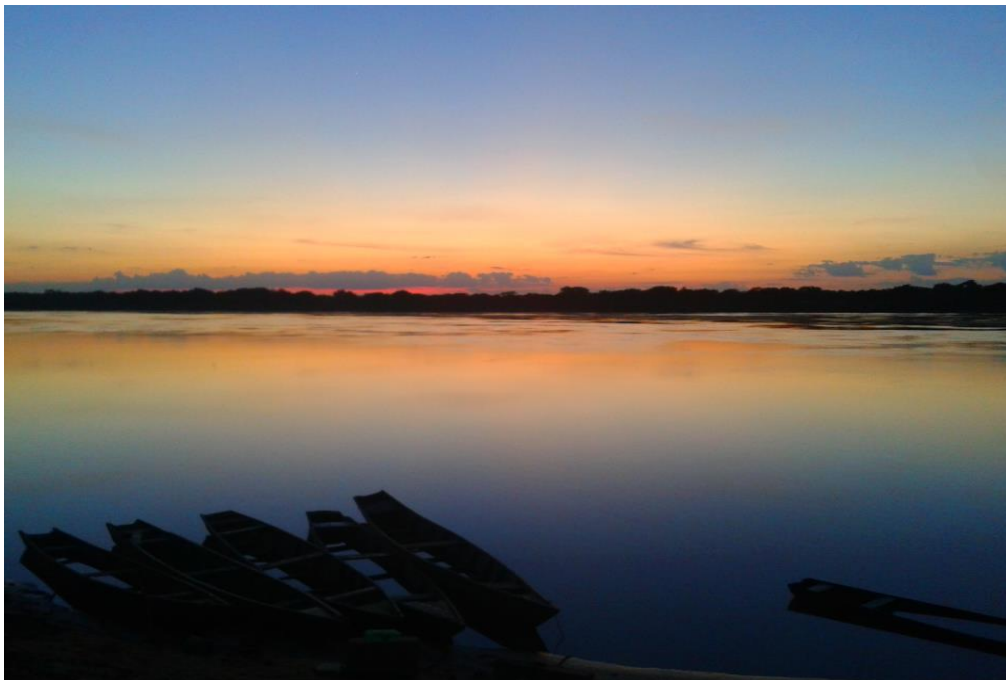


FIGURA 1 - Pôr do sol à beira do rio São Francisco em Januária – MG.
Fonte: SANTOS, Anselmo Eugênio Mateus Figueiredo; Janeiro de 2014.

A cidade de Januária está localizada no Norte de Minas Gerais e, de acordo com os dados do IBGE (2010), possui uma população estimada de 67.875 habitantes. Situada no Médio São Francisco, a cidade está à margem esquerda do rio. É mais uma das cidades na

sessão média do grande rio em que pode se enxergar uma “dupla face: urbana e rural, o gerais e o rio, o campo e a cidade.” (CORREIA, 2013, p.27). O Município é um dos maiores do estado de Minas Gerais, com 6.661.666 km². Chegou a ter uma extensão de 55. 372 km² em sua origem, como afirma Pereira (2004), era quase um estado. Richard Burton, em sua expedição pelas águas do Rio São Francisco no século XIX, ao aportar em Januária, descreve a cidade como a:

Localidade mais importante do Alto São Francisco e sua única rival é Juazeiro, que fica a 190 léguas rio abaixo. O local é um chapadão na margem esquerda, distante quatro ou cinco léguas da Serra do Brejo, que se avista no horizonte, estendida para o noroeste e norte (BURTON, 1977, p. 208).

A cidade, hoje, segundo dados do IBGE (2010), é formada por sete distritos: Brejo do Amparo, Levinópolis, Riacho da Cruz, São Joaquim, Tejuco, Pandeiros e Várzea Bonita. E polariza uma microrregião que se compõe por 15 municípios sendo eles: Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho. Icaraí de Minas, Itacarambi, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, São Francisco, São João das Missões e Urucuia. A economia da cidade está ligada às atividades comerciais, de serviços e agropecuária.

A região do município é constituída por grutas, parques, praias de água doce, cachoeiras e o único pantanal do estado de Minas Gerais, que fica no distrito de Pandeiros. Desta forma, a cidade realiza atividades turísticas e de ecoturismo mediante a sua vasta paisagem natural.

Januária possui muitos órgãos públicos: um Fórum, Tribunal Regional Eleitoral, Escolas Municipais, Estaduais, Instituto Federal do Norte de Minas (IFNMG), campus da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), o Instituto Estadual de Floresta (IEF), um único hospital, agencias bancárias, e diversos estabelecimentos comerciais.

Em Januária, a população urbana é superior em relação à população rural, conforme dados do IBGE (2010) e dados da tabela 1. Esta mudança, na estrutura demográfica do município, é uma inversão que começou a ocorrer, conforme a tabela 1, na década de 90 (século XX). Segundo Pereira (2004), nos anos de 1970, o perfil econômico da cidade estava ligado à atividade pecuária extensiva de corte, e a população rural, em sua maioria, vivia da agricultura familiar, do extrativismo e do plantio realizado nas vazantes.

Tabela 1
População Urbana/Rural de Januária

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Urbana	32.501	51,82	35.923	56,48	41.322	63,12
Rural	30.218	48,18	27.682	43,52	24.141	36,88

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Urbano – PNUD/2014.

Adaptado por: DOURADO, Thays Barbosa.

A população da cidade, segundo Ribeiro (2001), é formada pela mestiçagem de índios, negros e portugueses. O processo de ocupação do município aconteceu no início do século XVI, com a chegada dos bandeirantes em busca da extração de riquezas minerais e com a ocupação do território para o desenvolvimento da pecuária. Analisando o processo de ocupação e formação da cidade de Januária, podemos destacar, de acordo com Fonseca (2009), três processos históricos que contribuíram de forma decisiva para a constituição do território e da cultura januareense. Um deles ocorreu em função do rio São Francisco, à partir da cultura produzida no trânsito da navegação a vapor e à partir da cultura de barqueiros e remeiros; o segundo processo é de caráter rural, o qual aconteceu por meio de tropeiros vindos do nordeste, do centro-oeste e do sul do país que aqui estabeleceram pequenas e grandes fazendas; além do processo que surgiu cotidianamente à partir da mobilidade daqueles que se fixam ou retomam a região e, dinamicamente, elaboram e reelaboram as influências recebidas.

Esses processos históricos se mostraram intimamente ligados ao processo de desenvolvimento do capitalismo na região, possibilitaram a ocupação e reocupação do espaço, e, mais que isso, a construção e reconstrução da identidade da população januareense. Como afirmam Moreira e Gaviria (2002),

[...] a mobilidade e o dinamismo se traduzem num processo de descomposição e recomposição de espaços, que dá lugar à construção de identidades. Trata-se de identidades sociais descentradas, abertas, que se constroem e se reconstroem no processo de interação dos agentes sociais com novos componentes econômicos, sociais e culturais (MOREIRA e GAVIRIA, 2002, p. 53).

De acordo com Isidório (2010), o processo de ocupação e formação do município de Januária garantiu as especificidades culturais da cidade. Januária, em 1870, após se tornar cidade, ocupava uma posição central no oeste do Norte de Minas. No período em que o Rio São Francisco foi o principal meio de transporte de produtos e pessoas, foi também via dupla para chegadas e partidas de influências culturais em Januária.

As tribos indígenas, que habitavam a região do Norte de Minas, foram dizimadas pelas bandeiras, e seu território passou a dar lugar às grandes fazendas. Para Costa (2003), muitas cidades do Norte de Minas têm sua origem ligada à implantação dessas fazendas por um membro da bandeira, exemplos disso são Montes Claros, São Francisco, São Romão e Januária. Por isso, a bandeira de Matias Cardoso pode ser considerada o sujeito fundante da história regional do Norte de Minas.

A região em que, hoje, se localiza Januária, segundo Pereira (2004), foi confiada a Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso. Ele teria a missão de combater a pirataria que ameaçava o comércio pelo Rio São Francisco de alto a baixo, garantir a livre navegação e dominar os índios.

Para este autor, o território Norte Mineiro foi povoado pelas nações indígenas, como os Tapuias e Caiapós. Januária era lugar de moradia para os Caiapós, índios destemidos que viviam na aldeia Itapiraçaba. Januário Cardoso, depois de intensa luta com os índios, conquistou a aldeia Itapiraçaba com a ajuda de Manuel Pires e confiou o território da aldeia Itapiraçaba a ele. Seis quilômetros acima do Rio São Francisco, Manuel Pires implantou sua fazenda e deu a ela o nome de Brejo do Amparo, em homenagem ao dia de Nossa Senhora do Amparo, data que ele fundou seu povoado. O povoado viria a ser conhecido como Brejo do Salgado, por causa das águas salobras e dos pântanos da região.

Manuel Pires estruturou sua fazenda, desenvolveu a criação de animais e construiu um engenho para produção de açúcar. Assim, “o Brejo do Salgado foi considerado, no século XVIII, o maior empório comercial entre o Alto e médio São Francisco, de onde saíam boiadas para a região do Rio das Velhas”. (PEREIRA, 2010, p. 87-88). Sendo o Rio São Francisco a principal via de transação comercial na época, foi necessária a construção de uma estrada entre o Brejo do Salgado e a margem do Rio, e também um porto fluvial. O porto (retratado pela FIG. 2) ficou conhecido por Porto do Salgado. Segundo Fonseca (2010), ele foi considerado ponto central para escoamento e comércio de mercadorias da região durante todo o período colonial, tendo seu auge no século XIX, e foi a principal via de acesso para a integração das regiões.

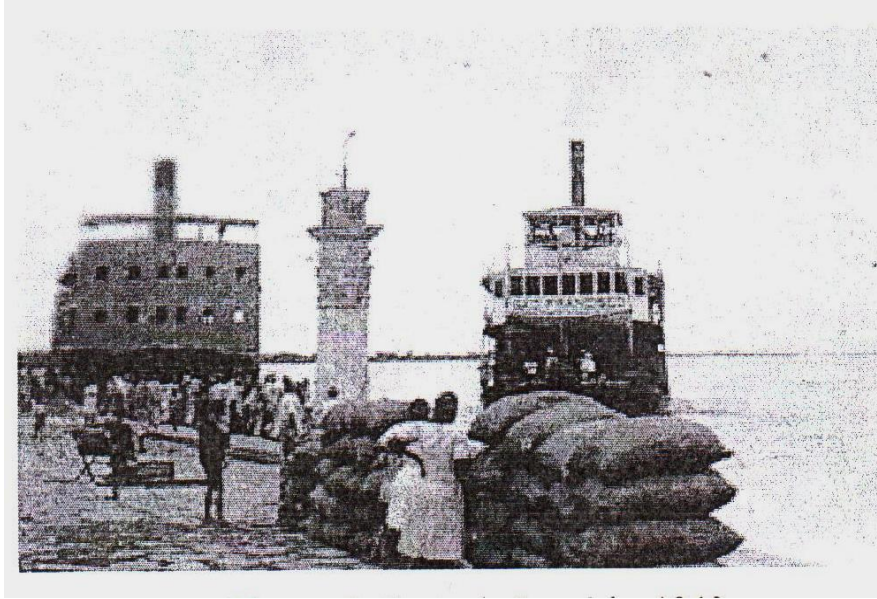


FIGURA 2 – Porto de Januária, 1940.
Fonte: FONSECA, 2009, via Claudionor Carneiro.

Em relação ao Porto do Salgado, Burton (1977) descreve como era a vida em volta do porto quando esteve por lá, em meados do século XIX:

Encontramos no porto um certo número de canoas e oito barcas movidas com as varas habituais, a praia, como a margem do rio é chamada, imediatamente trouxe-me ao espírito um mercado africano, e a cantoria monótona dos negros medindo feijão não concorria para diminuir a semelhança com cenas do distante Zanzibar. Mulheres, aqui mais numerosas do que os homens, lavavam roupa no rio, ou andavam abaixo e acima, carregando potes de água; os meninos, mais que seminus, catavam pedaços de madeira ou pescavam. Os escuros barqueiros, vestidos de coletes sem mangas (jaleco ou camisola) ou saíotes da Costa do Guiné passeavam ou, estendidos no barranco, brincavam com lindas araras, que tinham trazido rio a abaixo e cujas penas brilhavam ao sol. Em um nível mais elevado de terreno, estavam plantadas sete barrancas feitas de uma armação de madeira, cobertas de couro, onde os negociantes que não se dignam de alugar uma casa trocam sal e \panos por mantimentos e produtos semelhantes (BURTON, 1977, p.209).

A população em volta do Porto do Salgado foi crescendo e se desenvolvendo junto ao comércio fluvial. Assim, o Brejo do Salgado recebeu o título de Vila em 1834, e em sete de outubro de 1860, tornou-se município. A cidade recebeu o nome de Januária.

O motivo pelo qual a cidade recebeu o nome de Januária está ligado há três versões. Existe certa dificuldade em afirmar uma ou outra versão como verdadeira entre a população, que fica dividida. Dentre as três versões, há uma que conta que o nome da cidade seria uma homenagem à princesa Januária, irmã do imperador Dom Pedro I, que teria visitado a região. Outra versão atribui o nome da cidade a uma velha escrava negra que teria sido a

primeira moradora do Porto do Salgado. Ela teria fugido da corte para encobrir descuidos morais e manteve comércio de cachaça no porto para sua sobrevivência. A terceira versão é menos difundida, e aponta a origem do nome da cidade como uma adaptação ao nome de Januário Cardoso, o bandeirante conquistador da região.

Isidório (2010), em sua pesquisa realizada com moradores da cidade, diz haver uma grande contradição, pois moradores das camadas mais pobres, como os moradores da Colônia dos Pescadores, defendem a versão da escrava negra como verdadeira. Já a elite, e até mesmo autores de obras que retratam a história local, defendem ou dão mais ênfase à versão que atribui o nome da cidade a uma homenagem à Princesa Januária.

A origem do nome da cidade é repleta de versões, hipóteses, desejos secretos e resistências veladas que revelam, por um lado a dor da condição de subalternidade, do eu percebido numa realidade que o nega; por outro, construções de escape por parte de outras camadas que reconfiguram uma condição de uma mineiridade desalinhada, numa região desqualificada e abandonada (ISIDÓRIO, 2010, p.31).

Antônio Emilio Pereira, memorialista januarense, em sua obra “Memorial Januária”, apresenta as três versões da origem do nome da cidade, mas categoricamente afirma que “podemos, com tranquilidade, afirmar que o nome da cidade foi uma homenagem a Infanta Januária Maria, filha de Dom Pedro I”. (PEREIRA, 2004, p.583). Para isso, o memorialista lança mão de três argumentos para sustentar sua afirmativa.

O primeiro argumento baseia-se na afirmativa de que a versão da princesa Januária era defendida pelo professor Manoel Ambrosio, um profundo conhecedor da história de Januária. O segundo argumento fundamenta-se nos escritos de Richard Burton, o qual esteve na cidade em 1867, e, em seus relatos sobre a viagem, afirmou que “em 1833, o Porto tornou-se Vila de Januária, em homenagem à filha do imperador reinante”. (BURTON, 1977, p. 208). Burton, em Januária, foi hóspede de Manoel Caetano de Souza, que tinha seu pai ainda vivo com 81 anos. Desta forma, Pereira (2004) conclui: “este ancião tinha idade de 47 anos, quando a vila foi criada. Burton descreveu com minúcias o que viu e ouviu em Januária e, certamente, a informação da denominação da vila, colheu-a do pai de Manoel Caetano.” (2004, p.584). No terceiro argumento, o autor menciona a tendência que na época havia de homenagear membros da família real, outorgando seus nomes às vilas recém-criadas.

Em relação à versão ligada a Januário Cardoso, o autor afirma haver passado mais de um século de sua morte, quando foi criada a vila. Portanto, seu nome diluíra-se, levando-se em conta o não registro local e a falta de cultura da população, que ele afirmava ser, em sua maioria, analfabeta.

Sobre a versão do nome da cidade ser em homenagem à escrava Januária, a qual mantinha comércio no Porto, Pereira (2004) contra argumenta, alegando que, em 1833, quando a vila foi criada, havia leis que proibiam negros de exercer comércio. E, duramente, afirma:

Não existe cidade ou vila, em que qualquer parte do país, antes da abolição, cujo o nome homenageasse um escravo. E, levando-se em conta, que os primeiros vereadores da vila pertenciam à mais alta aristocracia, como vimos em outra parte deste livro, o racismo era violento, nunca poderia ser em homenagem a uma escrava de cor preta. Homenagear uma cortesã, numa época em que se pregava, embora não praticassem, uma moral rígida com relação à família, seria, de certo inadmissível (PEREIRA, 2004, p. 585-586).

O autor ainda completa dizendo que, na passagem do engenheiro Halfeld em 1852, e do comandante do vapor Saldanha Marinho, Francisco Manoel em 1871, não há nos relatos dos estudiosos nenhuma referência ao nome da escrava Januária, e ressalta desvalorizando a história oral conhecida na cidade, dizendo que “parece-nos que se trata de uma gozação hostil, mantida por aqueles que não gostavam do nome da princesa e diziam que princesa nada, foi em homenagem a uma velha escrava, residente local.” (PEREIRA, 2004, p. 586)

Assim, para Pereira (2004), é certo que o nome da cidade seria uma homenagem à princesa, tanto que o autor dedica um tópico de seu livro⁷ para narrar e descrever a suposta história de vida da princesa Januária. Porém, essa não é só uma concepção deste autor. Joaquim Ribeiro, também januarense, em seu livro “Folclore de Januária”, traz as duas principais versões, tratando a versão da princesa Januária como a oficial e a versão da escrava Januária como uma versão popular tradicional.

No local onde está situada a sede do município, existia apenas um pequeno porto (...). Essa localidade mais tarde, passou a denominar-se Januária. A esse respeito ocorrem duas versões. A versão oficial afirma que o topônimo foi dado em homenagem à princesa imperial *Januária*. Dessa parte obedecia-se ao que já acontecera em noutras cidades, Mariana e Leopoldina. Também assim denominadas em homenagem a outras duas princesas imperiais. A versão popular tradicional, porém afronta outra origem. Contam os antigos que no Porto do Salgado residia uma preta velha chamada Januária; desta é que veio o nome atual (RIBEIRO, 2001, p. 22).

As diferentes versões que tratam da origem do nome da cidade por parte destes autores revelam, no mito fundador da cidade, uma contradição mediante aos diferentes atores

⁷ Ver Memorial Januária: Terra, Rios e Gente; Antônio Emilio Pereira - 2004

que constituíram e hoje constituem a cidade de Januária. Ao contrário do que os autores já mencionados afirmaram ser a origem do nome da cidade, as camadas subalternas defendem a versão da escrava Januária como verdadeira. Esta é uma forma de participarem e de também se localizarem na história da formação da cidade. Isso é mais evidente na Rua de Baixo, para os pescadores que lá residem.

A versão da escrava Januária “está enraizada na tradição e na memória social do povo do ribeirinho pobre” (ISIDÓRIO, 2010, p.36) e se constitui como parte da história e da construção da identidade desse povo. Exemplo disso é o depoimento de “seu Binu” 82 anos, que foi pescador e é antigo morador da comunidade da Rua de Baixo. Em relação à origem do nome da cidade, ele diz:

- *Aqui tem esse nome, porque antigamente morava uma dona sozinha na beira do ri, por nome Januária, por isso fico o nome dela.*
 - *Seu Binu, falam também da princesa Januária que... (interrompendo-me com inflexão autoritária).*
 - *Tinha uma princesa, mas esse nome é por causa dessa dona que morava aqui, num era princesa não! A princesa Januária é sobre o movimento dela! (corta o diálogo contrariado).*
- (Sr. Benedito Dionísio da Silva, entrevista concedida a Isidório, 2010)

Na tentativa de reafirmar a sua identidade, a classe pobre de Januária homenageia a escrava Januária como personagem fundadora do nome da cidade, buscando ser representada na construção da história do município. “Esse personagem ergue-se potencialmente dos cacos da memória dos exterminados, demonstrando a capacidade que os excluídos têm de se posicionarem como participantes, numa dialética de restauração, que os torna historiadores de si mesmos.” (ISIDÓRIO, 2010, p.43)

O conto apresentado, logo abaixo, retrata a história da origem do nome de Januária. Ele está no livro “Januária Ribeirinha” (JAQUES, 2011), e relata, como verdadeira, a versão da escrava Januária, desmitificando a versão elitista da princesa.

Quem és tu, Januária

Antonio Inácio Correa

Muitas histórias já foram contadas sobre a nossa Januária, todas elas diferentes uma das outras, mas sabemos que a mesma não foi princesa conforme a elite, mas rainha do Porto do Sal como era chamado antes de emancipar, Porto do Sal porque era aqui que os barqueiros vendiam sal e outros produtos industrializados para os tropeiros do sertão das gerais.

Quanto a Januária era a rainha dos barqueiros e tropeiros que aqui se portaram e negociavam como também, divertiam-se e amavam com as cabrochas do Porto do Sal. Contam-se, e ai meu amigo Bufunfa ajudou na elaboração dessa história, que a escrava Januária veio com os Senhores da Corte Portuguesa, onde montaram

fazenda para os lados do Rio do Peixe e com ela vieram muitos outros escravos, juntado com vários outros por aqui.

A escrava Januária era muito inteligente, tanto é que a mesma era chefe das cozinheiras do Sinhô e ainda era quem arrumava as moças para as festas apertando as cinturas conforme eram os costumes da época e, as vezes ouvia as conversas discutidas na casa grande. Um dia desses, Januária ouviu alguém dizer; “esses escravos não são mais escravos, foram libertados pela lei áurea, pela princesa Isabel e, temos que liberta-los o quanto antes” houve quem resistiu.

Assim Januária chamou os outros escravos, que eram muitos, avisando para a fuga em massa, conseguindo a adesão da grande maioria dos escravos, enquanto alguns ficaram com medo. Fugiram pela mata levando carne seca, rapadura, farinha, tudo carregado nas costas margeando o rio até chegar aqui, onde acamparam com as ordens de Januária.

“Façam barracas”, ordenou a chefe aos companheiros ex cativos, “estendam as roupas nos varais, vamos começar a nossa vida longe do cativeiro”. Portanto, nossa Januária teve como início a formação de um quilombo. Assim começaram os barqueiros a observar o povoado novo a beira do rio e lá iam ver de perto perguntando: -“De quem é isso aqui? “ É a cabana de dinda Januara”.

O comercio era no Brejo do Salgado, hoje do Amparo mas, como a Vila da Dinda Januária cresceu muito, os barqueiros passaram a aportar ali, esperando os tropeiros, que também esperavam os barqueiros, para fazer o melhor negocio sem os atravessadores do Brejo do Salgado. E assim, dentro de pouco tempo, a Vila de Porto do salgado passou a ser o centro do comércio, deixando o Brejo para trás. Segundo dizem: o maior comércio daquela época era do Senhor Joaquim Cirieco. Meu pai João Correa Saraiva, nasceu em Borrachudo em 1896 e me contava que foi caxeiro-balconista, do Sr. Joaquim Cirieco, onde estudava quando rapazinho.

Enquanto os barqueiros esperavam os tropeiros e vice-versa, a dinda Jinuara mandava buscar a pinga boa no Brejo do Salgado e a festa corria solta, onde os barqueiros e tropeiros se divertiam. Assim outros comerciantes foram se estabelecendo, com o crescimento do comércio, fabrico de pinga e rapadura e criação de gado.

Também o nome do Porto do Salgado foi perdendo o sentido, nem só porque ali se comerciava de tudo, como também, porque o nome de Dinda Jinuara tornou-se o mais conhecido e mais propagado. A burguesia foi tomando conta dos meios de produção, e na época da emancipação, já dominavam o comércio e tudo mais. Acharam que o nome de Januária, já conhecido por toda a região, poderia ser em homenagem à princesa januária, que nunca passou por aqui e, não uma escrava que nada significou para eles, e assim foi feito conforme a vontade da elite dominante (JAQUES, 2011, p. 18-19).

João Damasceno, 45 anos, historiador, poeta e antigo morador da comunidade da Rua de Baixo, afirma que um sociólogo e antropólogo chamado Albano, que morou por muito tempo na cidade e trabalhou no Jornal folha de Januária, defendia a hipótese de que a origem do Porto do Salgado teria sido o estabelecimento da negra Januária, acreditando que o nascedouro deste Porto foi na Rua de Baixo. Albano afirmava que, ali naquele perímetro que acompanha o rio, é onde se concentrava as maiores raízes culturais da cidade.

Era por aqui que os barcos se atracavam. É tanto que na ponta do Bem-Bom, no começo da Barão de São Romão é onde ficava o atracador do finado Mateus de Queiroz. No começo daqui subindo em direção a Maria da Cruz, Montes Claros, fica o começo do cais velho, porque depois vem o cais novo que passa em frente a casa da minha mãe que foi construído depois da enchente de 79. O cais velho é dali da Barão de São Romão até ali onde tá a Copasa. Ali tudo se delimita pelo rio, o

que dava referência a cidade era o rio. Entre a Rua de Cima e a Rua de Baixo, era onde os barcos, os vapores, as gaiolas, os rebocadores, aportavam trazendo produtos: sal, algodão, água ardente, rapadura, gente fazendo turismo pelo rio, essa coisa toda. E na Rua de Baixo é onde tá o foco, onde depois nasceu a colônia dos pescadores, onde tinham as manifestações culturais, o nosso patrimônio cultural como folia de reis, Temerosos, reis de caixa, reis de boi, São Gonçalo. Onde era muito forte as musicas de beira rio, onde as mulheres, minha mãe e as mais velhas lavavam roupa no rio antes da água encanada chegar em casa. (...) Tem gente que realmente acredita nisso né? Que tenha sido disso, negros fujões que foram residindo ali, e os que vieram da Bahia, que foram parando por ali e ali foram dando origem a esse povoamento, ao Porto do Salgado que depois veio a ser Januária (Entrevista concedida a DOURADO, T. B. em Janeiro de 2014).

De acordo com Isidório (2010), certas historiografias “colocam espelhos que plasmam imagens distorcidas de povos, transformando diferenças em conceitos, reconfigurando os seres humanos a uma subumanidade, lançando-os às margens da história”. (p.45). Este é o caso da historiografia da cidade de Januária.

A autora, analisando pela literatura, na qual aborda a história do lugar e o processo de formação da população januarense, que constituiu moradia às margens do rio, chega à conclusão de que há uma diferenciação, certo preconceito ao tratar do barranqueiro negro e das camadas mais desfavorecidas de Januária em obras como “O memorial Januária” de Antonio Emilio Pereira e “Folclore de Januária” de Joaquim Ribeiro.

Pereira (2004), por muitas vezes, destaca a figura do bandeirante como fonte fundadora da cultura da cidade, deixando à margem negros e pescadores, considerando que essas classes ocupam atividades inferiores no período da navegação no rio São Francisco. Ribeiro, contudo, qualifica essa população como uma casta culturalmente específica, determinada pelas atividades desenvolvidas junto à natureza. São pessoas à parte do januarense, que ele classifica distintamente como tipos sociais, quais sejam: o pescador, o roceiro, o vaqueiro, os tropeiros, as lavadeiras, as rendeiras e os aguadeiros.

Há um estigma imposto a esses sujeitos e isso ocorre muitas vezes porque, segundo Goffman (2004), a sociedade estabelece seus próprios meios de categorizar as pessoas. Isso ocorre por meio de um total de atributos que são considerados comuns e naturais para as pessoas que se enquadram em cada categoria. São os ambientes sociais que vão estabelecer que categoria de pessoas que vamos encontrar. É nas relações sociais que podemos estabelecer contato com diferentes pessoas, até mesmo estranhos; nesse momento é que podemos identificar sua categoria, os seus atributos e a sua “identidade social”, que para o autor, é um termo mais adequado que “status social”.

A população barranqueira, mesmo com o estigma social que lhe é imposto, consegue reconhecer na história a sua contribuição e relevância para formação da cidade e da sua especificidade cultural.

CAPÍTULO II

NAS ÁGUAS DO RIO: A RUA DE BAIXO

*Eu moro aqui desde de menina, vivi nesse rio. Ele passava aqui pertim, aí na frente, antes de como dizia compadi Binú, ele esconder de Januária.
(Dona Maria, 73 anos, moradora da Rua de Baixo)*

Estar na Rua de Baixo é sentir algo singular, de uma gente que transparece em seu olhar e em sua fala um sentimento de comunidade e solidariedade, apesar de suas duras lutas e dos problemas sociais ali presentes.

A Rua Anísio José da Rocha antigamente abrigava casas muito precárias ao longo dos barrancos do rio São Francisco. Hoje, ladrilhada por paralelepípedos, assim como quase toda a cidade, a rua é como se fosse uma veia principal, que distribui muitas outras ruazinhas e travessas ao longo de sua extensão. Mais urbanizada, a comunidade sofre as transformações de espaço rural no meio urbano.

São muitas sensações ao estar na comunidade. A Rua de Baixo é cor! Caminhar por ela é andar por um colorido de casas simples e acolhedoras; desde o colorido da tinta, até o cinza do reboco ou mesmo o laranja do tijolo nu. A maioria das casas não possui muro em sua fachada, as mais antigas são baixas com janelas e portas pequenas; elas se contrastam com as mais novas, que são mais altivas e bem mais acabadas. Entretanto, todas elas possuem calçadas, que permitem aos seus moradores se colocarem à frente de suas casas para costumeiras conversas durante a manhã ou ao final da tarde, acompanhando a agitação das brincadeiras e da correria das crianças na rua. As cores ainda estão presentes nas roupas estendidas em arames que cercam os quintais, nas árvores, nas flores espalhadas ao longo da rua.

A Rua de Baixo são sons! Sons que ecoam das conversas nos bares, nas portas, no vai e vem das pessoas. Do rádio ligado, das músicas que são trilha sonora para a arrumação da casa, da panela de pressão no preparo do almoço ou do jantar. Sons que acompanham o andar pela rua, que concretizam o movimento.

A Rua de Baixo também é cheiro! Cheiro de terra das suas ruas paralelas ainda não pavimentadas, da mata e do lixo à beira do cais, que hoje ocupam o espaço antes banhado pelo rio São Francisco, da comida e da lenha queimando no fogão, da fumaça da droga que

hoje também tem sua morada, o cheiro do rio, que mesmo longe deixa ali sua presença no cheiro do barro, da água, do peixe.

As cores, os sons, os cheiros compõem o cenário da Rua de Baixo, a qual é palco para o viver e o acontecer das relações sociais de seus moradores. A rua é dividida entre suas características rurais e urbanas, que misturam e transformam o espaço.

Para além das impressões que nos é perceptível, das características que marcam trajetórias de vida, nos cabe refletir sobre o sentido denotativo da palavra rua, para de fato apreendermos a essencialidade presente nas relações sociais. Neste sentido, como nasce uma rua? Como são estabelecidas as relações, os laços dos que ali firmam sua morada, constroem o seu cotidiano, a sua territorialidade?

A rua, segundo o dicionário Aurélio (2001), tem significado estritamente físico: “via pública para a circulação urbana, que é total ou parcialmente ladeada por casas” (FERREIRA, p.653, 2001). De acordo com Frehse (2013), o termo da rua, no senso comum na sociedade brasileira, tem uma maior abrangência quanto a seu campo semântico. De um lado, o termo remete uma existência física em povoamentos socialmente concebidos como cidades, são ruas e logradouros de acesso legal irrestrito, respectivamente vias e suas variações (os chamados becos, ladeiras, avenidas) localizadas entre edificações e alargamentos dessas mesmas vias (os chamados alargamentos e praças). Por outro lado, a rua evidencia modos socialmente precisos de conceber a vida social.

Esta segunda concepção de rua vem ao encontro do que Rio (2007) responde ao indagar o porquê nasce uma rua. Segundo este autor, a rua nasce por uma possível necessidade de se alargar as colmeias sociais, ou por interesses comerciais; mas ao certo não se sabe, pois a rua “em um belo dia, alinha-se um tarrascal, corta-se um trecho de chácara, aterra-se lameiro, e ai está: nasceu mais uma rua. Nasceu para evoluir, para ensaiar os primeiros passos, para balbuciar, crescer, criar uma individualidade.” (RIO, p.29, 2007)

Compreende-se que, no surgir das ruas, elas podem ser de variados tipos. Podem ser sem histórias, ruas de longa data, tão velhas que podem servir para contar história de sua cidade. Ruas guerreiras, revoltosas, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas! Mas há ainda aquelas ruas que são tão íntimas e familiares que permitem aos seus moradores uma relação mais próxima, permitindo a partilha e compartilha da vida.

“As ruas são tão humanas, vivem tanto e forma de tal maneira os seus habitantes, que há até ruas em conflitos com outras” (RIO, p. 38, 2007). Mas as ruas afinal são lugares públicos, lugares de todos, um espaço socialmente de “todos”.

No presente capítulo, apresentamos a comunidade da Rua de Baixo. Aqui é feita a análise e descrição da comunidade, de seu modo de vida, de seu cotidiano, sua estrutura espacial e social, bem como, as relações estabelecidas entre os moradores. Procuramos compreender como a Rua de Baixo constituiu-se como comunidade, a forma como foi construída a territorialidade e a identidade de seus moradores, e como são percebidas as representações da comunidade pelos “de dentro”, os moradores, e pelos “de fora”, moradores de outras partes da cidade.

2.1- A Rua de Baixo: um porto

A Rua de Baixo compõe-se por um espaço singular, marcado por intensas relações sociais acumuladas com o passar do tempo. Andar por ela é “mergulhar na história e conversar com pessoas centenárias” (FOSSATE, 2013, p.1). A rua quase alcança o rio São Francisco, pois fica às suas margens. É localizada nas extremidades da área urbana da cidade de Januária, é o coração da Colônia dos pescadores.

Anísio José da Rocha é o nome oficial da Rua de Baixo. Antigamente ela era chamada de Mangangá, uma espécie muito valente de marimbondo. Para Pereira (2004), esta denominação foi dada por habitantes de ruas próximas, devido à fama que os moradores repercutiam por brigarem entre si. Tal fama deu aos habitantes o apelido (Mangangá) que acabou se estendendo à rua. Pereira (2004) referencia esta narrativa a uma entrevista realizada com um antigo morador da cidade e a aborda em um capítulo do seu livro que discorre sobre as ruas da cidade de Januária. Ele dá título ao tópico dedicado à Rua de Baixo de “Rua do Mangangá” e o inicia com a seguinte epígrafe:

“Mangangá da barriga amarela
É valente e morde pra danar.
E o bicho só ataca na goela,
Toma cuidado com o Mangangá.”
(FONSECA, 2004, p.396)

Essa é uma música popular que o autor utiliza para elucidar a narrativa, mas deixa claro que, desde o início os moradores da Rua de Baixo eram vistos de forma negativa pela cidade. Entretanto, João Damasceno, 45 anos, afirma que esse apelido advém da marginalização cuja população central da cidade impôs à Rua de Baixo e às áreas periféricas:

Não podemos ficar reféns da própria marginalização que nos impuseram. (...) Eles diziam: Lugar de arruaceiro! Não é só a Rua de Baixo, a Rua da Palha também, onde hoje é a Galileia. A Quinta aqui também levou essa fama. O centro sempre foi o lugar das elites, o lugar civilizado, o lugar culto, culto de cultura, e as periferias às margens, vão sendo postas de lado. O que tava aqui não podia ir no centro, e se o do centro vinha aqui, pau nele também. É com isso que a gente vem lutando pra acabar (Entrevista concedida a DOURADO, T. B. em setembro de 2012).

Depois de Mangangá, a rua passou a se chamar Terêncio Torres. Segundo sua neta, Adriana Torres⁸, Terêncio Torres nasceu em 1902, foi morador de Januária e era de família simples. Aos treze anos, foi empreendedor social, editando na Tipografia Correa, em suas horas vagas, o Jornalzinho “O Januarense” que era distribuído gratuitamente na cidade. Já adulto, constituiu família em Belo Horizonte, e foi considerado cidadão honorário januarense, sendo homenageado com a Rua de Baixo em seu nome.

No início da década de 1990, a rua foi nomeada Anísio José da Rocha, um produtor de cachaça e ex-prefeito da cidade, uma figura muito conhecida e querida pelos moradores da Rua de Baixo. De acordo com relatos de João Damasceno, “Seu Anísio” chamava a rua de “meu reduto” e mesmo não residindo lá, estava sempre presente.

Oficialmente, no mapeamento geográfico da cidade, a Rua de Baixo localiza-se no centro da cidade, como evidencia a FIG. 3.

⁸ Informações consultadas no blog pessoal de Adriana Torres. Disponível em: <http://www.adrianatorres.com.br/viajando-na-maionese/um-homem-chamado-amor.html>. Acesso em: Setembro 2014.



FIGURA 3 – Rua Anísio José da Rocha, a Rua de Baixo. Fonte: Banco de Dados da Polícia Militar, 2014. Adaptação: CRISÓSTOMO. A. A. 2015.

O sentimento de comunidade e reciprocidade entre os moradores extrapolou a rua, e hoje a área que a denominação Rua de Baixo ocupa equivale a um bairro. O sentimento de pertencimento perpassa aos moradores da Rua Anísio José da Rocha (a rua principal da comunidade) e atinge as ruas vizinhas. Assim, nesse trabalho, denominamos por comunidade da Rua de Baixo a área indicada na FIG. 4 como Rua de Baixo.

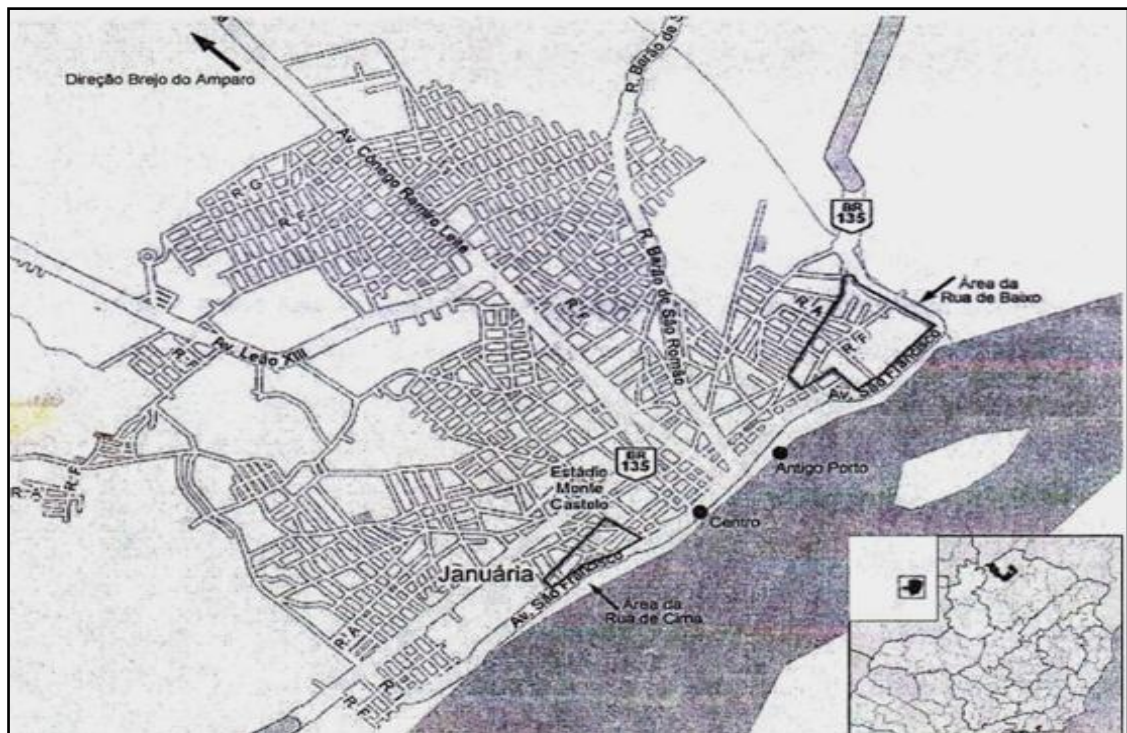


FIGURA 4 – Mapa de Januária, 2008
 Fonte: FONSECA (2009, p. 106).

As ruas que compõem a comunidade, segundo depoimento de João Damasceno e de acordo com a FIG. 4, são: a rua principal Anísio José da Rocha, a rua Julio de Moura, Padre Ideino, Mata Machado, Sargento Mozart, José Nunes e Bem Bom. E ainda as travessas Anísio José da Rocha, são Gonçalo, Santa Cruz e Benedito Ferreira.

De acordo com Lins (1983), as cidades ribeirinhas do São Francisco possuem um traçado diferente das de outras regiões do sertão brasileiro. Elas possuem ruazinhas estreitas e tortuosas; seu traçado acompanha o curso do rio e, por isso, as suas ruas seguem paralelamente a sua direção, ao contrário das outras cidades sertanejas que encontram nas Igrejas a identificação do centro urbano.

No passado, a cidade de Januária, conforme Pereira (2004), possuía um pequeno perímetro urbano e havia uma interessante divisão espacial, que se delimitava pela localização do centro, da Rua de Baixo e da Rua de Cima. Essa divisão pode ser percebida no mapa da FIG. 6. Para Andrada (2013), a mesma perdurou até os anos 40 ou meados dos anos 50 do século XX. A área urbana era, então:

Limites do centro, à direita de quem olha para o rio, iam pouco além da Rua da avenida (Cel Cassiano) e do fim da Rua do Correio velho (Visconde de Ouro Preto). A Praça Benjamim Constant já era Rua de Cima, a montante do Rio. Os limites da esquerda eram as mediações da Praça da Catinguinha (Praça Sete de Setembro), já considerada Rua de Baixo, a jusante do rio (PEREIRA, 2004, p.395).

O desenvolvimento da área urbana de Januária ocorreu em contrapartida ao aumento populacional, desde o período colonial, tendo como eixo de referência a região de Brejo do Amparo, que antigamente era conhecida como Brejo do Salgado. Entre Brejo do Amparo e o Porto do Salgado, localizado na orla do rio junto aos pontos comerciais, havia uma distância de seis quilômetros. A Avenida Cônego Ramiro Leite foi responsável por dividir a Rua de baixo e a Rua de Cima, como mostra a FIG. 4.

A Rua de cima, assim como a Rua de Baixo, era uma comunidade pesqueira em sua maioria composta por moradores negros. A história local narra a existência de uma “disputa” entre as comunidades, a qual revela uma divisão que fica visível nas falas dos moradores da Rua de Baixo.

Ah, eles não podia vim aqui, e a gente não podia ir lá, e se encontrasse era cassete na certa. Esse negócio de Rua de Cima e Rua de Baixo é por causa do rio. Margeando o rio aqui tá todo mundo, mas nós tamo aqui em baixo descendo o rio, e da outra metade pra lá vai subido pro rumo de Maria da Cruz, lá pra cima. Ai fica a Rua de Baixo e a Rua de Cima, que antigamente nunca se deu bem (Seu Pedro, 76 anos, entrevista concedida a DOURADO, T. B. em novembro de 2014).

Segundo João Damasceno, essa divisão se dá, como Seu Pedro afirma, à partir da trajetória do rio que vai descendo em direção às comunidades que o margeiam. Mas essa divisão, tanto na literatura local quanto nas narrativas dos moradores da Rua de Baixo, deixam explícito a divisão simbólica que remete a uma segmentação social.

O centro sempre foi o lugar das elites, o lugar civilizado, o lugar culto, culto de cultura e as periferias as margens vão sendo postas de lado. O que tava aqui não podia ir no centro, e se o do centro vinha aqui pau nele também. É com isso que a gente vem lutando pra acabar (João Damasceno, 45 anos, entrevista a DOURADO, T. B. concedida em setembro de 2012).

As opiniões sobre a existência dessa “disputa” divergem, de acordo Fonseca (2009). O Januarense Saul Martins, em entrevista, afirmava que “ a Rua de Cima é a rua dos importantes e a Rua de Baixo é a rua do povo” (FONSECA, 2009, p. 107). Essa concepção vai ao encontro do que Da Matta (1987) assegura:

(...) o universo social brasileiro do “em cima” e do “em baixo” nada tem a ver com atitudes topograficamente assinaladas, mas exprime regiões sociais convencionais e locais. Às vezes querem indicar antiguidade (a parte mais velha da cidade fica mais “em cima”); noutros casos pretendem sugerir segmentação social e econômica: quem mora ou trabalha “ embaixo” é mais pobre e tem menos prestígio social e recursos econômicos. (...) Nas cidades brasileiras a demarcação espacial (e social) se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora (MATTA, 1987, p. 20).

Como nos evidencia Da Matta (1987), a demarcação social para além de uma separação entre pontos espaciais de uma cidade, é também uma forma de reafirmar o status de superior ou inferior, de acordo com as concepções postas pelos moradores da região. No caso específico de Januária, é evidente a divisão que existiu na constituição do espaço urbano da cidade para ideologicamente criar o lugar de cada um.

A Rua de Cima atualmente denomina-se popularmente por *Galileia*. O bairro abriga em suas casas a antiga arquitetura da cidade e, assim como a Rua de Baixo, sofre com a existência do tráfico de drogas. De acordo com os moradores da Anísio José da Rocha, diferente do tempo passado, hoje a disputa entre as duas comunidades é por pontos de tráfico.

Composta por 77 famílias, a Anísio José da Rocha foi se consolidando ao longo dos anos e reafirmando nas relações da cidade. Sendo seus moradores em sua maioria negros, a comunidade segue suas características desde sua formação. Pereira (2004) afirma que, em 1883, Januária possuía 997 escravos. Segundo Jaques (2010), um número representativo desses negros formaram quilombos nas extremidades do território do município, em sua maioria à beira rio. Isidório (2010) afirma, citando Gomes, que havia um considerável número de quilombos na Capitania de Minas Gerais, e em seus estudos, o autor relata a existência de cerca de quarenta quilombos espalhados pelo estado no século XVIII. E mesmo não havendo um número específico da quantidade destes negros no Norte de Minas, é clara a participação desses povos na formação social e cultural da região.

Hoje, em Januária, existe um número considerável de comunidades Quilombolas. De acordo com Jaques (2010), ao norte da cidade, margeando o rio Carinhanha, estão os quilombos: Jardim, Pato, Cajueiro e Retiro dos Bois. Às margens do rio São Francisco estão as comunidades de Quebra Guiada, Balaieiro, Gameleira e Calunzeiros. Gerais adentro estão os quilombos: Pasto de Cavalo, Ilha Capivara e Brejo do Amparo. Esses negros ribeirinhos sobrevivem da pesca e da agricultura familiar, produzindo sua reprodução da vida através do rio e da terra nas vazantes do sertão do São Francisco.



FIGURA 5 – Croqui de Comunidades Quilombolas em Januária.

Fonte: MEIRA, A. F. B.; Org: DOURADO, T. B., 2014.

O croqui acima (FIG. 5) comprova o papel do rio São Francisco como importante fator no estabelecimento da vida dos negros januarezes. Foi também na Rua de Baixo que boa parte desses negros conseguiram estabelecer moradia. Numa estratégia de invisibilidade social, estes negros foram para as extremidades da cidade para viver à beira do rio São Francisco, sobrevivendo da pesca e da agricultura realizada nas vazantes, como aponta Fonseca:

[...] a concentração de uma população significativamente negra na região da Rua de Baixo tenha se dado em função também das oportunidades de sobrevivência que o rio oferecia aos escravos recém libertos. Além disso, é preciso lembrar que os próprios negros tendiam a se reunir em “guetos” devido ao próprio preconceito que imperava. Como não possuíam terras, seria mais fácil para eles constituírem comunidades a beira rio, dele tirando a sobrevivência por meio de ofícios e atividades que tinham como principal referência, fossem como pescadores, barqueiros, remeiros, peixeiros ou vazanteiros (FONSECA, 2009, p.108).

Nesse contexto, a Rua de Baixo surge como uma comunidade que abrigou uma população em busca de liberdade e sobrevivência. Os negros ribeirinhos acabaram realizando funções e modo de vida singulares.

Castells (2010) considera que a identidade se constitui como “a fonte de significado e experiência de um povo”. A identidade aparece como forma de reconhecer e ao mesmo tempo distinguir diferentes povos. Castells (2010), em relação aos atores sociais, entende que a identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo

cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados (...) toda e é qualquer identidade é construída.” (p. 22). Ela é assim, fonte de significado e parte importante no processo de autoconstrução e individuação dos atores sociais.

Porém, o que se questiona é como este processo acontece, à partir de que situação, por quem é realizado e para que ele acontece. Desta forma, “a construção da identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.” (CASTELLS, 2010, p. 23)

Os atores sociais frente a esse processo são os indivíduos, os grupos sociais e a sociedade que processa todo esse material e reorganiza os significados em função da sua estrutura social e da sua concepção de espaço e tempo. Portanto, os determinantes do conteúdo simbólico da identidade são constituídos por quem constrói a identidade coletiva e para que essa identidade é construída. Levando em consideração que a construção da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder, Castells (2010) apresenta três formas de origens para a sua construção: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projetos.

A identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o objetivo de racionalizar e expandir a sua dominação como forma de controlar os atores sociais. Já a identidade de resistências é

[...] criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes do que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 2010, p.24).

Por último, a identidade de projetos é uma estratégia dos atores sociais. Eles, por meio de algum tipo de material cultural que esteja ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de modificar a sua posição na sociedade e, assim, transformar a estrutura social.

Os negros januarenses ocuparam a beira do rio São Francisco em busca de liberdade e ali resistiram vivendo do rio. Marginalizada, essa população encontrou na cultura uma forma de afirmar seu território e de conquistar visibilidade social. A comunidade foi coletivamente ocupada e transformada num território de resistência. Castells (2010) considera

que entre todas as construções de identidade, a de resistência é o tipo mais importante em nossa sociedade, pois ela é quem forma as comunas e as comunidades.

Ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a “essencialização” dos limites da resistência. (...) O fundamentalismo religioso, as comunidades territoriais, a autoafirmação nacionalista ou mesmo o orgulho de denegrir-se a si próprio, invertendo os termos do discurso opressivo (com na cultura das “bichas loucas” de algumas tendências do movimento gay), são todas manifestações do que denomino *exclusão dos que excluem pelos excluídos*, ou seja, a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência (CASTELLS, 2010, p.25).

A comunidade da Rua de Baixo construiu a sua identidade por meio da resistência ao abrigar negros e, mais tarde, a colônia de pescadores. Nos relatos de João Damasceno, é possível identificar as características de uma comunidade quilombola:

Isso bate bem com uma referência de uma região quilombola. E não sou só eu quem diz isso. Suzana, que trabalha na secretária de cultura, várias vezes ela chegou a se referir como sendo uma cidadã nascida na Rua de Baixo, e ela fala assim: - a comunidade quilombola da Rua de Baixo. A história do negro é ali, ali tudo é de negro, o batuque, as manifestações, as crenças, o falar, a fala do negro. Hoje tá se perdendo porque os mais velhos estão morrendo e não tem mais essas preocupações de falar a banta, o som mais de bando, da língua banta⁹. Mamãe gosta muito de falar palavras assim. Um dia desses, eu tava falando que eu ia começar a buscar registrar essas palavras que ela diz: tá dando sapituca, calundu. Então ali a nossa Rua de Baixo é muito forte, ali você vê as características de uma comunidade antiga, de raiz (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

Mas mesmo com esse grande contingente de quilombos e pelos vestígios da cultura negra em sua identidade e no seu modo de vida, os moradores não identificam a comunidade como quilombola; se reconhecem como negros, mas se veem como uma comunidade pesqueira, que abriga a colônia dos pescadores.

A colônia de pescadores Z-2, da cidade de Januária, teve a sua primeira sede no Bem-Bom, rua ligada à Rua Anísio José da Rocha, por volta da década de 1960 do século XX. Atualmente, a colônia é localizada no Final da Rua de Baixo, no prédio que sediava o antigo posto de saúde da comunidade como mostra a FIG. 6.

⁹ A maior parte dos escravos negros que vieram para o Brasil eram de etnias bantas (congo, benguela, ovambo, cabinda, angola, macua, angico etc). A despeito do intenso processo de aculturação a que foram submetidos quando chegaram no Brasil, muito de sua cultura original preservou-se. Muito do vocabulário atual do português que é falado no Brasil, por exemplo, tem origem banta. Mais especificamente, se origina do idioma quimbundo, uma das línguas nacionais de Angola.

Disponível em :

http://pt.wikibooks.org/wiki/Civiliza%C3%A7%C3%A3o_Banto/Contribui%C3%A7%C3%B5es_para_a_cultura_brasileira. Acesso em: Novembro 2014



FIGURA 6 – Colônia de Pescadores Z-2 em Januária.
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Novembro de 2014.

Segundo moradores da comunidade, a Colônia Z-2 foi fundada por importantes nomes da Rua de Baixo: Berto Preto que era pescador e dono de lancha, e Manoel dos Anjos, também pescador e dono de uma companhia de pesca. Eles eram grandes amigos, e foram parte do grupo também formado por: *Anísio da Rocha, Sargento Morzat da Polícia Militar, Zé Novais, seu Luciano, Seu Durvalino e seu Binú*. Junto à Colônia também foi criada a Associação dos Pescadores, presidida por Manoel dos Anjos.

Mas como afirma seu Binú, único integrante vivo que participou da fundação da Colônia Z-2, até o ano de 1962 a comunidade tinha a agricultura como principal atividade econômica da comunidade, mas foram sendo expulsos das terras.

Antigamente nós sobrevivía da lavoura. O povo morava nesse beradão do rio. Tudo era cheio de gente, mas tudo era independente. Tinha um fazendêto que tinha um terreno. A senhora chegava lá e dizia:

- Ei seu fulano, comé que é? Eu queria fazê uma aqui pra mora aqui.

Ele: - Pode fazê sua casa aí!

Ali a senhora morava pra eternidade. A gente plantava de tudo, após o que a gente fazia era governá aquele terreno. Óia, eu vô contá pra senhora, ali no lugá onde eu nasci, ali abaxo de Itacarambi, umas cinco légua de Barreras, o dono lá desses terreno (...) Eu morei lá peã eternidade e nunca conheci esse home. Não ligava nada de terra, não ligava não, ó: a senhora tinha misturado ali com o gado rico, tudo misturado; mas de uns anos pra cá que os donos de terra fico muito usurado, tomo conta que hoje, a senhora não pode nem cortá uma vara! Ah, naquela época, minha cumade,, a gente não sobrevivía de peixe não, ah era só da lavora. O grupo de pescado é organizado em 62. Antes já existia pescaria... de certo ano pra cá, o povo foi sobreviveno da pesca. Com a usura das terra, o povo foi saindo tudo! Aqui na frente [na beira do rio e na frente da Rua de Baixo]; tinha uma ilha aí, ó, aqui era chei de casa, chei de gente aí (Seu Binu, em entrevista a Isidório, Abril de 2004).

A colônia, nos seus primeiros anos, trabalhou para a regularização da prática pesqueira e da profissão, colaborou para transformar o pescador artesanal em profissional¹⁰ e para a regulamentação dos direitos destes trabalhadores. Desde os anos de 1970, a colônia veio perdendo a sua influência, e em 1998, com a entrada de um ex-policiaI para assumir a direção da associação, a mesma acabou perdendo vínculo com a classe e caindo em descrédito. Atualmente, a direção é ocupada por um pescador da comunidade. (ISIDÓRIO, 2010)

Considerando a Rua de Baixo como um espaço social marcado pelo cotidiano da pesca, é possível analisar que este ofício determina o aspecto das interações culturais e também do modo de vida da comunidade. A reprodução desse modo particular de vida, construído por seus antigos e novos moradores, as suas narrativas e suas manifestações são formas de resistência e manutenção de sua territorialidade.

2.2- O passado de uma rua

Nas caminhadas pela Rua de Baixo, conversando com seus moradores, pouco a pouco pude montar, como que peças de um quebra-cabeças, antigas histórias e cenários da comunidade, que serviram e servem de palco para a vida de mulheres, homens e crianças acontecerem.

Como dito anteriormente, a comunidade surgiu em função do rio São Francisco, abrigando a população negra que buscava sobreviver da pesca, da agricultura nas vazantes e da movimentação das trocas comerciais no Porto do Salgado. A Rua de Baixo firmou-se pelas intensas relações que ali se estabeleceram, e na influência das diferentes culturas que por ali atracaram nas águas do rio.

De acordo com Ribeiro (2001), os primeiros “brancos” que se instalaram na região norte mineira foram vaqueiros vindos da Bahia e bandeirantes chegados de São Paulo. Estas duas ondas trouxeram grandes influências para a região. Ribeiro (2001) afirma que, no

¹⁰ De acordo com THÉ (2003) em sua tese de Doutorado “Conhecimento Ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do Alto, Médio São Francisco - MG”, pescadores artesanais, dependem diretamente das variações dos ciclos ambientais da bioecologia dos recursos pescados. Mantém uma associação íntima com o sistema aquático e com os peixes, desenvolvendo conhecimentos e compreensões imprescindíveis para a sua sobrevivência na pesca.

século XVIII, a onda demográfica paulista “estancou”, mas a baiana permaneceu com mais intensidade, levando a um considerável número de famílias baianas a residirem no município.

O advento da navegação fluvial no rio São Francisco favoreceu a ocorrência da imigração baiana, tornando a região a parte de Minas que teve hábitos e costumes nordestinos influenciados na sua cultura. Na Rua de Baixo, estes vestígios estão presentes na memória, na lembrança dos moradores e nas manifestações culturais ainda presentes.

Para Bosi (2004), a lembrança é a sobrevivência do passado; ela é uma imagem que criamos à partir do que vivemos, depois de toda mudança que sofremos com o passar do tempo. Guardada na memória, essa lembrança vem à tona como forma de reafirmar a identidade da comunidade, de manter ainda viva as suas tradições, o seu modo particular de vida, por meio das manifestações culturais, dos ritos e festas.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. (...) A memória teria a função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo (BOSI, 2004, p. 46-47).

No exercício de lembrar e reviver, vamos percorrer a Rua Anísio da Rocha, a Rua de Baixo, seguindo com seus moradores antigos, nomes que fizeram e marcaram a história da comunidade.

Antigamente ao se adentrar a Rua de Baixo logo estava a casa de seu Binú (Presente na FIG. 7, à esquerda sendo o ultimo da fila) e dona Maria, sua esposa. Seu Binú era pescador, foi carroceiro e vazanteiro. Hoje com 105 anos, é um dos poucos moradores antigos ainda vivo, é uma referência quando se fala da cultura da Rua de Baixo.



FIGURA 7 – Desfile dos pescadores na semana santa.
Fonte: Foto cedida por João Damasceno.

Logo ao lado da casa de seu Binú, chegava à casa de Miguel da Viola e sua esposa dona Helena, que foi uma mulher engajada no catolicismo popular, rezadeira e dançarina de São Gonçalo.

Andando pela rua estava a casa do pescador Norberto Gonçalves dos Santos, mais conhecido como Berto Preto. Ele foi dono de lancha, fundador e imperador do Terno dos Temerosos, marcador de São Gonçalo e também imperador da Folia de Reis de caixa na Rua de Baixo. Ele ajudou a criar a Associação da colônia dos pescadores e foi uma figura muito conhecida e querida pelos moradores da comunidade. Ana Rita 54 anos, filha de seu Zé de Lio, lembra: *“Seu Berto Preto ele era famoso pra fazer leilão, ele tinha uma voz alta meio rouca e gritava leilão”* (Entrevista concedida em outubro de 2012). Na comunidade aqueles pescadores que eram proprietários de barcos e redes se tornavam grandes líderes, isso levava a uma distinção social dentro da comunidade. Essas pessoas geralmente assumiam um papel político e muitas vezes de agente cultural, como foi o caso de Berto Preto que até hoje é reconhecido na comunidade como um grande líder.

Próximo a Berto Preto, ficava a família dos Mei D’água, finado Manel Mei D’água e dona Maria Mei D’água. Ao lado, o mercado de seu Valdemar, um comerciante muito calmo, que fez do seu estabelecimento uma referência na Rua de Baixo.

Bem ao lado de seu Valdemar, tinha um beco que era de areia e com cercas de taboas de aroeira, onde vinham Manoel dos Anjos e Jovem Bom Fim. Nas palavras de João Damasceno: *“eles tinham muita importância na Rua de Baixo”* (Entrevista concedida em Dezembro de 2014). Manoel dos Anjos era um pescador que tinha uma espécie de companhia de pesca em seu mando. Eram dele os barcos e as redes que os pescadores sob seu comando usavam na pesca. Assim, enquanto Manoel dos Anjos passava dias no rio São Francisco pescando, Jovem Bonfim, sua mulher, se ocupava com a venda dos peixes na Rua de Baixo. *“Quando um homem se metia a besta com ela, lá na casa dela, ela logo pegava o trinta e oito dela e colocava em cima da mesa e logo dizia: - Aqui não tem meu homem não, mas tem meu revólver, tem que respeitar”*(João Damasceno, entrevista concedida em Dezembro de 2014).

A casa do casal foi por muito tempo morada de crianças, moças e rapazes que precisavam de um lar, seja por serem órfãos ou por precisarem viver na cidade. Como foi o caso de dona Maria e seu marido seu Josefino, já falecido, que chegaram a casa de Manoel dos Anjos e Jovem Bonfim, ambos com nove e dez anos de idade, e saíram de lá casados, constituindo família na Rua de Baixo.

Dona Maria, 75 anos, ao relatar sua história com lágrimas nos olhos. olhava sem direção como quem voltasse no tempo e lá se deparava com um misto de memórias tristes e felizes, mais ainda assim, sorria, como a satisfação de lembrar.

Nasci no distrito de Januária, Moradeira, onde eu morava. Depois eu vim morar com um tio meu e lá eles colocaram na cabeça de pai pra morar aqui também. Eu morava numa casa grande ali com Manoel dos Anjos e Jove Bonfim. (...) Eu num tinha mãe né? Minha mãe morreu de parto eu nem tenho lembrança dela, daí quando ela morreu começou minha vida de ficar num lugar e outro, até chegar na casa de Dindinha Jove Bonfim. (...) Trabalhei viu minha filha, naquela casa eu trabalhei de mais. Era muita gente lá, era cada um com sua tarefa, era tudo divididinho, muita moça, e essas moça ia aprender costurar com a filha dela que era uma costureira de mão cheia. Eu carreguei lata d'água na cabeça por muito tempo, eu levava lá pra casa de dindinha, lá pra eles. Casei e sai de lá, mais eu moro aqui há quarenta e poucos anos nesta casa aqui, nessa rua, quase a vida toda (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em dezembro de 2014).

A Rua de Baixo chegava ao fim no armazém de seu Luciano, lá era um ponto de encontro para conversas entre os moradores e referência também para quem era “de fora”.

Vinha gente bacana do centro da cidade, inclusive um ex-prefeito, Anísio José da Rocha, que é o nome da Rua hoje. Ele saía do centro pra tomar cachaça no armazém de seu Luciano, pra jogar truco com os pescadores, com meu pai, com Rufião, com Augustinho, Adalberto, Chico Doce de Coco que já eram os jovens da época né? (João Damasceno, entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Janeiro de 2014).

Geraldo Farias era um sanfoneiro, não morava na Rua Anísio José da Rocha, mas tinha a sua casa ladeando a Praça Santa Cruz que também fazia parte da Comunidade. Na sua casa, o sanfoneiro tinha um salão no qual aconteciam bailes nas noites de sábado e nas tardes de domingos, onde a população da Rua de Baixo, da região e pessoas trazidas pelos vapores iam se divertir. Dona Maria relata:

Quando eu era moça, que morava na casa de Dindinha Jove eu era doida pra ir lá no forro de Geraldo Faria, mas dindinha não deixava, eu obedecia, mas todo mundo daqui ia. Era bom demais, era o melhor que tinha, enchia de gente e as vezes dava até confusão lá. Eu fui algumas vezes lá dançar (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Dezembro de 2014).

O cotidiano da comunidade era marcado pelas atividades ligadas ao rio São Francisco, enquanto os homens se ocupavam com a pesca e a agricultura nas vazantes, as mulheres se dedicavam aos fazeres domésticos, dentre elas lavar roupa e carregar latas d'água “pra fora”, em busca de uma renda a mais para a família. Antigamente, não havia água

encanada na comunidade, daí a necessidade de pegar latas d'água e lavar roupas no rio. Essas atividades moldavam o cotidiano. Dona Maria descreve a antiga rotina.

Meu marido era pescador, ele passava muitos dias fora quando saía pra pescar. Eu trabalhava também, lavava roupa pra rua. Quando eu casei o rio passava ai ó. Era aqui nessa rua ai, o rio passava ai. E quando ia lavar, ia um grupo de mulheres, era muita gente eu nunca fiquei sozinha não. Ai a gente ia proziar e lavar a roupa naquelas pedrona. As pedra eram lá de quem chegasse e sentasse, a gente levava os banco e sentava lá nas pedra e colocava a bacia no banco e começava. Tem tanta mulher que hoje não é viva mais que lavava roupa naquele rio quando ainda era um rio que corria um aguaceiro (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em dezembro de 2014).

No passar das roupas, essas mulheres seguiam o ritual utilizando o ferro à brasa. Dona Maria lembra: *“umas pessoas pegavam só pra lavar e entregar o dono, mais outras lavava e gomava no ferro a brasa, soprado de fole. A gente colocava o carvão depois as brasa e soprava com o fole e quem não tinha fole era no bico mesmo”* (Entrevista concedida em dezembro de 2014).

No meu tempo de menino minha mãe ficava passando roupa aqui em uma mesa, um ferro a brasa, ainda soprando com fole né? Do outro lado dona Nelita, do outro lado dindinha Augustinha, do outro lado dindinha Vitalina, do outro lado dona Rosa. No decorrer da rua a gente brincava, brincava de bola, de porta bandeira, de anelzinho pulador né? Era assim. Um pouco mais pra cima você olhava um outro grupo de mulheres Tibufinha, Iaiá Jove, dona Dilú, dona Zezinha e outros moradores da Rua. E mais pra ponta, mais pra baixo, onde hoje nós chamamos de coxa-prego se via a mesma coisa: Vilma, Maria Garra, Santana (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Janeiro de 2014).

As festas, que se tornaram tradicionais na Rua de Baixo, foram sempre ligadas à religiosidade da comunidade. Isto porque a religião está intimamente relacionada à construção do saber e do modo de vida popular. É por meio dela que os homens justificam e interpretam a sua vivência. Geertz (1989) em seus estudos sobre religião analisa o fenômeno religioso a partir da cultura. Assim, para ele a religião é:

(...) um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 1989, p. 105).

Se a religião é responsável por justificar a existência do homem, por dar sentido à vida, por definir a sua conduta, os seus valores e a sua crença, a festa por sua vez aparece como um instrumento para se celebrar a memória, as tradições e a união da comunidade. De acordo com Durkheim (1996), a festa tem como função manter vivas as crenças e impedir que elas se tornem esquecidas na memória da coletividade. Ela promove a união do grupo, traz o sentimento de solidariedade e de pertencimento à comunidade, reforçando os laços sociais.

Para Brandão (1989), a festa teria como função quebrar a rotina da comunidade, fazendo com que os moradores deixem de lado os problemas cotidianos levando-os a celebrarem aquilo que é sagrado a eles, fortalecendo assim os seus laços.

A festa restabelece os laços dos indivíduos de uma comunidade. No momento em que os moradores festejam sua cultura, ocorre uma reafirmação de suas tradições e de seus valores, ativando assim, a memória e o sentimento de pertencimento ao seu lugar de origem; como enfatiza Brandão (1989, p. 17): “a Festa quer Lembrar. Ela quer ser a memória do que os homens teimam em esquecer – e não devem – fora dela”.

Deste modo, as manifestações culturais trazem em si simbologias, valores morais e religiosos que se traduzem na identidade e num modo de vida particular da comunidade. Na religião e nas festas, essas comunidades reafirmam e mantêm vivas as suas crenças, tradições e sua identidade.

A “festa de Santa Cruz” é um festejo tradicional da cidade, esse festejo acontece na Praça Santa Cruz, que se localiza na região da Rua de Baixo, fazendo parte assim da vida da comunidade. Os festejos acontecem há muitos anos. Não há santo padroeiro, a comunidade dedica os festejos à Santa Cruz, a uma tradicional comemoração católica que é celebrada no dia três de maio, como o dia em que a cruz onde Jesus foi crucificado foi encontrada. Segundo Fonseca, “pelo menos até a década de 1950, a Praça de Santa Cruz, situada entre a região da Rua de Baixo e o Centro, constituía-se o principal polo cultural da cidade, sendo aquele que abrigava as maiores festas populares de rua” (2009, p.111). Ana Rita descreve como era a Festa de Santa Cruz na sua infância:

Quando chegava o dia três tinha os festejos, tinha leilão. Mãe fazia cascarão da salga de tapioca, acho que se hoje eu comer vou achar ruim mais naquela época era uma delícia. Ai tinha cascarrão, beju de tapioca, peixe frito, rançava aquele moio de cana com tudo da cana e mamão, cada mamão bonito e colocava pra leiloar. O leiloeiro fazia aquele barulho todo era uma festa muito gostosa a festa de Santa Cruz (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2012).

O festejo de Santa Cruz, segundo relatos de João Damasceno, nasceu quando crianças, no dia 3 de maio, dia de Santa cruz, juntaram flores e montaram um altar com uma cruz de madeira e começaram a rezar. Desse ato foi criada uma festa religiosa que anos depois se tornou tradicional na região, eram nove noites de festas. Nesse local foi construída uma igreja que mais tarde foi demolida e deu lugar a um cruzeiro.

A Praça Santa Cruz é localizada dentro da comunidade da Rua de Baixo, “a Rua, a Praça, a comunidade são uma coisa só. Quando você fala da Praça, você fala da Rua de Baixo” (Ana Rita, entrevista concedida em outubro de 2012). A Praça por sua história possui um valor religioso para a comunidade que é traduzido hoje pela tradição dos festejos. Ana Rita em depoimento relata a importância religiosa que a Praça já tinha para a comunidade no passado:

Quando tinha o antigo cruzeiro na praça, quando faltava chuva, quando ficava sem chover a gente ia pra lá pra fazer promessa pra chover. Ia lá na Quinta, meio dia, enchia as vasilhas de água e ia pra praça jogar água no pé do cruzeiro pedindo chuva. (...) Era muita gente crianças, idosos, era um grupo. E olha que por vezes acabava chovendo. A gente fazia novena que era por nove dias, meio dia tinha que ser. Eu não esqueço essa época (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2012).

A tradição das rezas, que aconteciam com a intenção de pedir por chuva no cruzeiro da Praça, era também uma prática muito recorrente na comunidade, que possuía rezadeiras fixas pra liderar o grupo e interceder pela chuva.

Prece pra chover era a velha Sarmento que puxava as rezas e a gente saia molhando os canteiros, pra pedir chuva, era ali na Rua de Baixo, dali da Santa Cruz até nas Moradeiras, lá na beira do rio. Tinha as musicas, a gente sai cantando: Santa Maria Mandalena peça a nosso senhor que envie chuva na terra, chuva por esmola, também o pão que nos consola (Dona Maria, Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Dezembro de 2014).

A Praça Santa Cruz é um ponto de referência para a comunidade, onde suas festas, suas tradições e rituais religiosos eram e são vivenciados. Local sagrado que carrega a lembrança de um templo demolido que hoje é representado pela cruz, cruzeiro que representa símbolo de resistência e de fé do povo ribeirinho.

A Festa dos Santos do Rio era um festejo oriundo da Rua de Baixo que acontecia em devoção a São Pedro e São Francisco, nele ocorria o encontro de barcas com as imagens dos dois santos. Este festejo atualmente ocorre em dia próximo ao aniversário da cidade que é sete de outubro, próximo também ao dia quatro do mesmo mês, dia da comemoração do santo

São Francisco. Na festa ocorre uma procissão que geralmente sai da Catedral Nossa Senhora das Dores com uma barca que leva a imagem de São Pedro, até o Rio, para o encontro com a barca trazida pelo rio por pescadores, carregando a imagem de São Francisco.

No passado, essa festa era uma celebração organizada pelos pescadores, Ana Rita em depoimento afirma que: *“Antes de inventarem a fazer a festa dos Santos do Rio na praia, no cais, ela era feita lá na colônia dos pescadores mesmo”* (Entrevista concedida em outubro de 2012). A festa marca a devoção aos santos que a comunidade devota. Logo abaixo a FIG. 8 mostra as barcas com as imagens de São Francisco e de São Pedro após o encontro nas águas.



FIGURA 8 – São Francisco e São Pedro.
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Outubro de 2011.

As festas religiosas promovem, entre o sagrado e o profano, a reunião da comunidade, os relatos dos moradores reforçam que nos velhos tempos, considerados bons tempos, as festas reuniam e uniam as pessoas da rua e que nos tempos de hoje as festas já não acontecem como uma reunião de pessoas, mas sim como uma apresentação para o povo de fora.

2.3- O rio, a rua, a comunidade

Segundo Little (2002), a territorialidade apresenta um papel importante na constituição de grupos sociais. O autor vai definir a territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. (LITTLE, 2002, p. 3) A territorialidade é uma construção coletiva e um sinônimo de resistência.

Conforme Little (2002), a territorialidade humana possui uma multiplicidade de expressões e isso produz, por consequência, uma grande variedade de tipos de territórios, onde cada um possui suas particularidades socioculturais.

O processo de ocupação territorial da comunidade da Rua de Baixo teve uma grande influência cultural. Foi na cultura que a comunidade encontrou uma das formas de ocupar, usar, controlar e identificar com seu ambiente biofísico. É por meio da cultura que nessa comunidade o processo de territorialidade acontece com mais intensidade.

Como Tonnies (1973) afirma, a comunidade se constrói na efetiva participação de um ser na vida do outro, numa partilha de sentimentos baseada na compreensão que dá condições para o surgimento do sentimento comunitário. De acordo com Nisbert (1973), a comunidade

[...] abrange todas as formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo. A comunidade encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social, encarada separadamente. Sua força psicológica deriva de uma motivação mais profunda que a da volição ou do interesse e realiza-se na fusão de vontades individuais que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição. (...) Seu protótipo tanto histórico como simbólico, é a família, cuja a nomenclatura ocupa lugar predominante em quase todos os tipos autênticos de comunidade (NISBERT, 1973, p.258- 257).

Tal compreensão é intimamente condicionada pelas relações sociais presentes na ideia de família. João Damasceno relata como são os laços de solidariedade e a relação entre os moradores da comunidade da Rua de Baixo.

Aqui na Rua de Baixo todo mundo é padrinho, dindinha e compadre, um cuida do filho do outro. Tem muito disso: - comadre Maria, num vi ela hoje. Vai lá vê se comadre Maria tá doente. Chega lá, comadre Maria tá doente. – Mãe dindinha tá doente. Daí num instante vai lá ver como que tá, vai lá fazer um chá, vai lá ver se precisa levar para hospital. Na minha época de moleque, se eu ia banhar no rio, só

banhava se lá tivesse uma comadre da minha mãe. Ela falava: - o que você vai fazer no rio, João? Tá querendo tomar banho? Enquanto eu tiver aqui você pode tomar banho. Na hora que ela ia embora: - Acabou o banho, João? Então tem esse vínculo de tradição, de um cuidar do outro. Aqui é uma comunidade (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em 2011).

Ana Rita, 52 anos, filha de Seu Zé de Lió, um pescador e antigo morador da Rua de Baixo, relata como era a vida na comunidade, como era viver do rio:

A gente vivia do rio, plantava na coroa, nas vazantes. Plantava milho, melão, melancia, abóbora, quiabo, e sobrevivia do rio. (...) A favela de Januária era ali, só que não era aquela favela degradante não, muito pobre, porque o povo tinha de onde tirar o sustento. Era povo pobre, mais não era povo de pedir esmola, era povo carente que a casa não tinha muita mobília, era casa simples, um povo simples que tinha sua religião, tinha seus trocados para comprar seu arroz, seu feijão e cozinhava a lenha, mas sempre tinha o que comer, porque o rio fornecia sem cobrar nada, por ele o povo não passava fome (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2012).

Seu Pedro, 72 anos, pescador de longa data e morador da Rua de Baixo, fala da sua infância e de como foi a sua vida na comunidade.

Eu nasci no Rodiador, o rodiador é aqui abaixo de Januária, umas duas léguas e pouco, uns doze quilômetros, Fica abaixo do rio. Minha mãe cismou de colocar a gente na escola e aí ela conseguiu um lote na colônia, na Anísio José da Rocha. Aí, quando eu vim pra cidade, eu deveria ter oito, nove anos. Eu fui criado na Rua de Baixo. Em 55, eu fui pra São Paulo, mas eu sempre ia e voltava. Quando minha mãe falou pra o meu pai que vinha pra cidade pra trazer nós pra escola, ele falou pra ela que não vinha pra cidade passar fome pra colocar filho na escola não. Nós era cinco filhos. A minha mãe foi no finado Mario Lisboa e pediu ele um lote, ele deu pra ela um lote naquele rua, que na época ali era só mandacaru. Aí o finado Bastião, primo da minha mãe, que morava no Tatu, ele deu pra ela madeira e meu pai trouxe as telha. Meu pai ficava na roça e vinha em casa só trazer uma migalha pra nós. Onde é a Boa vista hoje, eu não cansei de ir mais a minha mãe, saía daqui de madrugada pra ir buscar limão com minha mãe. Época de goiaba, ia busca goiaba e manga, chegava aqui minha mãe escolhia as melhores e eu colocava na cabeça e ia vender na rua, manga, umbu, goiaba. Nós saía de madrugada lá pro rumo da quinta, fazia aqueles feixe de lenha, chegava aqui minha mãe cortava e ia vender. Com o dinheiro a gente comprava um tustão de rapadura, uma colher de café. O finado Simião vendia rapadura, ele serrava a rapadura e vendia o tustão a duzentos reis; o café você comprava a colher, se você não podia comprar duas ou três colher, você comprava uma. A minha mãe comprava fato no matadouro, a minha mãe comprava e nós travata ele de madrugada, ela colocava aquela panelada de bucho com tripa no fogo de noite pra cozinhar. De manhã cedo tava tudo pronto, já cortado os moizinhos de duzentos reis, de um tustão, ela colocava numa gamela e enchia a minha barriga de café com bucho, eu colocava a gamela de bucho na cabeça e ia vender, apurar o dinheiro pra minha mãe pagar, ela comprava fiado. Tratava, eu ia vender, quando chegava, ela ia pagar. Eu não me cansava no tempo de Guilherme. Guilherme era do meu tempo. Quando chegava gado aqui pra atravessar, era duas pessoas que o finado Rosalvo ia chamar primeiro, era os dois cara mais doido que tinha aqui pra mexer com gado, é que nós não tinha medo mesmo e quanto mais o gado remetia que nós gostava mesmo.

Eu vinha aqui no matador segurar a mão de boi pra ganhar passarinha, minha mãe ferventava e fazia farofa. O sangue do boi, na hora que sangrava, eu aparava o sangue com uma vasilha pra levar pra casa, minha mãe ferventava ele e fazia como sarapatel de porco (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

Nisbet (1973, p. 48) ressalta que a comunidade “pode ser identificada ou encontrar sua expressão simbólica, na religião, na nação, na raça, na profissão, nas cruzadas”. Foi na sua cultura que a comunidade da Rua de Baixo encontrou uma maneira de reafirmar como ribeirinhos, barranqueiros, pescadores, negros. São nas expressões simbólicas que o homem representa seu saber-fazer e esclarece suas significações, é assim que ele constitui a sua cultura. Como Geertz mesmo retrata:

[...] o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias (...). Apenas o homem possui (...) não só inteligência, como também consciência; não só necessidades, como também valores; não só temores, mas também senso moral; não só um passado, mas também uma história. Somente o homem, em suma, tem cultura (GEERTZ, 1989, p. 15-32).

A cultura será dessa forma a representação do lugar em que se vive, dos saberes, símbolos e significados de determinado grupo, como é o caso da Rua de Baixo, que transfere características tipicamente ribeirinhas às suas manifestações culturais. Assim, a comunidade se apresenta como um importante pólo cultural de Januária, mostrado por João Damasceno.

A Rua de Baixo, por incrível que pareça, é uma comunidade fundamental na cidade. Localizada aqui na beira do Rio São Francisco, tem uma riqueza cultural fantástica. Aqui nós temos os Temerosos, a folia de caixa. Aqui nós temos uma gama de senhoras dançadoras de São Gonçalo. Aqui a gente resgatou o maculelê, cantigas de lavadeiras da época que as mulheres enquanto lavava roupa no rio cantavam, casos de pescador. Nós temos a capoeira que aqui é muito forte, nós chegamos a ter três academias de capoeira. Então, tem uma gama de cultura muito forte, e graças a Deus, com o passar dos anos, estamos conseguindo manter isso aqui na Rua de Baixo e em nenhum outro lugar da cidade a gente vê isso (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2011).

Cria-se assim, uma maneira particular de viver, um padrão de comportamento que configura valores morais, étnicos e religiosos de comunidades tradicionais. É por meio das representações simbólicas e das manifestações culturais que esses povos revelam sua identidade, a sua história e se identificam como pertencentes ao lugar em que nasceram, cresceram e criaram seus filhos e netos. E, assim, transferem o seu saber à comunidade por meio de uma oralidade que caminha de geração a geração.

As tradições orais são sempre mais coletivas e só sobrevivem se forem aceitas e fizerem parte da visão de mundo da coletividade nos grupos. As festas, as manifestações sagradas, culturais, os rituais dos ciclos do trabalho, gestos, rezas, mitos, fazem parte do calendário das tradições dos sujeitos do sertão (...) que comemoram, referenciam e obedecem as regras sociais impostas pelas tradições, na certeza das recompensas pedidas e aclamadas através de promessas que envolvem o sobreviver no sertão (PAULA; BRANDÃO; CLEPS JUNIOR, 2006, p. 7).

Vivendo numa área localizada às margens da cidade, considerada periferia, esse povo viu em seu espaço uma chance de construir coletivamente uma identidade social ligada ao território.

Neste sentido, a composição física da comunidade contorna os patrimônios públicos presentes na cidade, que, de certa forma, complementam o enraizamento na identidade da população. Em relação a bens públicos, existe no lugar um colégio de ensino fundamental e médio, o colégio Pio XII (FIG. 10), uma quadra esportiva e uma praça (FIG.9), uma igreja católica (FIG. 11/12), a sede da Colônia dos Pescadores (FIG. 6), uma casa de cultura (FIG. 18) e as sedes do Batalhão da Polícia Militar e da Delegacia de Polícia Civil da cidade.



FIGURA 9 - Praça Santa Cruz e ao fundo a quadra Poliesportiva na Rua de Baixo.
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Julho de 2014.



FIGURA 10 - Escola Estadual Pio XII na Rua de Baixo.
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Julho de 2014.

A Igreja da comunidade é de devoção a São Pedro (FIG. 11 e 12), ela está localizada no final da Rua Anísio José da Rocha. É um templo simples, que por fora lembra a arquitetura de uma casa normal, mas que assume o seu papel sagrado pela cruz cravada em sua fachada. Marcada pela simplicidade de um altar e pela presença das imagens de São Pedro, Nossa Senhora Aparecida e Jesus crucificado, a capela representa a fé ribeirinha.



FIGURA 11 / 12 – Igreja de São Pedro na Rua de Baixo
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Novembro de 2014

Segundo relato dos moradores da comunidade, a igreja foi construída em 2005 por dona Erudina Silva de Novaes, a dona Meru. A construção da Igreja aconteceu por causa de uma promessa feita pelo falecido marido de dona Meru, o pescador José Novaes Santiago. Ainda em vida Seu José prometeu que assim que se aposentasse iria construir na comunidade uma Igreja devotada a São Pedro. Com a morte do marido, dona Meru assume a responsabilidade de construir o templo quando Seu José aparece em sonho pedindo que ela cumprisse a sua promessa. Dona Meru realizou a construção da Igreja com ajuda de doações,

O templo religioso se ergueu, e hoje é, na Rua de Baixo, símbolo da fé ribeirinha e da resistência de seus moradores, não foi só a concretização da vontade e devoção de Seu José, mas também dos moradores ribeirinhos em ter em seu território uma das representações de sua fé, de seu modo de vida.

Foi do Rio São Francisco a grande contribuição para a constituição do território e da identidade da população da comunidade. Desde os tempos áureos da navegação, a população simples da comunidade da Rua de Baixo estabeleceu vínculos com o rio, da pesca até as atividades que poderiam render sustento as famílias. Seu Pedro conta como viveu a sua infância, buscando sustento nas chegadas e partidas dos vapores no Porto.

Eu ia pro vapor carregar mala pra ganhar dinheiro O vapor começou encostando no jardim, ai depois, de acordo, foi secando, foi descendo, descendo e encostando naquela direção que nois moramo. Às vezes tinha dois, três vapor no porto e eu ia pra lá carregar mala pra ganhar dinheiro, lustrava o sapato dos marinheiro, as vezes até em troco de comida; eu lustrava o sapato e eles me dava um prato de comida, eu levava a vasia e trazia pra minha mãe e pros meus irmão. Eu ajudava o cozinheiro lavar as panelas pra ganhar resto de comida. Eu ajudava copeiro, que era distribuía comida em cima quando os vapor era de primeira, segunda e terceira classe, eu fazia amizade com os copeiro tudo, e quando o vapor chegava, eu sabia que era barriga cheia em casa. Eu ia ajudar e tudo que eu ganhava era comida em casa (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

O Rio contribuiu também para as singularidades culturais da Rua de Baixo, diferentes dos outros bairros da cidade. A comunidade possui uma grande gama de grupos culturais atuantes. Em sua maioria, estes grupos possuem características ligadas ao rio, em suas vestimentas, suas músicas.

É no São Gonçalo, no Maculelê, na Puxada de Rede, na Folia de Caixa, nos Causos de Pescador e com o Terno dos Temerosos, em seus projetos sociais, que essa comunidade busca modificar sua realidade social e assegurar a preservação de sua cultura, seus conhecimentos e de seu modo de vida.

Ao mesmo tempo em que a Rua de Baixo se exhibe enquanto uma comunidade tradicional, e conseqüentemente, atrelada a um caráter rural, evidente em suas manifestações

culturais, na sua religiosidade, nas relações centradas nas pessoas e nas redes de reciprocidade, ela se mostra participante ativa da invasão da urbanização em seu território, que aos poucos vem transformando inevitavelmente a estrutura e o modo de vida na comunidade.

O maior símbolo da urbanização da comunidade infelizmente não é pela melhoria da estrutura espacial da Rua de Baixo, até por que a comunidade possui ainda ruas sem pavimentação e sofre com a falta de coleta seletiva, como mostram as FIG. 13 e 14.



FIGURA 13 / 14 - O lixão na comunidade – Rua sem pavimentação.
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Novembro de 2014.

Estes são contrastes que deixam uma impressão de desolação e abandono social, que se completam pelo problema social que mais agrega dificuldades à comunidade, de acordo com os moradores: o tráfico de drogas. De acordo com o 2º Tenente, Gilberto Magalhães Carneiro, do 14º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, este é um problema que há muito tempo vem sediando a comunidade, isso porque a localização e estrutura do ambiente da mesma vêm favorecendo a comercialização e o uso de drogas no seu território. Logo abaixo, a FIG. 15 mostra símbolos de duas facções responsáveis pelo tráfico de drogas na Rua de Baixo, pixados na fachada da casa que sediava o projeto social “Pescando Cidadão”, o qual foi realizado por moradores da comunidade e tem como objetivo proteger e resgatar crianças e adolescentes do tráfico de drogas.



FIGURA 15 – As marcas do tráfico, a droga, o símbolo da urbanização.
 Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Novembro de 2014.

Os símbolos rurais também marcam as características físicas da comunidade. É muito comum andar pela Rua de Baixo e encontrar carroças puxadas por animais (FIG. 16), usadas no transporte de mudanças, cargas e na venda de madeira para o uso do fogão a lenha.



FIGURA 16 – O rural no mundo urbano.
 Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Novembro de 2014.

A comunidade vivencia todas as mudanças que estes problemas sociais têm causado no seu modo de vida e a luta contra essa condição tem sido uma constante ação. Dentro da Rua de Baixo têm surgido vários projetos sociais voltados a crianças e adolescentes e também varias outras iniciativas de seus próprios moradores, em busca de reafirmar e

preservar a sua tradição cultural. O que esses sujeitos procuram é modificar o status social e a visão estigmatizada depositada à comunidade.

2.4 – Representações de uma rua

À partir de narrativas colhidas na pesquisa de campo, procuramos aqui analisar a representação da comunidade da Rua de Baixo, buscando compreender como ela é vista pelos seus moradores e por pessoas que participam de alguma forma do seu cotidiano.

Para Whyte (2005), o conhecimento detalhado da vida local de uma sociedade só pode ser obtido à partir da sua vivência e da participação nas atividades de sua gente. O autor acredita que há duas formas de se enxergar e analisar uma dada sociedade: há a visão dos “de fora” e a dos “de dentro”.

Ao compartilharmos o mundo com outras pessoas, temos a necessidade de interagir com o mundo que nos cerca. Para Durkheim (1996), as representações coletivas são produções mentais sociais. A noção de representação coletiva constitui um fato moral. Ela participa da construção da coesão social de grupos dentro da sociedade. Coesão e coerção são dois elementos presentes nos escritos de Durkheim (1999). A coesão possui caráter associativo e cria, assim, afinidade e solidariedade. A coerção remete a norma como uma construção impositiva da sociedade para o indivíduo, nas representações o elemento coercivo é ressaltado.

O sistema de representações, de alguma forma, é definido pela ordem da sociedade. As representações coletivas permitem que o grupo exista, e torna inteligível a realidade que o cerca. Segundo Durkheim (1996), a consciência individual comunica por meio de signos que traduzem seus estados interiores. Para que aconteça entre os indivíduos uma fusão de todos os sentimentos particulares em um sentimento comum a todos, é preciso que estes signos que as manifestam, se unam em uma resultante. À partir disso, esta resultante indicará aos indivíduos que eles estão em uníssono e dará consciência de sua unidade moral. Dessa forma, as representações coletivas “supõe que as consciências ajam e reajam umas sobre as outras, elas resultam dessas ações e reações” (DURKHEIM, 1996, p. 240).

O que marca a existência de um grupo é sua homogeneidade, que uma vez estabelecida, uma vez em movimento, toma uma forma estereotipada, que servirá para simbolizar as representações correspondentes.

2.4.1 – “Os de fora”: a cidade vê a comunidade

No campo, procuramos saber o que os “de fora” dizem e pensam a respeito da Rua de Baixo, quais as representações que esses absorvem em relação aos moradores. Aqui estão depoimentos de pessoas ligadas a instituições que se fazem presentes na comunidade na prestação de serviços básicos como segurança, saúde e educação.

A comunidade da Rua de Baixo é, pelo senso comum, considerada uma área de risco, de vulnerabilidade social e com altos índices de criminalidade e violência. Mas, na realidade, há um estigma, uma interpretação, ou mesmo uma imagem que foi construída em relação à comunidade desde a sua origem, como já foi tratado anteriormente. O mais sério problema social existente na Rua de Baixo, segundo os próprios moradores, é a segurança, para ser mais preciso, a falta dela pela prática do tráfico de drogas.

Em entrevista com o 2º Tenente Gilberto, foi possível apreender muito da realidade da segurança na comunidade. O Tenente está há dezenove anos na corporação, a maioria deles são de serviços prestados a Januária, que é também a sua cidade natal. Em Januária, ele comanda vários portfólios de serviços de segurança pública como: a equipe do tático móvel, a patrulha de trânsito, a patrulha escolar, o policiamento comunitário e outros. Assim, de acordo com os dados obtidos pelas ocorrências policiais registradas na Rua de Baixo nos anos de 2013 e 2014, o Tenente Gilberto considera que em termos de ICV e IC¹¹ a Rua de Baixo não é uma área preocupante para a Polícia Militar, e afirma:

Se você verificar bem, nos últimos dois anos, nós tivemos dois crimes violentos. Aqui, ao longo da Avenida São Francisco, não é nem aqui na Anísio José da Rocha, aconteceu uma tentativa de homicídio, e do outro lado da rua, um roubo, só isso. O IC também é baixo, os dados mostram. (...) Mas a questão do tráfico de drogas, embora ele não apareça nas estatísticas, ele é uma preocupação constante pra nós da Polícia Militar. Na verdade, essa questão do tráfico de drogas não é uma questão restrita só aqui da Rua de Baixo não. É uma questão de todo mundo, todo mundo está sofrendo com esse fenômeno que é o tráfico de drogas. (...) Hoje, o problema aqui na Rua de Baixo é a questão do crime organizado, a questão do tráfico de drogas, embora as estatísticas não mostrem (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em dezembro 2014).

Perguntado sobre os fatores que estão relacionados à violência e à criminalidade na região da Rua de Baixo, o Tenente explica que, para considerar um problema policial, a

¹¹ De acordo com o Tenente Gilberto na segurança pública a análise criminal é dividida em dois grupos de violência: o ICV e o IC. O ICV que é o Índice de Criminalidade Violenta que envolve homicídio consumado e tentado, roubo, estupro e extorsão mediante sequestro. O IC, Índice de Criminalidade engloba crimes como ameaça, furto, agressão e tráfico de drogas.

situação tem que ser composta por três fatores: a vítima, o ambiente e o agressor. No caso da Rua de Baixo, levando em consideração que o problema é o tráfico, o Tenente afirma que a vítima nessa situação seria a própria comunidade, mas invertendo a situação, considera como usuário a vítima, pois o local onde se está a comunidade, é de fácil acesso para que estes usuários estejam lá consumindo drogas.

Tem usuários que não são daqui da Rua de Baixo, mas eles preferem, se sentem mais seguros, porque a Rua de Baixo é o centro da cidade. É muito seguro um usuário, de repente, de um outro bairro, vir aqui usar essa substância torpedeira, substância ilegal, aqui no centro da cidade, do que deslocar pra outras comunidades, igual, por exemplo, Vila São Domingos e Vila Verde, pra fazer o uso disso aí. Então, a questão da vítima já favorece o deslocamento desses outros usuários estarem utilizando drogas aqui. Pra você ter uma idéia, depois da meia noite, é comum a gente encontrar zumbis; sabe o que é zumbis? Pessoas que já são dadas ao consumo de craque e já fica desnorreado andando pelas ruas. É comum a gente encontrar zumbis ao logo da Anísio José da Rocha, né?! Então, eles preferem andar aqui ao longo da Rua, procurando uma pedra de craque, do que sair a longas distâncias pra tentar aventurar nisso daí. Então, essa questão da vítima, entre aspas, que é o usuário, já favorece pela localização central (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em dezembro 2014).

Outro ponto que favorece essa situação é o ambiente, a estrutura física da Rua de Baixo, que não colabora para o policiamento preventivo, e há também a existência de várias rotas de fuga, que dificultam este trabalho. As escadas, que compõe o cais da cidade, levam até a mata, que hoje ocupa a área antes banhada pelo rio São Francisco, e servem de esconderijo, quando há presença da polícia na comunidade. As casas abandonadas, ao logo da Anísio José da Rocha, funcionam também como pontos para a utilização de drogas. Todos estes aspectos do ambiente favorecem a prática do tráfico de drogas. Sobre o terceiro ponto, o papel do agressor, o Tenente discorre:

Infelizmente, a comunidade, ela tem medo de denunciar, mesmo tendo o número 181, que a pessoa pode denunciar, anonimamente. Não precisa fazer a denúncia, sei lá, do próprio bairro, mas ela teme, ela teme e tem medo de represália, né?! E os autores, eles também ficam com medo de serem pegos. Mas tem várias rotas de fuga, e eles sabem que a comunidade, entre aspas, apóia algumas ações, entre aspas, porque não são todos e a gente sabe. O agressor se sente seguro, e a comunidade, devido a esse medo do crime, de se sentir insegura, não denuncia. Esses três aspectos colaboram para o aumento da sensação de insegurança na Rua de Baixo (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em dezembro de 2014).

Analisando os indicadores de violência na comunidade da Rua de Baixo, nos anos de 2013 e 2014, o Tenente Gilberto faz uma análise comparativa destes dados, levando em consideração as ruas Anísio José da Rocha, Julio de Moura e Bem-Bom, que foram as ruas

que tiveram um número considerável de ocorrências na região. Assim, de acordo com os dados expostos pelo Tenente, foi possível construir a Tabela II, que nos revela que nesse período de tempo, houve uma redução de aproximadamente 80% dos registros de ocorrência da região. Esses dados trazem a seguinte conclusão:

Tabela 11
Número de ocorrências de crimes contra pessoa e patrimônio na região da Rua de Baixo

Ano	Rua Anísio J. da Rocha	Rua Julio de Moura	Rua Bem-Bom	Total
2013	138	6	28	170
2014	16	6	9	31

Org: DOURADO, Thays Barbosa.
Dados: Polícia Militar de Minas Gerais/2014

Estatisticamente a Rua de Baixo é um problema? Estatisticamente não, mas há sensação de insegurança que se instalou lá, devido a questão da desordem. Você passa tarde da noite e você vê alguns usuários, se você olhar atentamente, você vê alguns menores de idade em determinados locais fazendo tráfico de drogas, algumas casas abandonadas também, que é a questão do espaço; você tem uma percepção de insegurança que ela não corresponde muitas vezes com a realidade. Nós sabemos que, por medo, algumas pessoas também deixam de denunciar, eu acho que o problema é esse. (...) Embora o número nos favoreça, a sensação de insegurança das pessoas não acompanha as estatísticas. Isso daí é uma questão pra gente mudar, né? (Tenente Gilberto, entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

Apesar do Batalhão da Polícia Militar, em Januária, está localizado entre a Rua Anísio José da Rocha e Rua Julio de Moura, em frente à Praça dos Pescadores, é visível que há certa distância entre a comunidade e a polícia. E, mesmo com essa presença, o tráfico de drogas ainda persiste na comunidade.

Nós sabemos que temos que nos aproximar da comunidade, temos que estabelecer um vínculo com essa comunidade, que a verdade seja dita, é isso! Historicamente, esse vínculo, embora nós e a polícia civil sejamos vizinhos aqui da Rua de Baixo, esse vínculo entre polícia militar, polícia civil e comunidade é muito pequeno. Pra você ter uma idéia, quando a gente faz uma incursão aqui a pé, o interessante é que essas crianças pequenas quando avistam a polícia elas mesmo avisam: - Olha o farol! Olha o que significa pra ele a polícia. Então vai ecoando ao longo da rua essa questão para alertar os marginais. A situação deveria ser o contrário, você entendeu? (Tenente Gilberto, entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

O Tenente Gilberto relata as ações que a polícia tem feito para aproximar a comunidade, a fim de conter o tráfico de drogas e para reverter esse quadro de insegurança.

Além das repressões qualificadas, que são as grandes operações¹² em conjunto com o Ministério Público, Polícia Civil e Poder Judiciário, que tem o objetivo de prender as pessoas que são dadas à prática do crime organizado, a polícia sente a necessidade de aumentar a prevenção criminal. Foram implementados o programa PROERD, que é um programa educacional de combate às drogas e à violência, e a patrulha escolar, que favorecem e criam vínculos entre o polícia e os estudantes. Estas ações são realizadas na escola Pio XII.

O depoimento do Tenente Gilberto deixa claro que, muito do que se pensa e se fala da comunidade, é uma visão equivocada.

Nós não podemos ter essa visão preconceituosa de achar que todo mundo que mora na Rua de Baixo é a favor do crime organizado, é traficante, é mau elemento. Então, eu acho que esse é o grande ponto que a gente tem que fazer. Não é preciso reportar há dez anos atrás para saber que a quantidade de ocorrências, entre outras, está sob controle, mas a sensação de insegurança, ela tá aumentando, e não é só na Rua de Baixo, na Anísio José da Rocha, vem aumentando em toda a cidade (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

Ainda em busca de encontrar a percepção dos “de fora” em relação à comunidade da Rua de Baixo, durante a pesquisa de campo, realizei uma visita à Unidade Básica de Saúde (UBS), que se localiza na região da Rua de Baixo. Na UBS, a região atendida é dividida entre os agentes de saúde da instituição, que são responsáveis por realizarem as visitas aos moradores em suas residências, periodicamente. Regina Helena Silva, de 32 anos, que além de ser responsável pelo atendimento dos moradores da Rua Anísio José da Rocha há dez anos, é também uma moradora da comunidade. Como agente de saúde, questionei a Regina se a Comunidade da Rua de Baixo é considerada de risco, e ela relata:

Pra mim, é uma região tranquila, muito tranqüila, na questão do meu trabalho. Em questão também de ser moradora, é uma região muito tranquila. Por não ter problema com nenhum deles, eles nos recebem muito bem, nos tratam muito bem, o atendimento oferecido a eles é igual a todo mundo. Aqui, a gente passa pra eles prevenção, consulta, ou seja, o atendimento oferecido a eles é igual ao das outras ruas (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em novembro de 2014).

¹² Em maio de 2014 aconteceu uma grande operação realizada em conjunto entre a polícia militar e civil contra o tráfico de drogas no Norte de Minas. As investigações duraram nove meses e aconteceram nas cidades de Januária, Itacarambi, Jaíba, Pedras de Maria da Cruz e Bonito de Minas. De acordo com o delegado Alberto Tenório em entrevista dada ao Portal G1- Grande Minas. A operação originou a partir do tráfico bastante intensificado na Rua Anísio José da Rocha, local bastante próximo aos órgãos de segurança pública do município;” E Segundo o tenente coronel da Polícia Militar, Geraldo Wellington Gonçalves, outra situação que motivou a investigação foi o número de apreensões de entorpecentes em Januária no último ano. “Com as apreensões de drogas na cidade, nós sabíamos que o tráfico existia, mas não sabíamos quem eram os responsáveis. Com este acompanhamento, com o trabalho conjunto, foi possível tirar várias dessas pessoas de circulação”, Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2014/05/34-sao-presos-em-operacao-contratafico-de-drogas-no-norte-de-mg.html>

Segundo Regina, as dificuldades encontradas no atendimento aos moradores da Rua de Baixo estão ligadas às condições de vida dos moradores, que por vezes dependem de uma melhor condição financeira para manter o tratamento.

Não tem dificuldade de prestar atendimento. Muitas vezes, tem dificuldade por medicação, por falta de alimentação, por domicílio vulnerável em condição financeira, e por isso você dá uma medicação muito forte e tem necessidade de uma alimentação melhor; é, por isso, que a gente encontra essas dificuldades. (...) Não são todas as famílias, mas sempre tem uma ou outra que acontece da gente enfrentar esse problema. Também idoso que mora só, e por causa da medicação, eu tenho que tá voltando mais vezes, porque estão sozinhos e não tem quem olha e toma conta. Então, por isso, a gente acaba enfrentando essa situação. Mas não por não querer receber atendimento. Muitas vezes, também, a gente enfrenta a questão da medicação, por não ter como comprar a medicação. Aí tem esse problema, mas fora isso, não tem outro problema (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em novembro de 2014).

A Escola Estadual Pio XII está localizada próxima à entrada da Rua de Baixo, e hoje, a instituição tem um papel fundamental na região, pelo trabalho e pelas relações que ao longo do tempo estabeleceu com os alunos e com a comunidade. A atual diretora da escola, Mônica Aparecida Pimenta Guedes, 38 anos, relata como tem sido a relação da instituição com a comunidade.

Todo o trabalho da escola é em parceria com a comunidade. A escola também tem parceria com as famílias. Nós não recebemos alunos só daqui da Rua de Baixo, nós recebemos alunos de Januária inteira, de toda a cidade, da parte alta, da Galileia, das Moradeiras, Boa Vista, então, nós temos alunos da cidade inteira, isso já acaba com essa coisa de segregação. Mas é uma comunidade com uma vulnerabilidade social, né? Porque a gente encontra alunos com muitos problemas, que sejam em questão de drogas, por vezes não tem o apoio da família, problemas com a questão sexual, gravidez na adolescência, então, tudo isso a gente tem. A escola procura trabalhar da melhor maneira possível. A gente busca as famílias, trabalhamos com a família e com os alunos. A escola, ela faz parte de um projeto da secretaria de educação chamado “Escola viva, com a comunidade ativa”. O projeto funciona com oficinas todo final de semana, sábado e domingo, recebendo a comunidade e realizando as oficinas. Como os recursos foram cortados, estamos fazendo mesmo por conta própria. Nós temos os projetos culturais, que são desenvolvidos aqui à partir das tradições culturais da comunidade, com o intuito de resgatar a identidade dos nossos alunos, para que eles tenham orgulho de ser quem são, para que a comunidade se sinta na escola. Mas a gente sabe que ainda é pouco, muito pouco (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Outubro de 2014).

A diretora Mônica não reside na comunidade, e em 2007, quando assumiu a direção da escola, ela diz ter escutado de pessoas de outras regiões da cidade muitas impressões negativas em relação à Rua de Baixo.

As pessoas falavam né? – Nossa, você vai para o pio XII, é muito perigoso! Porque o pessoal tinha essa visão. Mas eu falei: eu quero conhecer, que escola é essa? Por que que lá é tão perigoso assim? Por causa da desigualdade social, né? Quando vinham as pessoas, o povo falava: - nossa! E a minha visão era assim, que eu tinha que colocar a minha moto para dentro para não ser roubada, que eu tinha que entrar e sair com cuidado, porque qualquer hora podia ter tiroteio. Eu pensava assim, que era uma rua, uma coisa assim de louco; que aqui só tinha povo brigando, sabe assim aquela... Eu achava que, de tanto as pessoas falarem que lá é isso, que lá era aquilo, essas coisas, que era assim. Eu tinha essa visão porque eu era muito nova, eu achava que era assim. Depois que eu entrei aqui, eu falei: - Espera aí, vamos mudar essa cara da escola, essa realidade não é assim, né? Aí você vai percebendo que é diferente, que eu tenho que participar mais ativamente das coisas da escola, das coisas da comunidade, que a comunidade tinha que ser mais participativa aqui dentro. Aí fomos criando ela. Hoje, pergunta se eu quero sair daqui? Tava pra te dizer que se fosse pra fazer, fazia a minha casa aqui. Mas pra mim, no início era assustador! (...) Hoje, nossa! Venho para a escola, fico até uma hora da manhã aqui trabalhando. Saio e entro aqui na escol, final de semana se eu tiver que vir aqui dentro, trabalho e saio. Eu conheço muita gente, mas tem muita gente que eu não conheço, aí não tenho mais esse receio de que aqui é um lugar perigoso. Nada disso. Às vezes, eu fico e a moto fica lá fora, as motos dos professores, muitos não entram com a moto e deixam tudo lá fora. Então não tem esse problema grave. Porque risco a gente tem em todo lugar e os riscos que as vezes tem lá, a gente tem aqui (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Outubro de 2014).

Vivendo o cotidiano da comunidade, a diretora diz haver uma certa singularidade no modo de vida dos moradores e nas relações que eles estabelecem entre si e com os que convivem lá, mas assume a presença de problemas sociais, do tráfico de drogas.

Eu gosto muito dessa região aqui. É aquele típico pessoal da zona rural ainda, eles te dão bom dia, boa tarde. Assim, você passa, as pessoas te cumprimentam, o pessoal fica na porta quando eu passo, é coisa que você não vê lá para o centro. Aqui é bem diferente. Os meninos jogam bola na rua e lá no centro você não vê nada disso; eles soltam pipa, nessa região as crianças passam a ter infância, tipo assim, em casa, né? Em questão social mesmo, você vê muito menino lá para o crime, se envolvendo com drogas, essas coisas, isso é triste, mas não é só aqui, tem em outros lugares pela cidade (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Outubro de 2014).

Nos depoimentos aqui apresentados, foi possível verificar que muito do que é falado sobre a Rua de Baixo e a imagem negativa que pessoas “de fora” demonstram ter em relação à comunidade, estão ligados a uma ideia equivocada. A Rua de Baixo possui problemas sociais que expõe seus moradores a certa vulnerabilidade social, como afirma Regina e a diretora Mônica, tais problemas são também intensificados pelo tráfico de drogas, que ocorre na comunidade pelos fatores apresentados pelo Tenente Gilberto, em que o ambiente aparece favorecendo essa prática e envolvendo seus moradores. Os depoimentos

aqui apresentados mostram que os problemas da comunidade existem, mas não são fatos isolados, não sendo uma exclusividade da Rua de Baixo. E fica claro que, mesmo sofrendo com esses fatores, a comunidade ainda possui muito das suas características tradicionais nas relações entre seus moradores, no seu modo de vida e nas suas tradições culturais.

2.4.2 – “Os de dentro”: a comunidade por seus moradores

É uma família bem grande a Rua de Baixo, uma família de todo mundo. E não tem esse negócio de a minha família é só do portão pra dentro, a minha família é do portão pra fora também (Regina Helena Silva Rocha, 32 anos, moradora da Rua de Baixo).

O sentimento de reciprocidade e de solidariedade entre os moradores da Rua de Baixo é responsável por dar sentido à vida em comunhão e cria uma singular relação de convivência entre seus moradores. Essas relações fazem da Rua de Baixo uma comunidade singular e fazem com que as suas representações aconteçam.

Regina Helena viveu a sua infância na Rua Julio de Moura, e logo que se casou, mudou-se para a Anísio José da Rocha. Sinhá relata como são as relações entre os moradores e como é a participação de um na vida do outro.

Ali é uma famílhona né?! Ali é uma família de todo mundo. Não é a minha “família”, ali é uma família inteira, não tem isso. Se você tem uma pessoa lá na ponta da rua que tá passando mal, e se você ir lá no final da rua pegar essa pessoa lá, pode ter certeza que alguém vai lá, entendeu? Por que assim, o pessoal de outras ruas costumam saber, o vizinho passou mal e chega lá, tudo bem? Tudo! Não a gente tá o tempo inteiro. Eu quando vou fazer visita, que alguém passou mal, quando eu chego, a casa tá lotada com o pessoal visitando, o pessoal querendo saber como é que tá, o pessoal que não veio manda perguntar, entendeu?! Então, assim é uma família bem grande, a Rua de Baixo, uma família de todo mundo. E ninguém morre sozinho, porque todo mundo toma conta, entendeu? Se chega no ponto de chamar SAMU e o SAMU não aparece, entre a gente mesmo damos um jeitinho, pega um carro, coloca a pessoa e leva pro hospital. Então, assim é uma família bem unida. E não tem esse negócio de a minha família é só do portão pra dentro; a minha família é do portão pra fora também (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em novembro de 2014).

Ao indagar Regina Helena se ela já sofreu algum tipo de discriminação por morar na Rua de Baixo, ela afirma que não. Com certa decepção, ela reconhece que as pessoas consideram a comunidade um lugar perigoso, mas a sua expressão muda ao dizer o que é pra ela morar na Rua de Baixo.

Não, nunca sofri discriminação, eu não, mas muita gente fala que a Rua de Baixo é uma rua perigosa. É rua que ninguém pode ir, é rua que não pode andar. Infelizmente, é uma realidade para o pessoal, né?! Para os outros! Eu não penso em mudar daqui não, pra mim não tem rua melhor! Eu saio daqui da minha casa, não fica ninguém, mas eu tenho certeza que ela tá olhada, então assim, eu saio tranquila, e é coisa que em outros bairros não se pode fazer, as casas não tão olhada, e a minha tá, tenho certeza; então, é assim, uma rua muito boa de se viver (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em novembro de 2014).

Dona Maria, desde muito pequena, mora na Rua de Baixo. Há quarenta anos, ela reside em uma casa que fica a poucos metros de um muro de arrimo (como é conhecido na cidade), que foi construído para proteger a comunidade das águas das enchentes do rio. Foi na enchente de 1979 que esse muro foi construído, era possível ver da casa de Dona Maria as águas do rio. Desse tempo, ela lembra com saudade: *“era um tempo difícil, minha fia, mas era um tempo bom. A gente vivia de pouco, não tinha água na tornera e tinha que ir pro rio pegar água, lavar roupa. Mas era bom assim mesmo.”* (Entrevista concedida em Dezembro de 2014).

Dona Maria deixa transparecer nos seus olhos a saudade “daqueles tempos de antigamente”, como ela mesmo diz. O saudosismo, de acordo, com Cândido (1997), é uma ocorrência das transformações urbanas que hoje acontecem até nos cantos mais isolados, embora não atingindo todos igualmente. Ele se manifesta sobretudo nos mais velhos, que ainda tiveram contato com a vida tradicional e podem compará-la com a vida presente. Esse saudosismo permite comparar as modernas relações humanas com as do passado, que estão ligadas geralmente a abundância, a solidariedade e a sabedoria.

Dona Maria diz que a comunidade já não é como antes, ela reclama da perda de muitas tradições, como a de fazer procissão e reza em intenção da chuva. Eu pergunto a ela:

*- Mais hoje está muito diferente de antes, dona Maria?
- Ah, minha filha, com essas maconhadas aí que a gente só ouve falar disso, e gente matando e morrendo por esse trem.
- E aqui na rua tem muito disso, dona Maria?
- Tem e num é pouco, minha filha, demais, mudou de mais. Hoje, num pode ir pra porta proziar como antes, não pode dormir mais com a porta aberta, nem nada (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Dezembro de 2014).*

Mas ela logo sorri, e estampa no sorriso a satisfação de morar na Rua de Baixo quando pergunto se ela pretende se mudar de lá: *“Só quando eu for lá pro alto, minha fia, pra morada do céu. E assim mesmo vou levada, vou saída não, vou ir levada”*(risos).

Apesar da invasão das drogas e dos problemas sociais presentes na comunidade, os moradores veem isso como um fator exterior, como um problema da cidade e não específico da comunidade. Para eles, a vida segue o curso normal; eles são uma comunidade com especificidades culturais, mas são também cidadãos de Januária.

O conviver na Rua de Baixo é agitado pelo vai e vem de crianças de moradores da Rua e de ruas vizinhas. Edinaldo Rodrigues dos Santos, 32 anos, é pescador profissional, e no período da piracema, tece redes em frente a sua casa, observando o cotidiano da comunidade:

Aqui nessa rua, aqui vive cheio de criança brincando, e é criança de tudo quanto é rua por aqui; elas vem tudo pra cá, porque aqui, aqui é bom demais. Elas ficam brincando ai correndo pela rua, nem sei te explicar, mas aqui é assim o tempo todo (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

A vida na Rua de Baixo proporcionou e concedeu aos seus moradores meios de vida através da presença do rio São Francisco em seu território, o rio em meio a sua grande imensidão foi cenário para a prática da pesca. Na Rua de Baixo, quem viveu dela reconhece isso:

Quando o senhor aprendeu a pescar? Olha minha filha, tem poucos dia! (risos) Aprendi a pescar por aqui na rua de Baixo mesmo. O primeiro pescador que eu pesquei foi o finado Damasio, o primeiro sapato que eu calcei foi com treze anos, pescando com o finado Damasio, daqui. Agora, eu fui desenvolver pescaria com Zé de Lió, que foi o pescador mais peitudo daqui, o que eu aprendi foi com ele e puxando da minha cabeça. Eu vou te contar, se tem um lugar que se não depender de força, que for só de mentalidade, tem na certeza que eu pego, porque eu sei como faz pra pegar, eu sei a hora certa de pegar, eu sei qual o material usar, eu aprendi isso tudo com a vida, foi vivendo, vivendo aqui nessa Rua, no São Francisco (Seu Pedro, entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

Nascido e criado na Rua de Baixo, João teve dificuldades na sua infância como toda criança de família simples, hoje ele é professor, historiador e poeta, e ainda ocupa seu tempo com atividades relacionadas ao Terno dos Temerosos. João reconhece e descreve o cotidiano da comunidade com a presença do tráfico de drogas, mas reconhece que nas suas andanças como imperador dos Temerosos, a visão positiva que a comunidade tem conquistado por seu modo singular de vida e pela importância da sua tradição cultural.

Hoje por causa da violência, da droga, você não pode mais ficar depois de dez horas na rua. Os caras tão passando vendendo ai, se vê você na porta começam a achar que você tá ali pra entregar pra policia, que você é o sete um, é quaguete, na linguagem deles, o dedo duro. Então, hoje tem mais medo, mas mesmo assim a gente vê as evidências na Rua de Baixo. Você vai no alto e encontra uma pessoa que morou na Rua de Baixo, e ele te fala: - Oh, eu também sou da Rua de Baixo!

Quando eu levo o Reis, por exemplo, na comunidade São Jorge, que fica lá perto do SESC, na igreja São Jorge, quando eu tô lá dançando, aí chega um é fala: - Já acompanhei tanto Berto Preto com o Reis João! Você chega pra dançar lá no São Judas Tadeu que é lá no fundo do CAIC, aí chegam e falam: - Ah, eu morava na Rua de Baixo, vim pra cá depois da enchente. Vai aqui na Boa Vista, que é um outro bairro que surgiu depois da enchente, né? A mesma coisa que você escuta andando pelas ruas do alto também (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Janeiro de 2014).

Através das vozes, dos depoimentos dos que vivem na Rua de Baixo, foi possível compreender a lógica do modo de vida da comunidade. Em meio às lutas vivenciadas diariamente, esses sujeitos encontram sentido no seu cotidiano, no seu território, na sua cultura. As histórias de vida ganham significado no vencer de cada dia, a Rua se apresenta como um espaço que provoca e cria tradições, culturas, identidades, vivências e crenças. Assim diante os processos de identificação e afirmação a comunidade da Rua de Baixo se reconhece e significa o seu viver.

CAPÍTULO III

ESSE RIO É A MINHA RUA: A TERRITORIALIDADE E A IDENTIDADE

Buscamos, no terceiro capítulo, abordar as estratégias de resistência da comunidade da Rua de Baixo, representadas em sua cultura. Desta forma, descreveremos as suas principais manifestações culturais e sociais, tentando compreender como o status da comunidade se modifica, como ela passa de uma área socialmente problemática a comunidade referenciada culturalmente. Procuramos identificar e descrever as alternativas que os moradores estabelecem para tentar mudar sua condição social.

Era 12 de janeiro de 2012, e ao entardecer, eu caminhava pela Rua Anísio José da Rocha, a Rua de Baixo. Não era a primeira vez que andava por ali, mas foi um dia especial. Estava indo ao encontro do Terno dos Temerosos, um grupo de folia nascido na comunidade e muito famoso na cidade. A Rua estava calma, e ao longo do trajeto, como é de costume, haviam muitos moradores nas portas de suas casas, conversando e observando a movimentação da Rua que acontecia pelas brincadeiras das crianças, e pelo vai e vem de pessoas que cumpriam seu trajeto rotineiro.

Naquela noite aconteceu a “Noite dos Mestres”, um encontro de gerações da folia. Eram antigos e novos foliões que juntos, nos seus cantos, na sua dança, no seu ritual, celebravam a história, as crenças, os valores, as tradições, as lembranças e o modo de vida do lugar.

Já havia começado as minhas pesquisas na comunidade, e aquele seria mais um encontro em que eu procurava aproximar e conhecer mais da história dos moradores e do Terno dos Temerosos. Mas, mais do que isso, naquela noite, pude presenciar a intensificação e a concretização do que é ser dali.

Encontrei o Terno dos Temerosos na casa de cultura, que é um ponto de encontro do grupo e uma casa de apoio cultural na comunidade. De lá saímos para que a folia iniciasse o seu giro, um giro especial. Eram duas turmas, “os novos” e “os velhos”; um encontro de lembranças, de novos foliões que cresceram vendo seus pais e avós dançando, e de antigos foliões que reviviam ali seu passado.

Nós saímos da casa de cultura para acompanhar o ritual da folia. Conforme o Terno dos Temerosos iam andando e entoando os seus cantos, os moradores iam acompanhando, e no decorrer do percurso, uma multidão ia seguindo o giro.

Paramos em várias casas para que se cumprisse o ritual do Terno, e a cada parada, a cada entrada e saída, se via uma grande celebração. Era ali que os moradores simbolicamente transformavam a rua em um local sagrado, em um palco de encontro de gerações, de tradições que juntos celebravam seu modo de vida. Seja na devoção, ao saudar o menino Jesus, ou na alegria de entoar e dançar o samba de terreiro. Ali, percebi os laços de uma relação recíproca. Estar na Rua, é também estar em casa. A rua naquele momento assume vários papéis: ela é casa, é solo sagrado, é lembrança, é cotidiano, é cultura, é resistência, é comunidade.

3.1. A cultura na Rua de Baixo

O processo de desenvolvimento deve andar junto às questões sociais e às questões culturais, como afirma Furtado (2004), pois o desenvolvimento está intimamente ligado as condições sociais e culturais da população.

Diante da luta por reconhecimento social, os grupos de cultura popular hoje enfrentam ainda um dilema. Com o processo de globalização, de modernização, eles se veem divididos entre a representação tradicional dos ritos de sua fé e os rearranjos dos novos tempos que, muitas vezes, os levam a ser uma confraria de espetáculo¹³.

As manifestações culturais da Rua de Baixo nasceram à beira do Rio São Francisco e sofreram toda influência de um povo que tinha o seu modo de vida ligado ao rio. Reflexo que se concretiza nas músicas, na dança e nas características mais singulares desses grupos.

Em relação à cultura, Sinhá afirma que a Rua de Baixo *“É uma região muito rica, a cultura nossa é uma cultura muito forte, que não acaba e vai passando de pai pra filho, e vai passando o tempo todo, ela tá prosseguindo; então assim não para. Todo lugar tem ai a suas culturas, mas a nossa é mais antiga.”* (Entrevista concedida em novembro de 2014).

¹³ É uma equipe, plural e modernizada de espetáculos folclóricos dirigida a um público situado fora de situações devocionais comunitárias (LEAL, 2010, p 189).

Para Cândido (1997), a população que passa por um processo de urbanização sofre as mudanças e manifesta de modo particular os sintomas de inquietação e apreensão, que podem variar conforme o lugar, a integração social, o nível cultural e econômico. As condições dos indivíduos podem torná-lo vulnerável ao impacto dos problemas que, por ventura, venham a surgir com a nova dinâmica de vida, provocando certos comportamentos de reação e de adaptação as novas transformações da vida.

Há uma grande diversidade de manifestações culturais na Rua de Baixo. É por meio destas que a comunidade materializa a sua cultura e sua identidade, utilizando-as ainda como forma de resistência e manutenção de suas tradições. É na Folia de Reis, no Reis de Boi, no São Gonçalo (FIG. 17), no Terno dos Temerosos, que a população da comunidade revive e vive seu modo de vida.

A Folia de Reis é hoje, no Norte de Minas, uma das manifestações culturais religiosas mais disseminadas na região. Segundo Guedes (2009), na tradição cristã oral, a Folia de Reis celebra a caminhada dos Três Reis Magos, Baltazar, Melchior ou Belchior e Gaspar, que saíram cada um com um presente em busca do menino Jesus. Ela é uma modalidade de música de tradição oral, que usa da música dita caipira, que de acordo com Martins (1975) nunca aparece só, enquanto música, não apenas porque tem sempre acompanhamento vocal, mas porque é sempre acompanhado de algum ritual religioso. A Folia existe em “variadas modalidades: Reis de caixa, Reis de Boi, Reis dos Cacetes (Terno dos Temerosos), Reis das ciganas, Pastoras, nos quais apresentam especificidades quanto a música, dança, indumentária, performance e ritual” (FONSECA, 2009, p. 57). Em Januária essas manifestações ocupam um lugar simbólico específico, por serem responsáveis pela construção e reposição da identidade de diferentes grupos.

A Dança de São Gonçalo (FIG. 17), de acordo com João Damasceno, é um ritual realizado com a intenção de cumprir promessas, onde seus devotos pagam tais promessas dançando para o santo. Ele pode acontecer esporadicamente, sem dia determinado, em rezas e demais festas religiosas. São Gonçalo de Amarante é um santo ligado a ritos populares, é santo padroeiro de mulheres que querem se casar, de prostitutas e violeiros. Na Rua de Baixo, essas manifestações fazem parte do cotidiano da comunidade, não é difícil por lá encontrar moradores que lideram, que participam ou participaram de algum desses grupos, como dona Maria relata em seu depoimento.

- A senhora era dançarina de São Gonçalo?

- Era, já dancei muito, mais parei por causa de um problema nas pernas e porque eu sofria tontura demais, aí eu fiquei com medo de os povos acharem que eu tava dançando bêbada.

- Quem te ensinou a dançar?

- Os vieira; a gente ensaiava muito com os vieiras, eu dançava desde menina, já cheguei aqui dançando São Gonçalo. Aqui eu dancei muito minha fia, era bonito demais. Já acompanhei o Reis também, aqui de primeiro tinha muito, ainda tem, mas antes era muita gente (Dona Maria, *entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Dezembro de 2014*).

Além destas, há outras manifestações que se perderam, mas que voltaram a estarem presentes na comunidade por meio de projetos sociais, os quais surgiram com o intuito de preservar a cultura e combater os seus problemas sociais, em especial o tráfico de drogas, que tem mudado muito o cotidiano da vida na Rua de Baixo. O Maculelê e a Puxada de Rede tornaram uma alternativa de resgate cultural e de mudança da realidade social da comunidade.

A Puxada de Rede e o Maculelê (FIG. 17) são manifestações de origem africana. A Puxada de Rede de acordo com João Damasceno é uma encenação do ofício da pesca realizada com redes. Acredita-se que ela tenha surgido na Bahia, na região de Santo Amaro no período após a escravidão, quando os negros libertos não encontravam oportunidades no mercado de trabalho e encontraram no mar o seu sustento com a pesca.

O Maculelê, de acordo com Mutt (1968), também possui raízes indígenas, sendo, portanto, de origem afro-indígena. É uma dança de forte expressão dramática, onde seus participantes dançam em grupo, batendo as grimas (bastões) ao ritmo dos atabaques e ao som de cânticos que mesclam línguas africanas, indígenas e a portuguesa. Na dança, eles representam a batalha que deu a origem à manifestação. A encenação baseia-se em um episódio épico ocorrido numa aldeia antiga de uma tribo dos yorubá (grupo étnico africano, em sua maioria, presente no norte do continente). Na luta, bravos guerreiros, em menor número, defenderam a sua tribo lutando com bastões, conseguindo vencer os invasores. O episódio passou então a ser comemorado pelos membros da tribo, enriquecido com música característica e movimentos corporais peculiares.



FIGURA 17: Manifestações Culturais
 Fonte: ALMEIDA, João Damasceno de. 2012

O projeto de resgate dessas manifestações culturais ocorreu em 2004, em parceria com a Escola presente na comunidade, o Colégio Estadual Pio XII, na ocasião em que João Damasceno ocupava o cargo de diretor da instituição. A iniciativa se constituía em abrir espaço para que crianças e jovens atuassem na realização destas manifestações. O projeto surgiu pela preocupação de João Damasceno com a continuidade do Terno dos Temerosos. Ele, então, iniciou um projeto para a preservação e resgate de manifestações culturais da Rua de Baixo. Tal preocupação pode ser justificada pelo desaparecimento de grupos da comunidade, como o Reis das Pastorinhas. Ana Rita relata sobre o desaparecimento do grupo:

O Reis da minha bisavó, o Reis das Pastorinhas. Era tão bonito, era feito pelo pessoal ali da Rua de Baixo, mas ai minha bisavó faleceu e ninguém tocou pra frente, nem minha avó, nem minha mãe. Eu tentei fazer, mas me faltou a letra do reis, de todos os momentos. (...) Era muito bonito (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2012).

João Damasceno, como principal responsável pelo projeto, relata que o mesmo começou à partir da inserção de alunos da escola no grupo de folia do Terno dos Temerosos e, depois, acabou se estendendo a outras manifestações.

Eu levei esse projeto para dentro da escola, e à partir dos Temerosos, a escola e a comunidade passaram a reconhecer as outras manifestações culturais, como as cantigas de lavadeiras, o maculelê, a puxada de rede, as histórias de pescador, o pau de fita (João Damasceno, entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2012).

Ainda hoje muitas dessas manifestações estão atuantes no projeto desenvolvido na escola, assumindo uma abrangência que vai além dos limites da instituição e da comunidade como afirma a diretora Mônica:

o Maculelê que além das apresentações aqui na escola, o grupo faz apresentações em outras cidades, em outras escolas. Agora mês de novembro tem a agenda muito cheia, é outubro, novembro, dezembro é o período que mais eles saem para estar

apresentando. E temos também a puxada de rede com os meninos aqui da escola. Temos também os grupos das lavadeiras do Rio São Francisco que as meninas fazem apresentações. Mas assim tudo com alunos aqui na escola e dentro da cultura local. Mas é com os alunos aqui da Rua de Baixo e é lógico englobando todos alunos (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2014).

Analisando em especial o caso do Terno dos Temerosos, antigamente era composto somente por pescadores da Rua de Baixo. Para participar do terno, o folião tinha que ser homem feito. A presença de crianças e adolescentes dentro da roda não agradava os veteranos, como João Damasceno deixou claro em seu depoimento: *“Eu Cresci ouvindo falar que era proibido, na folia, falar de crianças. - Jovens não gostam de folia de Reis! Sempre ouvi isso”* (Entrevista concedida em outubro de 2011). Mas hoje a presença dos jovens é sinônimo de continuação da tradição do grupo.

Dentro da folia do Terno dos Temerosos, João, como imperador, cobra uma conduta dos foliões para que continuem a participar do grupo. Os foliões não podem beber e nem fazer uso de drogas, eles têm que ter um bom comportamento em casa e na escola. Ele os acompanha e cobra essa conduta, para tirar esses jovens da linha de risco a que estão susceptíveis.

Como imperador, eu não tenho a função apenas de coordenar a folia, eu tenho uma função social. Eu cobro dos meninos, hoje, rendimento pedagógico, obediência de filho. Eu tenho isso, hoje, como um compromisso pessoal, não cobro nada financeiro deles, a única coisa que eu cobro deles é que eles sejam bons alunos, bons filhos, que eles cresçam com a vontade de prosperar na vida. Então, não estou cobrando nada pra mim, é pra eles mesmo. Eu mostro para eles que não é para mim, para o meu nome, é para que eles cresçam melhores (João Damasceno, entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Janeiro de 2012).

Um dos resultados dessa função social foi a Casa de Cultura Berto Preto (FIG. 18), um local criado dentro da comunidade da Rua de Baixo com o propósito de ser um ponto de apoio comunitário e também local de encontro do grupo de folia. A Casa de cultura fica onde era a antiga casa de João Damasceno. Ela foi adquirida e reformada graças a um prêmio que o grupo ganhou, através do Ministério da Cultura, que concedeu a eles o Prêmio Mestre Duda – 100 anos de frevo, no ano de 2007. O nome da casa é uma homenagem a Berto Preto, fundador e primeiro imperador da folia.



FIGURA 18 – Casa de Cultura Berto preto
 Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Junho de 2012

O projeto deu certo, e até hoje funciona na escola como carro chefe para a inserção das tradições da comunidade nas práticas escolares, como afirma Mônica, a atual diretora:

Aqui dentro da escola nós temos o Maculelê que, além das apresentações aqui na escola, o grupo faz apresentações em outras cidades, em outras escolas. Agora, mês de novembro, tem a agenda muito cheia; é outubro, novembro, dezembro, é o período que mais eles saem para estar apresentando. E temos também a puxada de rede com os meninos aqui da escola. Temos também os grupos das lavadeiras do Rio São Francisco, que as meninas fazem apresentações. Mas, assim, tudo com alunos aqui na escola e dentro da cultura local. Mas é com os alunos aqui da Rua de Baixo, e é lógico englobando todos alunos. E, também, aqui a gente conta com a festa de Santa Cruz, que a gente participa não trabalhando na festa, mas fazendo trabalhos com os valores sociais que a festa representa (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).

A preocupação com a continuidade da tradição ribeirinha da comunidade proporcionou a realização de projetos para a preservação da mesma, e isso tem contribuído com a comunidade, em especial para os integrantes do Terno dos Temerosos.

Outro projeto social desenvolvido na comunidade foi o Pescando Cidadão, que surgiu pela iniciativa de um grupo de moradores da comunidade, com o intuito de criar oportunidades para as crianças e adolescentes se afastarem da influência do tráfico de drogas. Este projeto foi, e ainda é, liderado por Digão, Rodrigo Aureliano dos Santos, de 33 anos, filho de pescador, que nasceu e hoje constituiu família na Rua de Baixo. Sendo atuante na

comunidade, frente a varias iniciativas sociais, foi à partir de Digão que a ideia do projeto surgiu.

Foi porque, na minha infância, eu passei por diversas situações que me deixou preocupado com o futuro dos outros garotos, das outras crianças. Porque, por falta de opção, a gente acabou entrando em coisa errada, porque a gente só tinha a escola, que era uma coisa boa, e tudo mais faltava alguma coisa na comunidade. Daí em 2001, dia 11 de Outubro, eu acordei com essa ideia, chamei alguns amigos de infância e chamamos a policia militar, e dia 12 começamos dar palestras e fomos desenvolvendo. Nós precisávamos de um nome, e como era um reduto de Pescadores, a gente decidiu colocar Pescando Cidadão, porque nosso intuito era resgatar as crianças e os jovens da comunidade do mundo do crime. E ai, a gente foi dando continuidade, mesmo não sendo instituído, a gente continuou (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em Novembro de 2014).



FIGURA 19 – Meninos do Pescando Cidadão na Praça Santa Cruz
Fonte: SANTOS, Rodrigo Aureliano dos - 2013

O Projeto, inicialmente, funcionava somente com palestras e com a escolinha de futebol, (a FIG. 19, mostra os alunos da oficina de futebol), mas em 2010, o Pescando Cidadão foi instituído, e passou a ter sede própria, dentro da Rua de Baixo, e começou a funcionar oficinas sócio-educativas de artes, dança, esportes, cultura e reforço escolar em tempo integral, atendendo as crianças da Anísio José da Rocha e da comunidade. Em 2013, a instituição perdeu o convênio que custeava as despesas, e assim, o Pescando Cidadão perdeu a sua sede, ficando apenas com a escolinha de futebol.

A perda da nossa sede, e das outras oficinas, elevou muito o índice de adolescentes envolvidos na criminalidade, principalmente entre adolescentes de 11 a 14 anos.

- E como você percebe?

- Pelo convívio com eles aqui na comunidade, né? A gente percebe. (Digão, entrevista concedida a DOURADO, T. B. em Novembro de 2014).

O Pescando Cidadão manteve, durante esse tempo, parcerias com a Polícia Militar, com a Escola Pio XII, e com os agentes de saúde da comunidade, para melhor atender a comunidade, e hoje é perceptível a lacuna que o projeto deixou, através do depoimento de Regina:

O Pescando Cidadão ajudava muito a gente, eu tive uma gestante usuária muito trabalhosa que não tinha comida, não tinha nada e o pescando cidadão me deu esses suporte, eu cheguei lá e conversei com eles. Eles dava almoço, ele voltava e pegava a janta e assim a alimentação tava tranquila. Eles tratavam com a alimentação e a gente com a parte clínica. Foi bem tranquilo, nasceu um bebezinho saudável. Então assim, o pescando cidadão faz muita falta pra nós como agente de saúde. Era um lugar certo que a gente tinha para tá com as crianças lá. O Pescando Cidadão, ele dava uma ajuda muito grande nessa questão com os adolescentes, com o pessoal mais jovem, então eles davam muito suporte porque funcionava o dia todo. Então era um lugar assim, o dia todo as crianças estavam envolvidas. Hoje em dia não tá mais, assim aquelas crianças que estavam dentro do pescando cidadão, essas, hoje estão soltas, eles estão vulneráveis a isso, as drogas. E infelizmente a nossa realidade é essa (Entrevista concedida a DOURADO, T. B. em Novembro de 2014).

O papel atribuído aos moradores da Rua de Baixo, pela literatura local, foi por muito tempo confundido com identidade, onde eles foram classificados por tipos sociais. A comunidade passou pela inevitável urbanização que atingiu a cidade, tanto estruturalmente como socialmente, transformando a sua dinâmica de vida. Na luta contra essa realidade, esses sujeitos criaram as suas próprias estratégias pautadas na manutenção de suas tradições e de seu modo de vida. Como afirma Martins (2008), o homem simples é o homem que quer viver e quer compreender seu viver, e procura por sentido em sua realidade contraditória.

É no protagonismo oculto é multilado do simples, das pessoas comuns, dos que foram postos a margem da história, (...) que a sociedade propõe suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São esses simples que nos libertam do simplismo, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a história se desvenda ou se oculta (MARTINS, 2008, p. 11).

Hoje a principal manifestação cultural da Rua de Baixo é o Terno dos Temerosos, que se divide, em sua tradição ritual, que é uma representação da devoção e de fé de seus foliões e da sua comunidade, e as apresentações que o grupo cumpre durante todo ano. Estas apresentações acontecem em festivais, escolas, festejos de santos da Igreja Católica, concursos culturais e em festas tradicionais da cidade de Januária. O grupo hoje é considerado ícone cultural da cidade por representar a cultura januarense.

3.2. O Terno dos Temerosos: os moradores da Rua de Baixo como ícones culturais

*Chamando o Salvador para nos salvar
É o reis dos Temerosos que já vão brigar
(Marcha dos Temerosos)*

O grupo de folia é hoje conhecido por três denominações: Terno dos Temerosos, Reis do Cacete e Marujada de Água doce. Terno dos Temerosos é hoje a denominação oficial do grupo. Essa denominação foi a primeira dada ao grupo no momento em que Berto Preto recebeu e apreendeu a modalidade de reis. Segundo João Damasceno: *“Temerosos é o nome dado ao grupo no seu nascimento, esse é o nome que foi dado ao grupo no início. (...) Temerosos foi o nome de nascedouro de criação”* (Entrevista concedida em setembro de 2012).

Terno, de acordo com o dicionário Aurélio, quer dizer “Grupo de três coisas ou pessoas” (2001, p.707), e na tradição popular da Folia de Reis, Terno faz referência aos Três Reis Magos. Para a comunidade ribeirinha e para os marujos, Temerosos quer dizer temente a Deus, ou mesmo temente a batida do bastão de madeira na roda, durante a dança.

Há uma hipótese de que o termo dos Temerosos venha da fama de valentes, brigões, que os moradores da Rua de Baixo tinham no passado. Mas João Damasceno discorda deste possível significado, afirmando que isso advém da marginalização que a população central da cidade impôs à Rua de Baixo e as áreas periferias da cidade:

Temerosos é de temente a Deus, temor respeito. Temerosos também por não temer a batida do bastão, da pancada na roda. (...) Não podemos ficar reféns da própria marginalização que nos impuseram. (...) Eles diziam: Lugar de arruaceiro! Não é só a Rua de Baixo, a Rua da Palha também, onde hoje é a Galileia. A Quinta aqui também levou essa fama (Entrevista concedida a DOURADO T. B. em setembro de 2012).

O nome mais popular do grupo é Reis do Cacete. Este foi um nome dado à folia pelos moradores da Rua de Baixo. Ele representa o que há de mais característico do grupo. Reis vem de Folia de Reis, já que o grupo cumpre seu ritual religioso entre o ciclo natalino e o dia dos Santos Reis. No ritual, a folia reproduz a jornada realizada pelos três Reis Magos em busca do menino Jesus. Cacetes se referem aos bastões de madeira que os marujos levam nas mãos durante as suas apresentações. Isso se deve pelo fato de que é impressionante ver, na apresentação de Reis, os marujos todos em sincronia, com uma ginga singular, dançarem agilmente tocando bastões de madeira, é uma das características mais singulares do grupo. *“Reis do Cacete é mais popular. É como ficou conhecido na Rua. É por causa dos bastões que usamos”*. (Entrevista concedida por João Damasceno em Junho de 2012).

Marujada de Água Doce é um nome ligado às características que o Terno carrega em relação à Marinha Brasileira, e assim também aos grupos de Marujadas, Marujadas do Mar. Fonseca (2010) afirma que a marujada é considerada uma das danças dramáticas brasileiras, que “dependendo do local de ocorrência, a Marinha aparece como tema expresso no fardamento dos integrantes e na encenação de lutas, seja com espadas ou bastões”. (FONSECA, 2010, p. 4). Mas como o Terno dos Temerosos está ligado à beira do rio São Francisco, o grupo ficou assim conhecido por Marujada de Água Doce. De acordo com João Damasceno, essa denominação surgiu à partir de pesquisadores, os quais atribuíram ao Terno dos Temerosos características advindas de grupos de marujadas.

No decorrer deste estudo, me refiro aos integrantes da folia como foliões, marujos ou marinheiros que são denominações aceitas pelo grupo e pela comunidade. As denominações dadas ao Terno estão intimamente ligadas ao que mais lhe é característico e peculiar. Elas expressam a devoção, a história, a cultura, e a forma como “os de fora” os enxerga, o que em um conjunto são expressões do modo de vida da comunidade da Rua de Baixo.

O Terno dos Temerosos surgiu em Januária, por volta da década de 50 (do século XX), por meio das idas e vindas pelas águas do Rio São Francisco.

Segundo algumas pessoas daqui, que moram aqui, O Terno dos Temerosos é de Paratinga na Bahia. Lá era o primeiro lugar onde tinha e já não tem mais. Na calha do rio onde Berto Preto ensinou para as comunidades vizinhas, já não tem mais (João Damasceno, entrevista concedida a DOURADO. T. B. em setembro de 2012).

Sobre a influência que as expressões e manifestações culturais advindas do estado Baiano tiveram sobre as cidades a beira do São Francisco, Fonseca (2009) cita o pesquisador

Nelson Araújo que reforça a veracidade da origem do Terno como manifestação cultural ter sido na cidade de Paratinga.

A cidade de Paratinga é como se fosse uma transposição do Recôncavo para as margens do São Francisco, em seu percentual de negros e negros-mestiçados, que se estima em oitenta por cento do seu povo. O samba-de-roda, também no estilo do Recôncavo, inclusive com o emprego da umbigada, é nota de destaque nos costumes da cidade (ARAÚJO, 1988 *apud* FONSECA, 2009).

Ainda, segundo alguns moradores mais velhos da comunidade da Rua de Baixo, Berto Preto apreendeu a coreografia, a dança, e algumas músicas do terno com um marinheiro de vapor chamado Demerval, que aportou em Januária, mas até hoje não se sabe ao certo a procedência dele.

Berto Preto foi o primeiro imperador do Terno dos Temerosos. Além dos Terno, ele ainda coordenava um grupo de folia de Reis de Caixa e um grupo de São Gonçalo. Mas com a saúde comprometida por problemas cardíacos, Berto Preto foi obrigado a abandonar o trabalho da pesca e as atividades com as folias. Após a sua saída, alternaram-se como imperadores da folia: Chico Doce de Coco, Albino, Adalberto, Luizinho das Mangueiras e, em seguida, João Damasceno.

João Damasceno assumiu o Terno em 1992, depois de doze anos que a folia não saía, e hoje ainda é o imperador do Terno dos Temerosos. Como imperador, João marca uma nova fase do grupo, criando o Terno dos Temerosos Mirins e resgatando o viés religioso da folia, já que o mesmo, segundo ele, havia sido deixado de lado há algum tempo.

Depois que Berto Preto deixou a folia, vieram outros imperadores que não tinham o mesmo pensamento de Berto Preto, não tratavam o reis como a parte religiosa. Aquela coisa de pegar a bandeira, levar, girar e trazer de volta. (...) Chegou um tempo que sair com a folia era farra, era mais uma vez pra sair pra rua, pra dançar, tomar cachaça. No dia da reza, eles faziam um almoço, faziam uma janta e se preocupavam mais com o fôrro, não era com a ladainha, com os foguetes, com a reza no pé do altar. (...) À partir de 2004 pra cá, estou trabalhando com os meninos para eles entenderem que, na folia, temos momentos sagrados e momentos profanos. Na hora que nós paramos para cantar o reis ao menino Jesus, é essa a parte religiosa, a parte de saudar, tanto que eu cobro deles nessa hora uma postura diferente. Eu sempre falo: - na hora da roda vocês podem cantar, sapatear, mas na hora do reis vocês tem que ta em sintonia com o que vocês estão pronunciando (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2012).

Os novos foliões, em sua maioria, são filhos ou descendentes de pescadores, porém a iniciativa não agradou o grupo veterano, que acabou se desfazendo.

Quando eu assumi a folia, ela tinha de 12 a 15 anos que não saía, por que isso? Não se preocupou em ensinar para os jovens. A minha preocupação era de estar trazendo as crianças para a folia. (...) Criei o Terno dos Temerosos mirins em 2004,

com crianças da comunidade, com filhos de pescadores, com filhos de dançadores atuais, com netos dos dançadores atuais, com os irmãos deles, já pensando em assim: eles estão vendo seus irmãos, pais, tios, avós dançando, vão construir uma identidade. Não concordo que crianças e adolescentes não gostam de Reis, eu não concordo. Você só ama o que você conhece, porque quando você conhece, mais você aprende a amar. (...) a turma velha ficou enciumada quando viram criar um grupo mirim. Da turma antiga que estava comigo quando eu criei o grupo mirim, só tem eu e outro (João Damasceno, entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2011).

Mesmo com a saída dos veteranos, o Terno continuou. Hoje ele conta com a participação de, aproximadamente, 40 marinheiros, com idades entre 7 e 20 anos, que dançam, realizando o ritual de fé da comunidade, e empolgam a cidade com suas apresentações. No ano de 2012, os veteranos manifestaram a vontade de dançar novamente, aconteceu então a Noite dos Mestres (como mostra a FIG.20), que celebrou o encontro do grupo mirim com o grupo de veteranos. *“Alguns deles manifestaram a vontade de dançar, alguns deles vieram falar comigo que reconheceram que o processo é esse”*. (Entrevista concedida por João Damasceno em Janeiro de 2012)



FIGURA 20 – A Noite dos Mestres.
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Janeiro de 2012.

Nessa trajetória, o Terno dos Temerosos nos dias de hoje, cumprem além de sua função religiosa, cultural e social, dentro da comunidade da Rua de Baixo, o papel de mostrar à cidade de Januária, o lugar que a Colônia dos pescadores ocupa na cidade.

3.3- O Terno dos Temerosos e a identidade ribeirinha

Os foliões ou Marujos usam em suas apresentações uma farda de marinheiro, que faz menção ao uniforme da marinha brasileira. A farda é composta por uma calça e uma camisa, que nas costas é coberta por uma gola e na frente por uma gravata, na cabeça os marujos usam um gorro. Tanto a gravata como gorro levam o bordado de uma âncora. A farda pode apresentar na cor branca com detalhes azul-marinho, ou o contrário, azul-marinho com detalhes brancos. Como mostram as FIGURAS 21 e 22. A antiga farda dos Temerosos, que pouco modificou, tinha antigamente a camisa de manga curta com botões na cor branca, com a gola azul-marinho, usada por dentro da calça na cor azul.

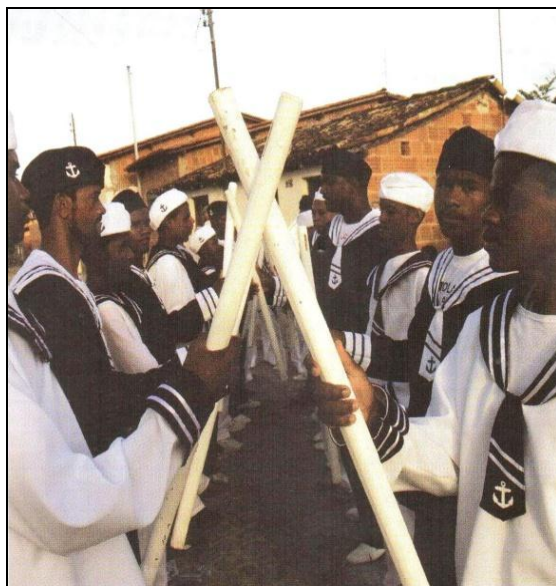


FIGURA 21 – A farda dos Temerosos I
Fonte: FONSECA, 2010.



FIGURA 22 – A farda dos Temerosos II
Fonte: DOURADO, Thays B., Outubro de 2012

Há, também, a bandeira do Terno, que, atualmente, é da cor azul-marinho. Nela há, no centro, o desenho, na cor branca, de uma âncora remetendo novamente à Marinha; nas pontas, há o desenho dos bastões, que os marujos usam na dança, e também há estrelas, além do nome do grupo, Terno dos Temerosos, e o nome da cidade de Januária, envolvendo a âncora. A bandeira é representada na FIG. 23. A antiga bandeira do terno era na forma de estandarte, como mostra a FIG. 24, sobre as mudanças que ocorreram na bandeira João Damasceno diz:

A primeira bandeira era estilo estandarte. A gente foi acrescentando e colocou dois bastões cruzados e, embaixo, as estrelas, representando a orientação, o marinheiro, o mar, a navegação. A estrela que guiou os Três Reis Magos e os bastões dos reis dos Cacetes (Entrevista Concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2011).



FIGURA 23 – A bandeira do Terno dos Temerosos
Fonte: DOURADO, Thays B., Outubro 2011

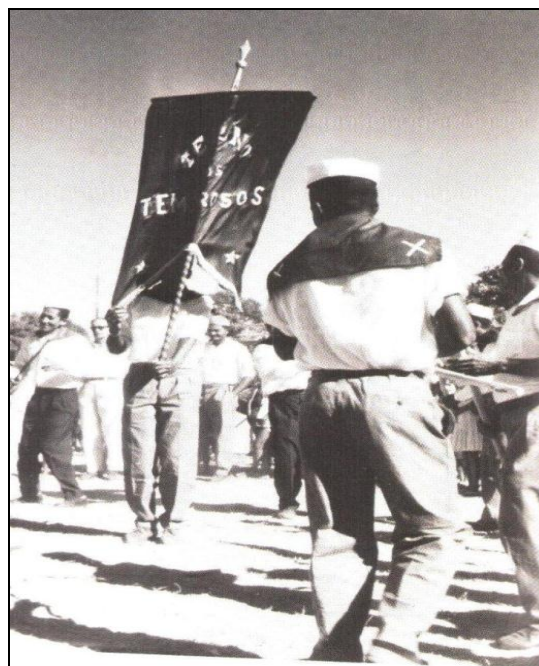


FIGURA 24 – A antiga bandeira dos Temerosos
Fonte: FONSECA, 2010.

Os bastões (FIG. 21), que os marujos usam em seu ritual, são feitos de madeira, pintados na cor branca, medindo aproximadamente um metro de comprimento. Na ponta superior de cada bastão, são colocadas tampas de garrafa no formato de chapas, que na dança e nas batidas dos bastões dão um efeito sonoro. João afirma que as tampas são para melhorar a sonoridade. *“A gente coloca isso ali porque dá um barulho gostoso na roda. Isso foi invenção dos antepassados, e a gente continua. Nos bastões, havia na ponta uma roda de borracha, mas isso a gente tirou, rachava muito os bastões”* (Entrevista concedida em outubro de 2011).

Nas apresentações do grupo, não há um número definido de marujos, isso varia de acordo com o local onde irá ocorrer a apresentação, havendo limitação de participantes. Cabe ao Imperador da Folia delimitar e decidir quem irá se apresentar. Eles se apresentam sempre em número par, com variação de 12 a 26 integrantes. A principal figura no Terno é o imperador.

(...) não há nenhuma insígnia, vestimenta especial ou traço distintivo que o diferencie visualmente do restante dos membros da folia, exceto o fato de fazer uso do apito, que tem como função reunir, advertir, chamar a atenção e comandar a entrada e a saída dos cantos durante as performances do terno (FONSECA, 2009, p. 117).

Há também a figura do contramestre, ele é o par oposto ao imperador. A sua função é responder os cantos, auxiliar e substituir o imperador na sua ausência durante as apresentações.

O grupo possui um conjunto de músicos (FIG 26), que tocam os instrumentos utilizados nas apresentações. Chico Preto (FIG 25), atualmente, é o responsável pelo grupo de “tocadores”, como são chamados os músicos pelos integrantes da Folia e pela comunidade. Chico está na folia desde que o imperador da folia era Berto Preto, mas antes ele tocava pandeiro.



FIGURA 25 e 26 - O tocador Chico Preto - Tocadores do Terno dos Temerosos
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Janeiro de 2012

Os instrumentos utilizados, hoje em dia, são a viola, o tambor, o triângulo, o pandeiro e a zabumba. Uma característica peculiar do grupo é a viola que é eletrificada. Ela, na performance, é ligada a um amplificador alimentado por baterias de automóvel, e durante apresentações, como o giro, o amplificador é transportado por uma bicicleta-cargueira. Os tocadores não fazem parte da coreografia do Terno, e nem vestem a farda, eles apenas tocam acompanhados pelas vozes dos Marujos. Geralmente, eles se apresentam vestidos com camisas que levam o nome do grupo.

Em ocasiões específicas, como em apresentações que exigem uma maior preocupação com a coreografia, em sua maioria apresentações que não são de rua, um grupo de mulheres cantam acompanhando o Terno. Esse grupo é frequentemente liderado por

Dozinha, irmã de João Damasceno, figura muito carismática da Rua de Baixo, que é acompanhada por Sheila, a qual tem dois filhos como foliões no Terno. O ritmo das canções entoadas pelo Terno dos Temerosos, e os instrumentos usados pelo grupo ao decorrer do tempo, mudaram muito.

A primeira turma da folia era tocada por banda de instrumento de sopro. Era usado clarinete, trompa, acompanhados pela sanfona. Na época, quando a folia começava a tocar na Rua de Baixo, lá do outro lado do rio, o povo já sabia o que era, era os Temerosos que iam saindo. O primeiro grupo tocava com instrumento de sopro e banda, aí depois começou a ficar difícil adquirir os instrumentos, e os tocadores saíram. Depois disso, veio a época dos sanfoneiros, vários sanfoneiros tocaram na folia, mas o que mais se destacou entre eles foi Geraldo Farias. Ele era o melhor sanfoneiro da região. Nessa época, ainda tinha a zabumba na batida marcada, sempre teve na folia. Quando Geraldo Farias não aguentou mais tocar, nós passamos pra Chico Preto. Ele é autodidata, nunca estudou violão. Daí, atualmente, na folia, usamos viola, tambor, triângulo, zabumba. Se você observar bem aí, até o ritmo e o compasso da música da década de 60 para como é hoje mudou, hoje o ritmo é mais acelerado (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2011).

O repertório da folia é constituído por canto de entrada, sambas, retiradas e marchas de rua, cada uma dessas modalidades tem um lugar e uma função específica no ritual dos Temerosos, que será descrito logo em seguida.

Em estudos realizados com o terno, e em discussões com apresentação do seguinte tema, já se questionou muito que o Terno seja um grupo de congado pelas características similares a esta modalidade. De acordo com Brandão (1985), as principais características de um grupo de congado são a devoção a Nossa Senhora do Rosário, o uso de roupas específicas para as apresentações, a utilização de instrumentos de percussão, a realização de cortejos pelas ruas, de danças e cantos durante o mesmo. Estas são características que o Terno dos Temerosos possuem em comum com grupos de congado. Mas, sobre esta possível identificação, João Damasceno relata:

A gente não tem essa identificação. Eles falam que a gente é um grupo de congado, mas nós não temos essa identidade, porque aqui a gente sempre saiu com o reis na época do natal, no ciclo natalino na companhia dos Três Reis Magos. Então, pra nós, pode até um estudioso vim e falar: - esse é um grupo de congado. Só que tudo bem, nós vamos aceitar que somos um grupo de congado, mas não vamos nunca nos identificar. A ginga, o ritmo da música de antes, o estilo da música, banda de lira, era usado trompete, o samba era um compasso mais lento. Hoje, porque nós estamos tocando com instrumentos de percussão, nós temos a zabumba, o pandeiro, o triângulo, o bango, instrumentos mais de couro, de percussão, então dá aquele... E aí os grupos de congado batem muito forte. Eu até gostaria, é um sonho meu criar em Januária um grupo de congado com instrumentos de couro, de tambores. Na comunidade, nós temos uma tradição muito forte com a percussão, mas não é da folia, não é da nossa tradição. (...) O pesquisador Edilberto falou que nós éramos uma marujada de água doce, porque as marujadas de mar quando chegam, eles fazem o confronto com as espadas, joga verso. Mas nós não usamos espadas, a

gente usa bastões. Numa manifestação cultural, é lógico que cada lugar vai se adequar e vai adequando, vai incorporando elementos, não adianta então a gente querer ganhar os Royaltys de uma coisa que a gente não é (Entrevista concedida a DOURADO. T. B. em outubro de 2012).

Os integrantes do Terno dos Temerosos se identificam como um grupo de folia, que é devoto aos Três Reis Magos, que incorporaram ao seu ritual as tradições e o modo de vida da comunidade da Rua de Baixo, a comunidade dos pescadores, que tem a folia de Reis como uma forte manifestação cultural. Estas características, detalhes e singularidades compõem o Terno dos Temerosos e dão a eles as condições necessárias para a realização de seu ritual.

3.4 - Ritual e apresentação: quando o status se modifica

Num ritual, o mundo vivido e o mundo imaginado fundem-se sob a mediação de um único conjunto de formas simbólicas, tornando-se um mundo único (GEERTZ, 1989, p. 129).

A conceituação de ritual é sustentada pela forma de como é construído seu significado. Para Leach (1995), em sua análise sobre sistemas políticos da Alta Birmânia, a função do ritual é expressar o status do indivíduo dentro do sistema estrutural em que ele se encontra, o considerando como pessoa social. O autor considera que o ritual “é uma declaração simbólica que diz alguma coisa sobre os indivíduos na ação” (LEACH, 1995, p. 76). À partir dessa afirmativa, é justificável dizer que em seu ritual, o Terno dos Temerosos, simbolicamente, representam muito do que foram e do que são.

Fica visível, através das vestimentas, e pelas músicas que fazem alusão ao Rio São Francisco, que o ritual acaba se formando por uma série de significados que muito dizem sobre a comunidade da Rua de Baixo e, conseqüentemente, sobre a cidade de Januária.

Turner (1994, p.49) conceitua ritual como um “comportamento formal prescrito para ocasiões não devotadas à rotina tecnológica” e Leach (2005), assim como ele, acredita que a estrutura que é simbolizada no ritual é o sistema de relações consideradas corretas e socialmente aprovadas pelos indivíduos que compõe o grupo. E essas relações simbolizadas não aparecem a todo o momento na vida cotidiana dos indivíduos.

(...) se quisermos evitar a anarquia, os indivíduos que compõem uma sociedade devem de tempos em tempos ser lembrados, pelo menos em símbolo, da ordem básica que presumivelmente guia suas atividades sociais. Os desempenhos rituais têm essa função para o grupo participante como um todo; eles tornam momentaneamente explícito aquilo que de outro modo é ficção (LEACH, 1995, p.50).

Analiso o ritual da folia do Terno dos Temerosos em três atos, três momentos diferentes, em que a disposição dos integrantes, os cantos e a coreografia são distintos. O grupo cumpre o seu ritual simbólico, um giro em uma jornada pelas ruas, levando a boa nova. A devoção do grupo é umas das maiores representações de fé da comunidade, mas hoje o grupo se vê dividido entre cumprir seu ritual de fé e desempenhar apresentações em diversos eventos pela cidade.

As apresentações que o Terno dos Temerosos realiza, são ligadas a um caráter religioso e cultural, que diferente do ritual acontecem em diferentes momentos e espaços e é destinado muitas vezes a um público que não está ligado ao caráter devocional do grupo. O Terno não se torna por isso uma confraria de espetáculo por re-arranjar as transformações das apresentações, pelo fato de não se mostrar uma em equipe, plural e modernizada de espetáculos folclóricos (LEAL, 2010). As apresentações assumem assim um papel de expansão e representação da cultura e devoção em busca da positivação e da preservação da tradição da comunidade da Rua de Baixo.

3.4.1- Um ciclo de apresentações: O calendário do Terno dos Temerosos

Os Temerosos extrapolaram o calendário de Janeiro, da coisa só da folia dia 6 de Janeiro (João Damasceno, entrevista concedida em outubro de 2011).

O Terno dos Temerosos é considerado ícone cultural da cidade. O grupo passou a representar além da Rua de Baixo, a identidade de Januária. Fonseca (2009) afirma que o grupo é modalidade de reisado muito singular, não existindo outros grupos com as mesmas particularidades no país. Por representar tão bem a cultura ribeirinha januarense, o Terno dos Temerosos passou a ser muito conhecido e requisitado para se apresentarem por toda região.

Os temerosos não é só um fruto da Rua de Baixo não, hoje os Temerosos é um cartão folclórico, um patrimônio cultural da Rua de Baixo pra toda Januária e para

toda região. Olha, essa folia já dançou em São Francisco, Pirapora, Mirabela, Lontra, Ibiracatu, Conego Marinho, Bonito de Minas, Itacarambi, Manga, Missões, Montes Claros por 10 anos consecutivos na Festa de Agosto, Sete Lagoas, Belo Horizonte, Brasília. Então, regionalmente, essa folia está conhecida, e o trabalho que a gente vem fazendo para levar o nome da Rua de Baixo vem sendo reconhecido (Entrevista concedida em Janeiro de 2012).

Em Januária, o giro é o principal e maior ritual da folia do Terno dos Temerosos, mas na cidade o grupo participa de vários outros eventos que já fazem parte da sua rotina anual. À partir dessa agenda continuamente cheia, foi possível construir um calendário com eventos que contam com a participação do Terno dos Temerosos, ou que são feitos por eles e que acontecem todos os anos.

Essas apresentações acontecem no ciclo de um ano. Os eventos são ligados à Igreja Católica e às comemorações de instituições públicas, como a prefeitura, as escolas e o SESC de Januária. Logo abaixo (FIG. 27), o calendário de apresentações do Terno dos Temerosos.

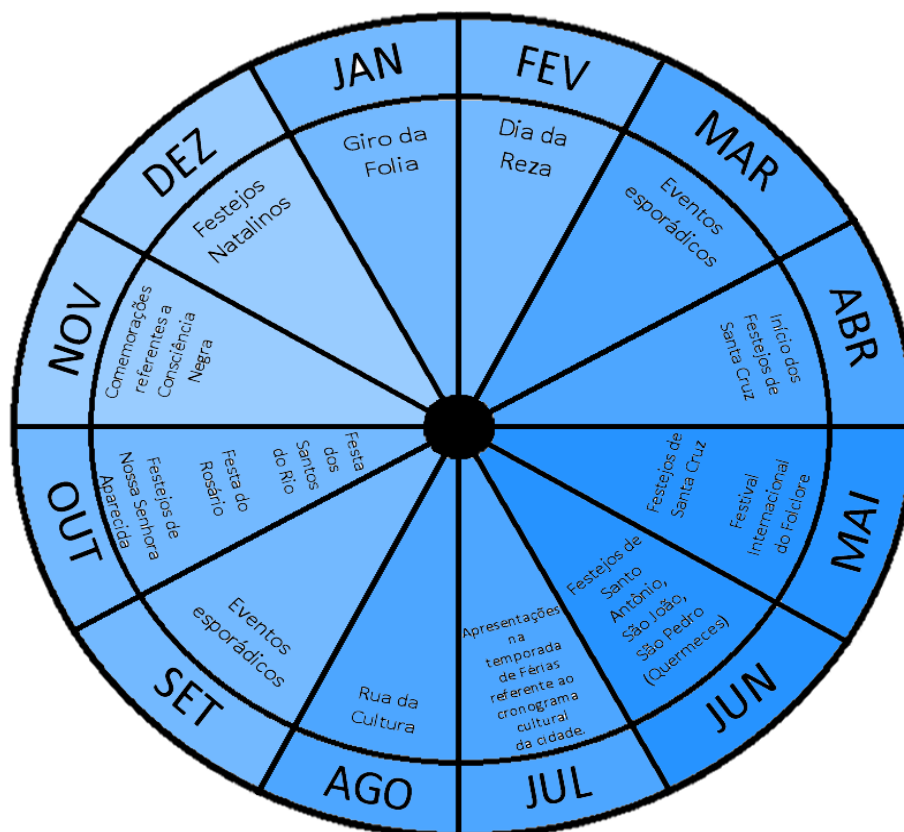


FIGURA 27 – Calendário de apresentações do Terno dos Temerosos
Fonte: MEIRA, A. F. B.; Org: DOURADO, T. B., 2012.

No mês de janeiro, acontece o Giro da Folia. Mesmo se apresentando em todos os principais eventos de Januária, a mais importante apresentação do Terno dos Temerosos é o giro que acontece entre os dias 2 e 6 de Janeiro e, às vezes, se estende pelo grande número de casas que são convidados para visitar.

O Giro da Folia comemora o nascimento do menino Jesus. Nele é realizada uma trajetória, representando o caminho que os três Reis Magos realizaram. O Terno sai pelas ruas da comunidade da Rua de Baixo e outros bairros da cidade, visitando as casas que foram convidadas a se apresentar.

No mês de fevereiro, eles realizam o “Dia da reza”. Reza é a denominação dada pelo grupo para a comemoração que eles realizam logo após o giro no mês de janeiro. A reza é uma confraternização entre os membros da folia e pessoas mais íntimas do grupo. O “Dia da reza” é custeado por doações feitas pelos moradores das casas que a folia visitou durante o giro, e por amigos que sempre colaboram com os custos da folia. Esse é, para os Temerosos, um momento de descontração e de confraternização dentro do grupo.

O mês de março não tem nenhuma apresentação fixa, mas o Terno se mantém sempre disposto a cumprir convites que surgem de outras cidades, ou até mesmo de eventos esporádicos na cidade.

No final do mês de abril para início o de maio, o Terno dos Temerosos se apresenta na “festa de Santa Cruz”, o festejo tradicional que acontece na Praça Santa Cruz e que, há muito tempo, faz parte da vida dos moradores da Rua de Baixo.

Geralmente, no mês de maio, também é realizado na cidade o Festival Internacional do Folclore de Minas Gerais. Este evento é organizado pelo grupo Banzé, um grupo de dança criado em 1968, na cidade de Montes Claros, que reúne grupos de danças folclóricas de várias regiões do Brasil e de representantes de diversas partes do mundo. “O principal compromisso do Festival é promover a difusão e a preservação das manifestações folclóricas das nações representadas, estimulando o intercâmbio cultural, o respeito à diversidade e a valorização dos saberes tradicionais”¹⁴. Em Januária, o festival sempre conta com a apresentação do Terno dos Temerosos.

Em junho, são realizadas as famosas quermesses dos santos padroeiros do mês: Santo Antonio, São João e São Pedro. As comunidades que realizam essas festas convidam sempre o Terno dos Temerosos para apresentações. São elas: a comunidade da Igreja Santo

¹⁴ Disponível em <http://www.grupobanze.com.br-acessado> em 25/10/2012

Antonio, da parte Alta da cidade, a vila São João, e a Colônia dos pescadores, na Rua de Baixo, que realiza os festejos em louvor a seu Santo Padroeiro, São Pedro.

Na temporada de férias do mês de julho, na cidade não há nenhum evento cultural fixo que aconteça anualmente, mas acontecem vários esporádicos e os Temerosos, como principal representante cultural da cidade, sempre está presente.

No mês de agosto, acontece a “Rua da cultura”. Este evento celebra, anualmente, a diversidade cultural e artística da região de Januária. O evento é promovido pelo Centro de artesanato da cidade, que se localiza na Rua Visconde de Ouro Preto (FIG. 28), onde o mesmo acontece. A Rua fica a próxima ao cais da cidade e é uma das poucas que ainda possui o antigo calçamento da cidade, além de abrigar casarões com arquitetura antiga.



FIGURA 28 – Rua Visconde de Ouro Preto e o Centro de Artesanato
Fonte: Ana Alaide, 2011.

O Centro de artesanato abriga um grande acervo da cultura material e imaterial da cidade e ainda divulga o trabalho dos artesãos e artistas, e é aberto diariamente para visitação. A Rua da Cultura é um exemplo das iniciativas que a casa promove para a divulgação da diversidade cultural da cidade.

No mês de setembro, como no mês de março, o Terno não tem nenhum festejo fixo. Já no mês de outubro, o grupo participa de comemorações importantes para eles e para cidade. O primeiro festejo é a Festa dos Santos do Rio. Este festejo atualmente ocorre em dia

próximo ou no aniversário da cidade. Nele ocorre uma procissão que geralmente sai da Catedral Nossa Senhora das Dores, com uma barca que leva a imagem de São Pedro até o Rio, para o encontro com a barca trazida pelo rio por pescadores, que carrega a imagem de São Francisco.

A Festa do Rosário, que também ocorre em outubro, acontece no Brejo do Amparo, uma comunidade rural da cidade. O Terno faz questão de participar dos festejos por conta da grande devoção que tem a Nossa Senhora do Rosário, que, como João Damasceno mesmo diz, “*a nossa mãe negra, Nossa Senhora do Rosário*” (Entrevista concedida em Setembro de 2012). E assim como nesse festejo, o Terno também se apresenta nos festejos de Nossa Senhora Aparecida, que acontece no bairro Cerâmica, região periférica da cidade, celebrando a devoção da folia.

Em novembro, a folia participa de vários eventos referentes à consciência negra, já que a mesma é comemorada no dia vinte do referido mês. Estes eventos geralmente acontecem em escolas e instituições da prefeitura da cidade e tem a participação garantida da Folia, que tem, em sua maioria, integrantes negros.

Dezembro é o mês natalino e antecede o mês do giro, que tem maior importância no calendário do grupo. Em dezembro, a folia se dedica às comemorações referentes ao nascimento do menino Jesus, que acontecem na comunidade da Rua de Baixo e na cidade.

E chegando, novamente, ao mês de janeiro, a folia fecha o seu ciclo de ritual e apresentações e inicia, outra vez, com a realização do giro, onde se cumpre todo o ritual religioso da folia.

3.4.2 - O ritual na Rua: tradição e devoção

O Ritual do Terno dos Temerosos se inicia na Casa de Cultura Berto Preto. É lá que os marujos se encontram antes das principais apresentações. Quando já estão todos reunidos, eles fazem uma oração. O imperador, João Damasceno, comanda as recomendações necessárias e, segundo ele, antes de sair com a folia “*os mais velhos tomam o esquentar*” (Entrevista concedida em outubro de 2011), ou seja, um gole de cachaça.

Entre 18 e 19 horas, os foliões soltam rojões para anunciar aos moradores que a folia já vai sair pelas ruas. Segundo Fonseca (2009), o período de festa que se comemora os Santos Reis inaugura momentos especiais no calendário anual e na vida cotidiana da

comunidade. Nesse período, há uma maior reciprocidade e solidariedade entre moradores da comunidade.

Logo após os foguetes, os membros do grupo se movimentam, e durante o percurso, feito ainda na Rua de Baixo, é possível observar que os moradores param nas portas para verem o Terno dos Temerosos passar, e muitos os acompanha durante o trajeto do giro. O giro que os Temerosos realizam é o mesmo realizado pelas tradicionais folias de reis de caixa. Durante esse ritual, os marujos saem pelas ruas, passando pelas casas em que eles foram convidados a visitar. Mas diferente da tradicional folia de reis de caixa, que cumpre o giro durante o dia e a noite, os Temerosos realizam seu giro apenas durante a noite, até porque o ritual é realizado em área urbana.

As pessoas que seguem o Terno, em sua maioria, são da comunidade ou de bairros vizinhos, mas durante o ritual aparecem pessoas de toda parte da cidade. Homens, meninos, senhores, mulheres, meninas, senhoras, não há idade certa, o público que vai às ruas para verem os Temerosos, é um misto de alegria que abraça a folia.

E assim que é anunciada a saída dos Temerosos, eles saem pelas ruas em duas filas, cada marinheiro com o seu bastão na mão. À frente das duas filas de marinheiros, um dos integrantes do Terno carrega a bandeira da folia. Esta disposição pode ser observada nas imagens das FIG 29 e 30.



FIGURA 29 – Ato 1: Vamos, marinheiro a rua passear
Fonte: DOURADO, Thays B., Janeiro de 2012.



FIGURA 30 – O marinheiro é a bandeira
Fonte: DOURADO, Thays B., Janeiro de 2012.

Logo atrás dos foliões, seguem Chico Preto e os músicos, que carregam e tocam os instrumentos ao mesmo tempo. Os marinheiros vão alegres pelas ruas, cantando e dançando. A marcha de rua cantada pelos foliões nesse momento, que bem caracteriza a saída do giro, é a marcha “Vamos, marinheiro”:

Vamos, marinheiro
A rua passear
Levar a nossa barca
Pra jogar no mar

Vamos, marinheiro
Vamos alegremente
No reis acompanhado
Com bastante gente

É importante lembrar que os Temerosos seguem um trajeto em alusão ao caminho percorrido pelos Três Reis Magos, seguindo esse pensamento “*uma Folia deve ir do Oriente pra o Ocidente*” (Chico Preto, entrevista concedida em Janeiro de 2014). Assim, durante o giro, o Terno nunca volta por onde passou, mesmo sendo convidado a visitar alguma casa, eles seguem sempre à frente.

Durante o giro, a rua perde a sua função natural de ser apenas um meio de circulação de pessoas e veículos, na rotina de vida e trabalho na Rua de Baixo, e passa a ser um lugar sagrado aos devotos. A rua se transforma em um território simbólico e, durante o ritual, ela será palco de rezas, de fé, de festa e comunhão. “*O Reis é lindo, você vê aí todo mundo para pra olhar, pra seguir e faz ali suas promessas e oração. Dia de Reis é dia de festa pro povo daqui*” (Maria das Dores, 41 anos, Entrevista concedida em Janeiro de 2014).

O trajeto percorrido pelo Terno dos Temerosos, durante a noite do giro, na Rua de Baixo, é definido anteriormente pelo imperador e moradores da comunidade, mas os convites são tantos, que quase sempre, para dar conta de atender a todas as solicitações, eles estendem o período do giro, que acaba extrapolando o dia 6, que é tradicionalmente o último dia do giro.

O grande número de pessoas que acompanha os Temerosos em seu giro é explicado pela devoção aos três Reis Magos e, também, pelo fato de que, nesse momento, eles celebram e reproduzem simbolicamente o seu cotidiano, o seu modo de vida.

No momento em que a Rua se torna caminho para o acontecer do ritual do grupo, ela assume o papel de lugar sagrado, onde seus devotos recriam formas de vivenciar sua fé e de estabelecer laços entre si. Dessa maneira o caminhar, o percorrer desse trajeto nas ruas da comunidade da Rua de Baixo é simbolicamente a extensão das relações sociais e do sentimento de comunidade e solidariedade entre seus moradores.

O Terno dos Temerosos, quando vai se aproximando a uma casa em que foi convidado a visitar, já vem anunciando o início de sua função, cantando a Marcha dos Temerosos que, literalmente, anuncia que vem chegando o Terno dos Temerosos.

Marcha dos temerosos

O reis dos Temerosos que já vai brigar
 O reis dos Temerosos que já vai brigar
 Rebate companheiro aonde o pau pegar
 Rebate companheiro aonde o pau pegar

Segura, segura, segura a vida
 Segura, segura, segura a vida
 Segura a pancada quem não tem guarida
 Segura a pancada quem não tem guarida

Chamando o Salvador para nos salvar
 Chamando o Salvador para nos salvar
 É o reis dos temerosos que já vão brigar
 É o reis dos temerosos que já vão brigar

O giro pelas ruas é interrompido assim que a folia chega à frente de uma das casas que foram convidados a visitar. Este é um momento solene para o Terno, considerado sagrado, pois é nessa hora que eles vão saudar o Menino Jesus. Trata-se de um momento singular, pela mudança na disposição e na coreografia do grupo.

Quando os Temerosos chegam à casa, os moradores já estão na porta à espera. Assim chegando à frente da residência, o marinheiro que carrega a bandeira, a entrega para os moradores. A bandeira permanece com os donos da casa até o fim da função. Os foliões se dispõem ainda em duas fileiras, mas agora uma fila de frente para a outra. As imagens mostradas logo abaixo, FIG 31 e 32, são da Noite dos Mestres. Nesse dia, o Terno se apresentava na Praça Santa Cruz, e as imagens descrevem bem essa organização.



FIGURA 31 e 32 – Saudação ao menino Jesus e disposição dos foliões
 Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Janeiro 2012

A FIG. 33 é um esquema que mostra claramente a disposição dos foliões diante o ritual de saudação ao menino Jesus.

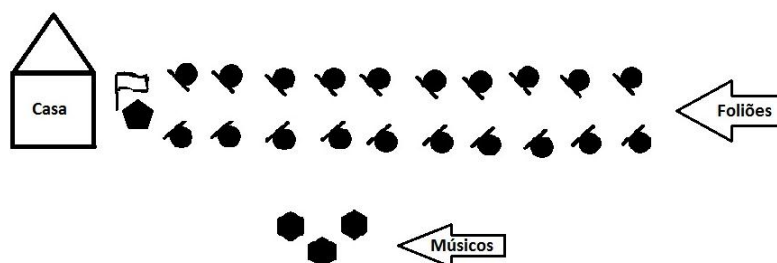


FIGURA 33 – A disposição dos foliões na saudação ao menino Jesus
 Fonte: MEIRA, A. F. B.; Org: DOURADO, Thays. B., 2015

O momento da saudação é solene e considerada sagrada. Os foliões cantam em ritmo mais lento os versos de saudação ao menino Jesus, que João Damasceno chama de Canto de entrada.

Nós pastores lentamente
 Boas novas vamos dar
 Que Jesus recém-nascido
 Que Jesus recém-nascido

Veio ao mundo nos salvar

No Oriente da minh'alma
Boas novas viemos dar
Que nasceu em um presépio
Que nasceu em um presépio
Veio ao mundo nos salvar

Nessa atuação, o toque do bastão também é lento, os marinheiros em ritmo melancólico e sincronizado batem a ponta do bastão no chão, e no ar, eles trocam batidas com o marinheiro à sua frente; os bastões nessa batida se colocam na posição cruzada.

Nesse momento, os integrantes mantêm uma expressão mais séria. É nesse momento que o viés religioso do ritual da folia se manifesta com mais intensidade. O momento do canto de entrada, onde é entoado o canto de Reis, é quando acontece a interação entre os marinheiros, os tocadores e sua atuação; o ato acontece baseado em certa sobriedade respeitosa pedida pela ocasião. É o momento simbólico em que os marujos cumprem a sua função intermediadora de abrir os caminhos para a chegada dos três Reis Magos.

Eliade (1992) diz que toda festa religiosa representa uma reatualização de um evento sagrado que aconteceu em um tempo passado mítico. No caso do Terno dos Temerosos, o ritual da folia revive a jornada dos três Reis Magos em busca do menino Jesus. O momento do canto de entrada é a concretização dessa jornada. Assim, os marujos carregam, em suas vestimentas e suas músicas, simbologias que representam sua história e seu modo de vida, eles revivem em sua devoção, em sua fé, um “evento sagrado”.

Logo após o término do segundo ato do ritual, a saudação ao menino Jesus com o canto de entrada, automaticamente começa o terceiro ato que é a sequência de sambas. Nesse momento, a disposição espacial dos foliões altera-se totalmente, e eles se organizam em roda, como mostra o esquema da FIG 34:

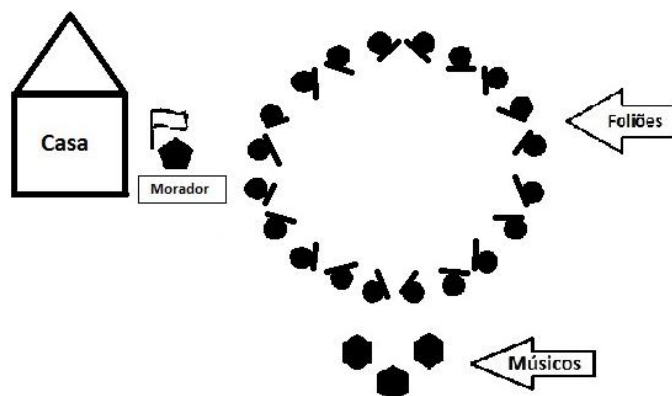


FIGURA 34 – A disposição dos foliões na roda de samba
 Fonte: MEIRA, A. F. B.; Org: DOURADO, Thays. B., 2015

No samba, a música é animada e os passos são rápidos e compassados. Os marinheiros começam, ao sinal do apito do imperador, a cantar e dançar. Não há uma ordem certa dos sambas que serão cantados e nem um tempo determinado para a duração da rodada de sambas. O samba que melhor representa a função do Terno dos Temerosos é o samba: “Nós chegamos aqui nessa casa”.

Nós chegamos aqui nessa casa
 Quem mandou foi São Sebastião
 Visitar o dono da casa, olelê
 Com grande satisfação

É o reis dos Temerosos
 E cantamos com tanta alegria
 Em louvor ao Menino Jesus, olelê
 Ele é filho da Virgem Maria

Lá vai a garça voando
 E no bico leva uma flor
 Vai voando e vai dizendo, olelê
 Viva o nosso imperador

No samba, os foliões começam a girar em sentido horário e a bater os bastões com o companheiro do lado, como representado na FIG. 35. Inicialmente, eles começam devagar para que todos encontrem o ritmo certo, já que um erro pode comprometer o ato do rito, e vão acelerando o ritmo, conforme o samba vai sendo cantado. A roda no início é aberta e, conforme vai se acelerando o ritmo ela, vai se fechando, como mostra a FIG. 36.



FIGURA 35 e 36 – O Samba e A Roda de Samba
 Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Janeiro de 2012

A coreografia do samba é, consideravelmente, a mais difícil das realizadas no ritual do Terno dos Temerosos. Ela exige dos marinheiros uma ginga e uma maior atenção, pois qualquer distração pode comprometer a sincronia dos passos e levar o marujo a se machucar com a batida do bastão.

Essa ginga é a marca do Terno. Nas apresentações, é impressionante ver como eles são criativos, na forma como se movimentam e como a dança acontece com naturalidade. Segundo João Damasceno, a ginga é particular a cada folião; na harmonia do grupo, o conjunto dessas gingas resulta num espetáculo singular. O aprendizado da coreografia do grupo é “natural”, os meninos não ensaiam, eles aprendem assistindo as apresentações do grupo.

É uma aprendizagem natural. Lógico, eles estão vendo. E foi assim, também, com a gente. Ninguém me ensinou a bater um bastão. Os primeiros que entram na folia ficam assim, meio presos, é no gingado, e tal, mas, à medida que ele vai dançando, ele vai vendo o outro. Daqui a pouco, ele tá imitando o passo de um, o passo de outro... Daqui a pouco, ele cria o dele (João Damasceno, Entrevista concedida a Fonseca, 2009).

Um marujo recém-chegado ao terno confirma que essa é realmente a forma de transmitir o saber da folia. “*Eu aprendi olhando, eu via eles dançando, gostei e prestava atenção. Aí um dia pedi para entrar no Reis, o professor João deixou, eu comecei a dançar,*

nem precisei de ensaio. aprendi olhando e dançando” (Roger, 11 anos, Entrevista concedida em outubro de 2012)

O momento do samba pode ser observado na FIG. 37. Nele, há uma interação maior do grupo com as pessoas que os acompanham. Durante o samba, uma vez ou outra, homens e mulheres que não fazem parte do grupo entram pra dançar na roda. O samba é o momento mais descontraído do ritual. As pessoas, mesmo não entrando na roda, cantam, dançam, batem palmas, sempre ali ao redor da roda de samba.



FIGURA 37 – A Roda de Samba II
Fonte: DOURADO, Thays Barbosa, Janeiro de 2012

Depois da roda de samba, o grupo dá um intervalo, e se o dono da casa tiver algo a oferecer, este é o momento. Geralmente, são servidas comidas típicas da região, como arroz com pequi, feijão tropeiro, farofa de carne ou frango, e capim-canela¹⁵ e para beber, geralmente servem refrigerante e vinho.

Esse é um momento de confraternização, de reciprocidade, entre os marujos, os moradores da casa e as pessoas que acompanham a folia. Mauss (2001) “considera que o conceito de reciprocidade é baseado no ato de dar, receber e retribuir, construindo assim laços sociais entre membros do grupo”. Assim, a reciprocidade vai além da troca, para ele o ritual da troca que é mais importante, pois nele as pessoas envolvidas trocam gentilezas, banquetes, ritos, danças, festas e constroem suas relações.

¹⁵ Caldo feito de mandioca e carne moída que é muito comum em festas realizadas na região de Januária.

Logo após esse intervalo, eles se organizam para a retirada, e assim, novamente, em duas filas, como no segundo ato do ritual, eles cantam o Reis da Despedida, ainda em frente à casa do morador.

Despedida dos Temerosos

A retirada, meu bem, a retirada
Acabou-se a nossa função
Se a morte não me matar, olêlê
Ora deus até para o ano

A primeira se chama Antonia
A segunda Ana Isabel
A terceira Ana do Porto, olêlê
Com seu laço de fita amarela.

Depois de se despedirem da casa em que cumpriram o ritual, eles seguem a sua trajetória pelas ruas, e retomam as marchas, que para Fonseca:

(...) tem primordialmente a função de conduzir, também em fila dupla, o grupo pelas ruas da cidade, anunciando a chegada ou a partida do Reis de determinado local. Apesar do fato das marchas poderem aparecer também na roda durante a função, seu papel de condutoras da folia guarda relação com o sistema ideológico e simbólico de inspiração militar que anima o terno (FONSECA, 2009, p. 147).

Sempre à frente até a próxima casa, refazendo todo o ritual, sucessivamente, até que chegue a madrugada, quando os foliões vão para casa descansar para o próximo dia de ritual.

O ritual foi realizado, os atos foram realizados e, assim, a cultura foi manifestada. Cada giro dos ternos Temerosos é contemplado e referenciado por seus integrantes, e nesse instante do sagrado e do profano é referenciada a identidade do ribeirinho.

3.5. Cenas de um povo, uma rua, um rio

As imagens que se seguem retratam momentos e moradores da Rua de Baixo, abordados em seu cotidiano, em seu território, na sua labuta, nas suas manifestações culturais, buscando representar as cenas de vida da comunidade vivenciadas na rua, no rio.



FIGURA 38 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Janeiro de 2014.

*Fico me perguntando,
Qual será o segredo dessa
gente minha
De temporã forjada na
ação do tempo
Que viveram e vivem para
deixar uma
Grande marca na história
daqui
Marca de força divina, de
coragem
Marca de lealdade,
compromisso e
simplicidade
Para todos que conhecem.
(Poema “Minha Gente”,
por João Damasceno)*



FIGURA 39 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Janeiro de 2014.

*Meu divino São José
Aqui esto a vossos pé
Dá chuva com abundância
Meu divino São José
"O sertão é espera enorme"
Dá chuva com abundância
Meu divino São José.*

*(Prece para chover, por dona
Maria)*



FIGURA 40 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Dezembro de 2014.



FIGURA 41 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Dezembro de 2014.

“Eu moro na aqui desde que nasci, eu sou pescador.”

(Ednaldo Rodrigues dos santos)



FIGURA 42 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Novembro de 2014.

*“Na Rua de Baixo, um cuida do outro, e ninguém vive sozinho.”
(Digão - Rodrigo Aureliano dos Santos)*



FIGURA 43 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Janeiro de 2012.

*“Eu toco a minha viola, toco por aqui e na cidade também, gosto demais. Eu toco pro Reis desde que Berto Preto tomava conta, é assim a vida toda.”
(Chico Preto – Tocador de Viola no Terno dos Temerosos)*



FIGURA 44 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Janeiro de 2014.



FIGURA 45 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Janeiro de 2014.

*“Aqui é lugar de gente simples minha fia, gente que viveu de rio, aqui é bom!”
(Dona Joana)*



FIGURA 46 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Dezembro de 2014.

Dona Maria e Seu Josefino



“Esse rio já lavou tanta roupa, já viu tanta história.”

(Dona Joana)

FIGURA 47 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Dezembro de 2014.



*“O Pescando cidadão na minha vida é uma forma organizada de ajudar o próximo. É oportunidade para as crianças carentes da Rua de Baixo.”
(Digão – Rodrigo Aureliano dos Santos)*

FIGURA 48 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Dezembro de 2014.



FIGURA 49 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Janeiro de 2012.

*É o Reis dos temerosos
E cantamos com tanta alegria
Em louvor ao menino Jesus olelê
Ele é filho da virgem Maria
(Samba dos Temerosos – Nós chegamos aqui nessa casa)*



FIGURA 50 - Fonte: DOURADO, Thays Barbosa; Outubro de 2011.

A folia é um imenso pedaço da minha vida.

(João Damasceno, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As paisagens culturais da região ribeirinha do rio São Francisco destacam-se por sua riqueza e variedade de manifestações. Mesmo com as transformações ocorridas no território, este permanece abrigando comunidades guardadoras de conhecimentos tradicionais, adquiridos ao longo da sua relação com o espaço que habitam, reproduzindo uma organização social singular, onde estabelecem relações de reciprocidade.

Essas populações conquistaram o seu território em busca de liberdade para se reproduzirem culturalmente com suas singularidades, no processo histórico de povoamento da região. A construção identitária dessas comunidades é ancorada nas representações coletivas, construídas nas relações cotidianas e na interação com o território. A cultura aqui, então, se mostra essencial para entender o espaço e as relações que nele são estabelecidas.

Ao me inserir no cotidiano da comunidade da Rua de Baixo, nos seus lugares de vida, pude, através dos relatos de seus moradores, reviver junto a eles lembranças do seu passado que permanecem e resistem ainda na reprodução da vida e na construção da identidade. Propiciou identificar as suas territorialidades, seus diversos territórios sociais e simbólicos estabelecidos pelo seu modo de vida. Nos depoimentos desses sujeitos, é possível verificar diversos vestígios que comprovam os mesmos como autores e atores do seu modo de vida e das suas manifestações culturais, que os confirmam como uma comunidade ribeirinha.

A comunidade é reconhecida por seus moradores como lugar de vida, eles têm conhecimento dos problemas sociais que os cercam, mas mesmo assim tem a Rua como território, como seu lugar de destino, de trabalho, de festa e de vida. A resistência mostra-se na comunidade, materializada nas diversas práticas culturais e sociais como estratégia dos moradores para manter suas tradições frente aos processos de mudança.

A Rua de Baixo, em relação a outros espaços da cidade, tem uma imagem equivocada, por um passado estigmatizado e pela presença de problemas sociais. A comunidade busca e tem sua ressignificação através das manifestações culturais. A pesquisa de campo comprova que a manifestação cultural mais representativa da comunidade é o Terno dos Temerosos. Enquanto um grupo que cumpre apresentações em vários eventos na cidade, o Terno dos Temerosos tem aceitação, seus integrantes são referenciados, culturalmente, em Januária. Enquanto ritual, a acedência do grupo acontece dentro da comunidade; é muito mais local. É nesta dualidade que o status se inverte.

É através do grupo que o status do lugar se modifica, e a cidade reverencia a comunidade como referência cultural. O Grupo, hoje, não cumpre apenas a sua função

religiosa, ele cumpre o papel de representante da cultura ribeirinha, de representante da Rua de Baixo. O Terno dos Temerosos, atualmente também representa a cultura januareense, o grupo ganha, por essa expansão representativa, um status de reconhecimento não só por parte da comunidade que o concebeu, mas, também, por parte de toda a cidade.

O festejar do Terno, o rezar dos integrantes, o cantar e o dançar são formas híbridas e densas do fazer de um grupo de beira rio que consegue, através de gestos e cantos, realizar uma manifestação que tem, na oralidade, a referência aos seus santos, ao festejo do seu povo e do seu rio, e seguem reafirmando o saber e o fazer do povo ribeirinho.

Ao longo do calendário anual de suas apresentações, os integrantes do Terno dos Temerosos percorrem trajetos diferenciados na cidade, o que colabora para que o grupo estabeleça, entre a comunidade e a cidade, uma visão positiva da Rua de Baixo. Ao realizar o seu ritual, o Terno dos Temerosos transmite, para a comunidade da Rua de Baixo e para a população Januareense, a sua identidade e sua tradicionalidade, construída pelas temporalidades históricas das gentes do rio São Francisco, do sertão norte mineiro, temporalidades cíclicas que propiciam a sua reprodução material, social e cultural. Ao mesmo tempo, no viver desse ritual, a comunidade reproduz a si mesma, seja como indivíduo ou como coletividade, reafirmando e estabelecendo entre si relações sociais de parentesco, de compadrio, de vizinhança, de solidariedade e de reciprocidade.

Na Rua de Baixo, é possível encontrar duas realidades que convivem juntas. Por um lado, há, na comunidade, características ligadas a um modo de vida rural, que fez da Rua de Baixo uma comunidade tradicional. O modo como os moradores se relacionam entre si e com seu território, a forma como manifestam a sua fé e a sua cultura estão intimamente ligados a um estilo de vida rural, que compõe a identidade cultural da comunidade. Por outro lado, a Rua de Baixo vem sofrendo com as transformações urbanas, que invadem a cidade e, inevitavelmente, a comunidade.

A comunidade vai deixando de ser tradicional, de ser rural, e cada dia mais, ela se tornado urbana, inclusive com problemas urbanos, sendo a presença do tráfico de drogas um sinal dessa mudança. A cada vez que a ruralidade vai se perdendo, assim, é assumida a urbanidade. A Rua de Baixo é uma comunidade do centro da cidade, que mesmo com a presença do rio São Francisco, com uma manifestação cultural forte, como o Terno dos Temerosos, que mesmo com seus antigos moradores que trazem as lembranças, as memórias do que foi o rio, do que é ser um ribeirinho, cada dia mais se reforça a modernidade e, com ela, também os problemas sociais.

À partir das observações realizadas na comunidade da Rua de Baixo, no seu cotidiano e durante ritual do Terno dos Temerosos, foi possível presenciar os moradores vivenciarem e ressignificarem o viver comunitário, junto à celebração da vida cotidiana. Foi possível verificar como é realizada a produção e a reprodução das suas tradições culturais e de seu modo de vida.

No decorrer deste estudo, o rio São Francisco perpassa as varias dimensões da lógica de vida da Rua de Baixo, fazendo parte da constituição do seu território no processo de ocupação e povoamento da região e assim também da construção da sua territorialidade e identidade. O rio está ativo na dinâmica de reprodução da vida da comunidade, isso está presente nos relatos dos seus moradores: *Olha, o rio pra mim é tudo! O rio pra mim é tudo, porque tudo que eu tenho vem do rio, tudo isso que você tá vendo aqui foi tirado dentro d'água, eu vivo aqui do rio (Seu Pedro, entrevista concedida a Dourado, T. B. em dezembro de 2014).* O rio está na Rua, e a Rua vive o rio!

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Nôila Ferreira. *Eixos de desenvolvimento: as cidades, os vapores e as locomotivas no Norte de Minas Gerais*. 153 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2012.

ANDRADA, Hildeu. *Caminho do Brejo: uma rua como áquea nunca mais*. Goiânia. Editora Kelps, 2013.

ANDRADE, Fabricio F.; ZIMMERMANN, Clóvis. Desenvolvimento e proteção social. In: XAVIER, Elton Dias; SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (org). *Desenvolvimento social em perspectivas*. Sografe Editora: Belo Horizonte, 2009.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, V 01. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANAYA, Felisa Cançado. *De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”*. 255 f. Tese De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento” : as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental . Belo Horizonte – MG, 255 f. Tese (Doutorado em sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

BOSI, Ecléa, *Memória e Sociedade*. 11ª ed. São Paulo: Companhia das letras. 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Cultura nas Ruas*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

_____. *A Festa do Santo de Preto*. Rio de Janeiro: FUNAPE/Instituto Nacional do Folclore; Goiânia: UFG. 1985.

_____. *Memória Sertão: Cenários, Cenas, Pessoas, e Gestos nos Sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*. São Paulo: Ed. UNIUBE, 1998.

____e PESSOA, Jadir de Moraes (orgs). *Os Rostos do Deus do Outro*. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

_____. A comunidade tradicional. In: COSTA, João Batista de Almeida; Luz de Oliveira, Cláudia (org). *Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. Editora Cidade. 2010.

BURTON, Richard. *Viagem de Canoa, de Sabará ao Oceano Atlântico*. São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1977.

CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, 8ªed. Ed. 34, 1997.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Rio de Janeiro: Estudos, Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998. 53-75.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. V. 2, 7ª reimpressão. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda., 2010.

CASTRO JUNIOR, L. V. *Capoeira angola: olhares e toques cruzados entre historicidade e ancestralidade*. Revista Brasileira de Ciências do esporte, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 2003.

CORREIA, Iara Toscano. *(Re) significações religiosas no sertão das gerais: as folias e os reis em Januária (MG)*. 317 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós Graduação em História, 2013.

COSTA, João Batista de Almeida. *Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas*. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. *Trabalho, cultura e sociedade no Norte – Nordeste de Minas Gerais: considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997.

_____. *Mineiros e Baianeiros: englobamentos, exclusão e resistência*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. (Tese de doutorado).

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. 39ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 2000.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. Territórios ancestrais: antigas questões, novas parcerias no Norte de Minas Gerais. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa (org). *Beira vida beira rio: vida, comunidade e cultura no rio São Francisco*. Editora Lutador: Belo Horizonte, 2013

DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da; DINIZ, Mariângela. *Rio São Francisco: Vapores e Vapoeiros*. Pirapora: Ed dos autores, 2009.

DOURADO, Thays Barbosa. *Festejar, rezar, cantar e dançar: o ritual da folia do Terno dos Temerosos em Januária, Norte de Minas Gerais*. 2012. 75 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2012.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

_____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. MINIAURÉLIO Sec XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa. 4.ed.rev.ampliada – Rio de Janeiro: NOVA FRONTEIRA, 2001.

FONSECA, Edilberto José de Macedo. “*Temerosos Reis do Cassete*”: uma etnografia dos circuitos musicais e das políticas culturais em Januária-MG. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Musica) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

____. Terno dos Temerosos. Rio de Janeiro: Iphan, 2010.

FOSSATE, André. Cinema no rio São Francisco. 2010. Disponível em: <http://cinemanoriosaofrancisco.blogspot.com.br/2010/09/poesia-que-se-escreve-na-memoria.html>. Acesso em: Junho 2014.

FREHSE, Fraya. A rua no Brasil em questão. In: *Anuário Antropológico II*, 2013. Disponível em: <http://aa.revues.org/572> ; DOI : 10.4000/aa.572. Acesso em: Julho de 2014;

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. In: *Revista de economia política*. 24 (4), out-dez. de 2004, p. 483-486.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erwin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* . 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, IE-Unicamp. Coleção Pesquisa, n.1, 1999, 153 p. (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>).

GUEDES, Maria das Mercês. *As narrativas orais permanecem vivas na família Figueiredo: Cidade de Januária Minas* 2010. 16 f. Artigo (Pós-Graduação em Gestão Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GUIA DO PESCADOR. Cemig. 2009. Disponível em: http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/peixe_vivo/publicacoes/Documents/GuiaPesca_Internet.pdf. Acesso em: Junho 2014.

GUIMARÃES ROSA, João. *O Grande Sertão Veredas*. 19^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In *etc, espaço, tempo e crítica Revista Eletrônica de Ciências Aplicadas e outras coisas*. <http://WWW.uff.br/etc> 15 de agosto de 2007, nº 2 (4), vol.1.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. In: *Mercator*, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013. ISSN 1984-2201 © 2002, Universidade Federal do Ceará.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: Maio. 2013.

ISIDÓRIO, Maria Socorro. *Santo Rio São Francisco: religiosidade popular na sacralidade do Rio São Francisco no imaginário dos pescadores do sertão dos gerais*. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

JAQUES, Joseane Carneiro. *Januária Ribeirinha*. Januária – MG: KG Gráfica, 2011.

LEACH, E. *Sistema Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995.

LEAL, Alessandra Fonseca. *Semear cultura, cultivar culturas populares, colher patrimônios: a gestão social da cultura popular às margens do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais*. 2011. 231 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

LESSA, Simone Narciso. *Trem de ferro: do cosmopolitismo ao sertão*. Montes Claros: Augus, 2005.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*, 3ª ed, São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Simpósio “Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia”*. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia”, Gramado-RS, 19 de junho de 2002.

LOPES, Camilo Antônio Silva. *Os sertões norte mineiros: fronteiras e identidades politizadas que afirmam a diversidade sociocultural do Norte de Minas*. 118 f. Dissertação (mestrado) -

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2010.

_____. *Desmitificando metáforas e construindo saberes: do sertão aos sertões e dos sertões ao sertão nordestino*. In. Costa, João Batista de Almeida; 2011.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. *Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. Editora cidade, 2010.

MARTINS, José de Sousa. *Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre a as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1997.

_____. *A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. São Paulo: Contexto, 2008

MATTA, Roberto. *Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil*. In: A casa e a rua, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. P, 31-67.

MATTOS, Patrícia Castro. *A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honeth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume, 2006.

MAUSS, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades primitivas*. Introdução a obra de Marcel Mauss por Claude Levi-Straus. Lisboa Portugal: LDA, 2001.

MENDRAS, Henry. “A cidade e o campo”, em: QUEIROZ, M.I.P (Org.), *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. Pp. 33-40.

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. *Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari*. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. Abril, 2002.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. *Pertinência da categoria rural para análise social*. Ciências Agrotecnicas, v. 26, nº 2, 392-399, 2002.

MUTTI, Maria: Maculêle, Santo Amaro da Purificação, 1968.

NISBET, Robert A. Comunidade. In: *The Sociological Tradition*. Tradução de Richard Paul Neto. Londres: Amorrortu Editores S.A, 1973. p. 47-55.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. *Ciclos de águas e vidas: o caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco*. 2009. 143 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. *Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas: “A esperança de melhoria de vida”*. Uberlândia – MG, 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia. 2003.

_____. *Travessias e destinos migratórios em comunidades rurais no Sertão de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. UFU. 2009.

_____. *Grande sertão: a região mineira do nordeste*. Argumentos- Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes. V. 5, n. 4. Montes Claros: Ed. Unimontes. 2012.

PAULA, Andréa Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Travessia no sertão dos Gerais: tradição e modernidade nas margens do São Francisco*. In: *Debaixo da Lona: tendências e desafios Regionais da Luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil*. FEITOSA, Antonio Maurilio (org). Goiás: editora UCG, 2006.

PAULA, Andréa Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CLEPS JUNIOR, João. *Pesquisa de campo e em campo, os saberes das histórias de vida em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais/Brasil*. In: VII Congresso latino americano de sociologia rural- Asociacion latinoamericana de sociologia rural, Quito: Equador, 2006, anais.

PEREIRA, Antonio Emilio. *Memorial Januária: terras, rios e gente*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

RIBEIRO, Joaquim. *Folclore de Januária*. Rio de Janeiro: Mec/Campanha de defesa do folclore brasileiro, 2001.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano. 2014. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/januaria_mg. Acesso em Setembro de 2014.

RODRIGUES, Luciene. *Formação econômica do norte de Minas e o período recente*. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; & RODRIGUES, Luciene (orgs). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Ed. Unimontes, 2000.

RODRÍGUEZ, Octavio. *Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento*. In: SABÓIA, João; CARVALHO, Fernando (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: Manole, p. 3-40, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Por uma outra Globalização*. SP: Record, 2000.

SENA, Custódia Selma. *A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica*. Revista Sociedade e cultura, ISSN (versão eletrônica): 1980-8194, v. 1, n. 1 jan. /jun. (1998), p. 19-28.

SILVA, J. B. *Discutindo o Rural e o Urbano*. Revista da ANPEGE, v. 7, nº8, p. 3-11, Ago./Dez. 2011.

SOROKIN, P; ZIMMERMAN, C. GALPIN.C.Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. (org) *Introdução crítica a Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1981. Pp 198 – 224

TONINIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade como Entidades Típico-Ideais. In: Florestan Fernandes (org). *Comunidade e sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos de aplicação*. São Paulo: EDUSP, 1973, p. 97-116.

TURNER, Victor. *A Floresta dos Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Niterói: EdUFF, 2005.

WEBER, Max. *Conceitos e categorias da cidade*. In: Otávio Guilherme Velho (org.). *O Fenômeno Urbano*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar,1979.

WHYTE, William Foote. 2005 [1943]. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 390pp.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras,1989, Cap.1-Pp11-21-Cap.25. Pp.387-409.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Editora Brasileira, 2ª edição, 1994.

ANEXOS

Roteiro básico de observação da pesquisa de campo¹⁶

- Como a Rua se constitui?
- Qual a sua origem?
- Quem eram os primeiros moradores?
- Quais grupos eram mais representativos?
- Eram negros e pescadores?
- Quais as relações de trabalho lá existentes?
- Qual o papel da mulher? E do Homem?
- Como é/era viver beira rio?
- Porque Rua de Baixo?
- Porque a comunidade tem/tinha a fama de valente?
- Quais os sujeitos de destaque na historia da comunidade?
- Você gosta de morar na Rua de Baixo?
- Como você vê Januária
- Quais são as manifestações culturais da comunidade?
- Quais são elas?
- Quem são seus lideres?
- Qual a historia das manifestações contadas por sua comunidade?
- Como e quando elas acontecem?
- Qual a importância das manifestações culturais para a comunidade?
- Quais representações estão por trás das manifestações?
- Quais festas estão ligadas a estas manifestações?
- Quais os lugares mais representativos da Rua?
- Quais lugares são marco da história da comunidade?
- Quais ruas compõe a comunidade?
- As ruas na comunidade contam o seu passado?

¹⁶ Mestranda Thays Barbosa Dourado, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social na Universidade Estadual de Montes Claros, sob orientação da professora Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

Mapa da Rua de Baixo por João Damasceno

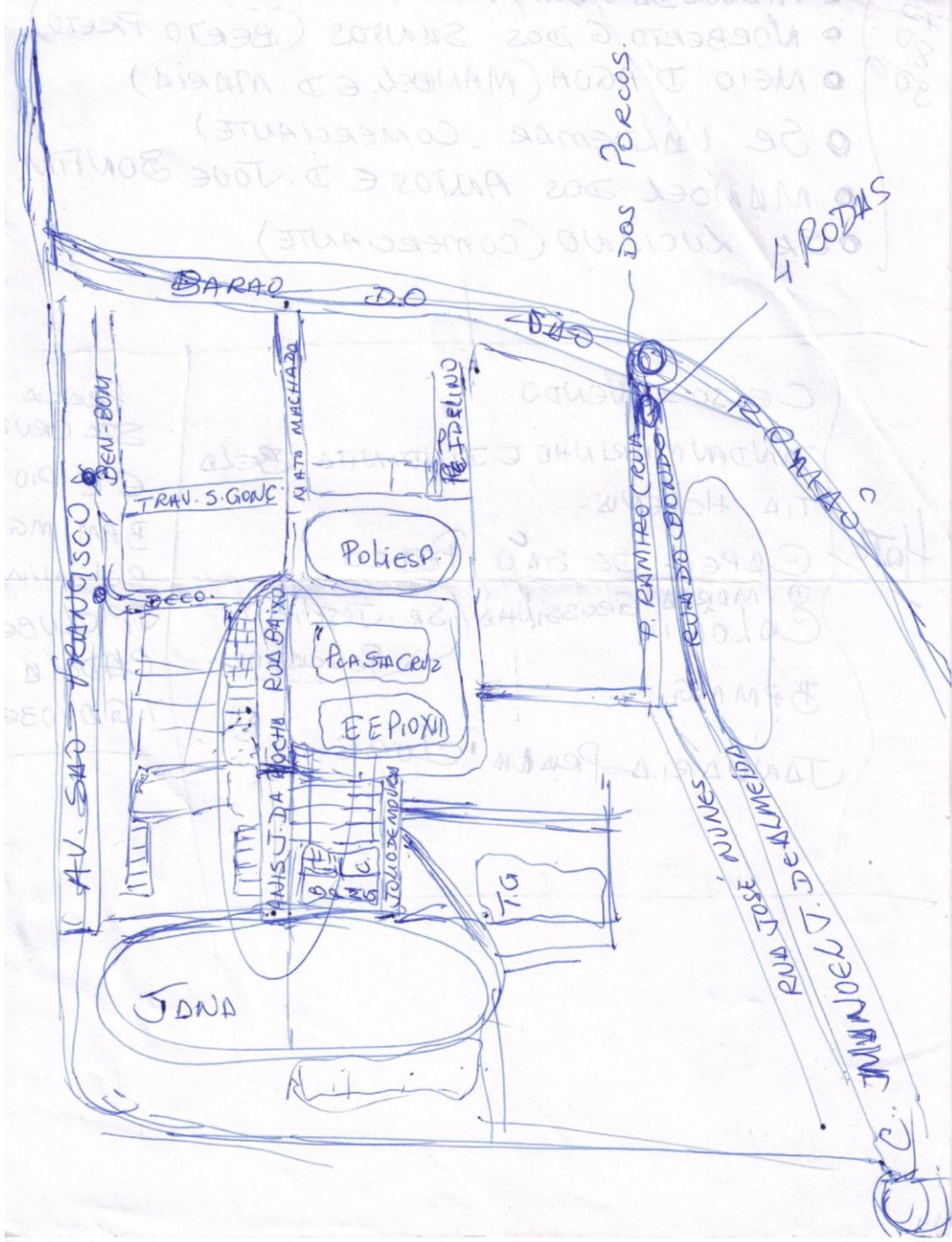


FIGURA 51 – Fonte: ALMEIDA, João Damasceno; Janeiro de 2014.

AUTORIZAÇÃO

Por meio desta, autorizo Thays Barbosa Dourado a utilizar e publicar os dados fornecidos por mim através de entrevistas e observações, além de meu nome e de minha imagem em trabalhos exclusivamente acadêmicos na dissertação de mestrado “Esse rio é minha rua: um estudo sobre territorialidade e identidade na comunidade da Rua de Baixo no Sertão do São Francisco”.

Januária, Março de 2013

(assinatura do entrevistado)